#### OS ACONTECIMENTOS NO BRAZIL



A GRANDE BAHIA DO RIO DE JANEIRO



# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO









FRANCISCO DAS NEVES ALVES

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO





### Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista - Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa) Virgínia Camilotti (UNIMEP)

### Francisco das Neves Alves

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO



- 88 -



UIDB/00077/2020







Lisboa / Rio Grande 2024

Ficha Técnica

Título: O Brasil na óptica do jornalismo lusitano

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 88

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: O OCIDENTE. Lisboa, 21 out. 1893. A. 16. N. 534. p. 5.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa Biblioteca Rio-Grandense Lisboa / Rio Grande, Abril de 2024

ISBN - 978-65-5306-000-5

#### O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

APRESENTAÇÃO

Ao longo do século XIX, o jornalismo português dedicou especial atenção à cobertura do noticiário internacional, desde as vizinhanças europeias, até as mais longínquas regiões do mundo. Em meio a tais informes o Brasil teve um lugar bastante destacado, aparecendo o império, depois república, tropical como um dos países mais abundantemente abordados pelo jornalismo luso. As raízes históricas oriundas da antiga relação colônia-metrópole, os laços, tradições e língua em comum, os interesses conjuntos nos campos econômico e financeiro, as presenças de brasileiros no território português e, mais ainda, a enorme colônia lusitana em terras brasileiras serviram como fatores motores para despertar tal interesse do periodismo do país ibérico, de modo que, apesar da distância oceânica, ambas as nações mostravam-se próximas por meio de suas folhas impressas. Apesar da crise que cercava o reino português nos decênios finais dos Oitocentos, a sua imprensa passava por uma etapa de significativo desenvolvimento quantitativo e qualitativo, circulando diários, semanários, quinzenários entre outros, dos mais variados gêneros jornalísticos, como noticiosos, político-partidários, ilustrados, humorísticos, satíricos, caricatos, além de outros que representavam determinados segmentos socioeconômicos. Tais jornais espalharam-se pelo país, com a predominância da capital, Lisboa, secundada pelo Porto, além de várias localidades interioranas nas quais se faziam sentir os bafejos do jornalismo, constituindo uma pujante imprensa regional, envolvendo praticamente a sua totalidade territorial<sup>1</sup>. Os reflexos de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A respeito do jornalismo português do final do século XIX, observar: TENGARRINHA, José M. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.;

#### O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

quatro processos históricos brasileiros em meio aos representantes da imprensa lusa constitui o objetivo deste livro².

TENGARRINHA, José M. Imprensa. In: SERRÃO, Joel (dir.). Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 2000. v. 3.; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. História do jornalismo português. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). História da imprensa. Lisboa: Planeta Editora, 1996.; CUNHA, Alfredo da. Periódicos e relações, periodistas e noticiaristas. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; MANSO, Joaquim. O jornalismo. Lisboa: Ottosgráfica Ltda., 1942.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Mouvement de la presse périodique em Portugal de 1894 a 1899. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1900.; ARANHA, Pedro W. de Brito. Rapport de la Section Portugaise – 1er. Congrès International de la Presse (1894 – Anvers). Lisboa: Imprimerie Universelle, 1894.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. O jornalismo português: resenha cronológica. Lisboa: Tip. Soares, 1895.; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Os jornais portugueses: sua filiação e metamorfoses. Lisboa: Imp. de Libanio da Silva, 1897.; e PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. Movimento evolutivo do jornalismo político em Portugal no século XIX. In: Revista de Sciencias Lettras e Artes. Lisboa, 1(2) jul. 1901, p. 52-57; 1(3).

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Um breve histórico dos periódicos abordados neste livro pode ser encontrado na publicação cujos alguns segmentos estão aqui também adaptados: ALVES, Francisco das Neves. *Visões espelhadas d'além mar.* Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

### ÍNDICE

A abolição da escravatura no Brasil sob o prisma de periódicos lusitanos / 13

Atentados contra dois chefes de Estado brasileiros nas páginas de duas publicações periódicas ilustradas lusas / 37

O embate entre a imprensa portuguesa monárquica e republicana perante a instauração da República no Brasil / 61

A crise revolucionária brasileira e a imprensa lusitana / 131

### A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL SOB O PRISMA DE PERIÓDICOS LUSITANOS

A abolição definitiva da escravatura efetivada no Brasil através da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, trazia consigo a culminância de um processo histórico procrastinador, que se arrastara por décadas, sem levar à extinção plena da escravidão, acompanhado por outro que progredia ano a ano, notadamente a partir da década de 1880, promovendo o ideário abolicionista como uma meta fundamental a ser realizada pelo império tropical. Como o Brasil era um dos tópicos essenciais do jornalismo português ao tratar do contexto internacional, a notícia do encerramento do escravismo brasileiro encontrou significativo eco em meio à imprensa lusitana. Em linhas gerais, a cobertura do periodismo luso acerca da lei abolicionista brasileira, seguia a linha do país ter concluído "uma luta pelo progresso e pela grandeza da nação", de maneira que "a abolição representava a destruição do passado", predominando conceitos como "da pátria, da civilização e da integração do país no concerto das nações livres e civilizadas". Os jornais portugueses confirmavam a perspectiva pela qual "ser a favor da emancipação dos escravos era ser a favor do *progresso* e da *civilização*", uma vez que "a escravidão fora condenada em nome do progresso e da civilização nos países mais desenvolvidos"4.

Nessa linha, a *Aurora do Minho* anunciou a abolição da escravatura no Brasil como "a informação mais valiosa que nos deu a agência Havas", ficando a

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 213.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 4.ed. São Paulo: Global, 1988. p. 63.

redação tomada de "júbilo" por "esta imensa glória, que sucede a uma dolorosa mácula", tal qual "a noite caliginosa e lúgubre pode suceder, numa explosão vivíssima de luz, numa efervescência dulcíssima de cânticos, numa expansão suavíssima de perfumes, a carinhosa alvorada de um grande dia". Dizia o periódico que assim "condenou-se a escravidão no império, depois de uma honrosa discussão parlamentar e com sacrifício nobilíssimo de valiosos interesses materiais", identificando também o fato como "glorioso testemunho de abnegação", que dava "o Brasil a essa opulenta América, onde tantos milhares de escravos vergavam ainda ao açoite infamante e revolviam o solo ubérrimo", deixando os mesmos "de ser a alimária adstrita à roça, o cachorro consignado ao senhor". Argumentava que não fora "preciso ferir batalhas colossais, empreender sangrentas campanhas, para alcançar esta radiosa vitória humana", para prevalecer "os troféus da civilização", como os "azorragues que se partiram" e as "gargalheiras que se quebraram". Considerava também que "os açougues de carne negra apoucaram-se" e "o Brasil ficou maior", pois, "do Prata ao Amazonas a liberdade tem mais um milhão de homens" livres, com os portugueses tendo "orgulho das glórias" brasileiras<sup>5</sup>.

Já o diário lisbonense *Comércio de Portugal* se congratulava com o Brasil, "pelo grande fato de haver enfim sido abolido do império o estado servil, consumando-se assim a obra patriótica e civilizadora em que há tantos anos se achavam empenhados os liberais brasileiros", bem como "se interessavam vivamente todos os povos modernos". Apontava para "a parte gloriosa que nessa

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> AURORA DO MINHO. Braga, 27 maio 1888. A. 1. N. 52. p. 1.

cruzada do bem, da justiça, do direito e da liberdade tinha a nação portuguesa", de maneira que seria "justo que fosse ela a primeira a saudar calorosamente a nação irmã e amiga pela realização de tão levantado ideal de engrandecimento e de prosperidade". De acordo com tal perspectiva, afirmava que "Portugal tem inscrito o seu nome tantas vezes ilustrado nessa grande campanha civilizadora e humanitária, pelo zelo solícito e pela dedicação acrisolada que pôs em combater a escravidão", ao dar "ao mundo os mais edificantes exemplos de enérgica perseverança na persecução de tão generoso intuito, de modo que foi esta nação *a primeira* que aboliu em todas as suas colônias o estado servil"<sup>6</sup>.

Traçando um breve histórico acerca do processo abolicionista brasileiro, O Comércio do Porto explicava que a escravidão seria um fator que comprometia o progresso do país tropical, afirmando que "o próprio interesse econômico dizia ao Brasil que fosse abolicionista", ao qual se somava "outro, que se liga intimamente ao primeiro", ou seja, "o interesse moral, a dignidade humana", que "não teriam que falar unicamente os humanitários amigos dos escravos" e sim aos "amigos dos senhores", que "deveriam falar também às classes livres que compõem a nação brasileira". Acrescentava que "o Brasil, reduzido à escravidão e mantendo escravos, tinha e mantinha na sua atmosfera social um elemento mórbido, que a todo o instante produzia maléficos efeitos", de modo que, com a abolição, os brasileiros passaram a respirar um ar "mais forte" e "mais puro",

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 16 maio 1888. A. 10. N. 2653. p. 1.

pois, "realizando um grande pensamento, engrandeceu, portanto, os seus elementos de prosperidade econômica e moral".

Segundo o jornal *Correio da Manhã* eram "deficientes e inexpressivas todas as palavras de entusiasmo com que queiramos aplaudir o parlamento brasileiro pela abolição incondicional da escravatura". Dedicava votos de "honra a essa grande nação, tão irmã da nossa pelo sangue e pelas tradições, e de hoje em diante tão igual pelo espírito liberal e fraterno" com "que acaba de exemplificar na sua medida rasgadamente generosa". Notificava que "o parlamento português consignou nas suas atas um voto de congratulação pela homenagem que o Brasil acaba de prestar ao princípio da igualdade humana", perante o que julgava que "procederam bem as duas câmaras legislativas do país em se associarem numa igual manifestação de júbilo ao sentimento que inspirou o parlamento brasileiro", o qual, "de uma vez para sempre, e com uma votação honrosa, limpou a nódoa infamante que tem manchado a sua civilização". Demarcava também que, mesmo antes dos parlamentares lusos, "já a imprensa portuguesa tinha festejado com espontâneas e calorosas aclamações aquela grande medida libertadora e fraterna, que basta para remir uma sociedade culta do crime de a não a ter promulgado há mais tempo"8.

Lançando mão da abordagem dos laços luso-brasileiros, o *Correio da Manhã* afirmava que "todas as nossas calamidades têm tido no Brasil um eco de consideração e simpatia" e ainda que "todos os nossos júbilos são como júbilos

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Lisboa, 20 maio 1888. A. 35. N. 125. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 maio 1888. A. 5. N. 1060. p. 1.

iguais acolhidos no grande império", de modo que seria de "honra, justiça e dever de todos nós, associarmo-nos neste momento a essa manifestação poderosa de coração e de inteligência que uma nação acaba de dar no período áureo da sua vitalidade". O periódico manifestava-se em tom laudatório ao referir-se ao periodismo brasileiro e as reações positivas diante da receptividade lusitana à abolição, congratulando-se "sinceramente com a imprensa brasileira" a qual, ao "advogar a causa nobre", havia "honrado a sua missão, e que tão alto soube levantá-la que à sua iniciativa poderosa, à sua propaganda constante, à energia dos seus jornalistas, à vulgarização das suas ideias, se deve este resultado magnífico, esta vitória brilhante". O jornal ressaltava ainda que, "ausente e enfermo, possa o chefe ilustradíssimo do Estado brasileiro felicitar dentro em pouco, e de viva voz, sua augusta filha, a princesa regente" por ter-lhe "o destino permitido que firmasse com a sua assinatura o decreto da libertação". Em conclusão, constatava que se "realiza ao fim de longos anos o desejo veemente do bondoso monarca, que a sorte reservou para se realizar em sua vida o acontecimento mais extraordinário e mais consolador do seu país e do seu tempo"9.

Para o *Diário de Notícias*, "o ato que o governo brasileiro acaba de praticar, abolindo totalmente e desde já a escravidão, é um acontecimento social de tal ordem que não pode deixar de ser acolhido em toda a parte com entusiasmo", ainda mais "em Portugal, que legitimamente se orgulha de ser o criador daquele vasto e florescente império". Explicava que, "nas cinco partes do mundo onde

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 maio 1888. A. 5. N. 1060. p. 1.

exercemos domínio ou onde se fala a língua de Camões", ou ainda "em qualquer terra do globo que esteja debaixo da nossa bandeira ou sob o influxo do nosso meio civilizador, já em nenhuma delas é praticada a escravatura ou é tolerada a sua existência como entidade legal". Nessa linha, demarcava que o Brasil teria acabado "de completar a hora que tenazmente iniciamos e generosamente empreendemos, abolindo o tráfico da escravatura nos nossos domínios ultramarinos" e registrava "este resultado final como um dos fatos mais gloriosos e humanitários que se devem inscrever nos anais da civilização portuguesa". Argumentava que poderia ser dito "talvez que o Brasil acedeu um pouco tarde a este movimento irresistível do progresso", opinando que "a maneira sensata e verdadeiramente evolutiva como ele resolveu esta prodigiosa transformação" teria compensado "satisfatoriamente qualquer instante de demora". A tal respeito, exemplificava que "os Estados Unidos, a poderosa república do norte, tentaram de um golpe cortar o grilhão do escravo, mas as consequências fatais que provieram dessa transição rapidíssima ainda hoje se estão sentindo", já que "a guerra separatista fez correr muito sangue e acendeu muitos ódios, que ainda se não apagaram totalmente"10.

Levando em conta a comparação com o caso estadunidense, o *Diário de Notícias* defendia que "a transformação realizada no Brasil foi mais lenta, mas foi mais natural e menos agressiva", pois, "de há muitos anos que a obra tinha sido inaugurada, dando-se a liberdade aos filhos recém-nascidos dos escravos", e, a partir daí, a "propaganda generosa foi-se dilatando e o movimento

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 17 maio 1888. A. 24. N. 8026. p. 1.

abolicionista como que se tornou espontâneo, registrando-se todos os dias fatos numerosos de senhores e corporações que davam a carta de alforria aos seus escravos". Nessa linha, sustentava que, "em muitos municípios, em algumas províncias, o registro da escravidão era já nulo ou quase nulo", de forma que "a cruzada do abolicionismo entrou na Jerusalém da liberdade sem ter cometido uma violência, sem ter derramado uma gota de sangue, e os que receavam que o Brasil ia sofrer uma violentíssima comoção social e econômica", viram "felizmente dissipadas as suas apreensões", passando a ser "os primeiros a aplaudir e a concorrer para a realização definitiva da obra". De acordo com o periódico, a extinção da escravatura advinha da "lei do evangelho da civilização" e do "progresso". Ao final, lamentava a doença de D. Pedro II e fazia "votos para que sua majestade se restabeleça quanto antes", para sentir "a inolvidável e celestial ventura de receber as ovações dos que, estando reduzidos às condições de animalidade, voltaram a ser homens", pois "se tornaram livres"<sup>11</sup>.

O *Diário Ilustrado* publicou nota informando que, "depois de lutas homéricas, contra a tradição de interesses arraigados, terminou a escravidão na terra que nós civilizamos e emancipamos"<sup>12</sup>. Representante da imprensa regional, *O Estremocense* noticiou que "os nossos irmãos d'além-mar" mostraram "ao mundo inteiro os progressos da civilização do seu país", ao riscar

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 17 maio 1888. A. 24. N. 8026. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 16 maio 1888. A. 17. N. 5423. p. 2.

#### O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

"dos seus códigos a infamante palavra escravatura". Também do interior português, lembrando a legislação abolicionista e o movimento antiescravista no Brasil, o Jornal de Lousã opinava que "a abolição definitiva da escravatura deu ao Brasil um lugar proeminente entre as nações americanas", vindo a merecer "o respeito e as simpatias de todos os povos civilizados". Demarcava ainda que o país teria "por este fato um lugar distinto na história do século XIX, e os vindouros glorificarão com o mesmo entusiasmo", por proclamar "a igualdade de direitos de todas as raças humanas e a emancipação de todos os escravos"14. Já o periódico portuense O Primeiro de Janeiro destacou que o parlamento brasileiro, "depois de um debate interessantíssimo, nobremente inspirado na gravidade do assunto, acaba de aprovar a abolição do trabalho servil", de maneira que nesse império passara a prevalecer "o interesse da civilização humanitária" e "democrática, que arranca à fronte escravizada do negro o estigma infamante da sua degradação", conclamando que fosse saudada "a obra meritória que acaba de ser levada a termo pelos nossos irmãos de alémmar"15.

*O Economista* se entusiasmava com o fato de que no parlamento luso "foi saudada com palavras de sincero júbilo e com manifestações de nobre congratulação, a notícia de que fora completamente abolida a escravidão no império do Brasil". Diante disso, a folha dizia folgar "de que assim procedesse o

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> O ESTREMOCENSE. Estremoz, 26 maio 1888. A. 1. N. 11. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> JORNAL DA LOUSÃ. Lousã, 19 maio 1888. A. 4. N. 159. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 18 maio 1888. A. 20. N. 124. p. 1.

nosso parlamento, e de que todos, poderes públicos, imprensa e povo manifestem nesta ocasião os seus sentimentos de simpatia por um país que é nosso irmão" e que "de Portugal recebeu a vida, a organização e a liberdade". Declarava ainda que, "nesta congratulação sincera, pressurosa, entusiástica, ao mesmo tempo em que satisfazemos um dever de coração", que lhe inspirava "em nobres sentimentos humanitários, como que a nós mesmos reconhecemos o direito de aplaudir os que tão bem nos sabem imitar, os que nos nossos exemplos têm colhido proveitosa lição" 16.

A respeito desse citado papel lusitano na projeção do ideário abolicionista, O Economista encontrava em Portugal a nação que se avantajara "em tudo quanto pode significar o empenho de acabar com todas as dificuldades, com todas as inauditas derrogações dos direitos naturais do homem" e "com esse atentado feito às mais belas prerrogativas da humanidade". Citava também o luso como aquele que tivera "mais títulos à consideração, ao respeito da humanidade", na qualidade de um "pequeno povo que tão nobremente se dedicou a abolir a escravidão em todos os seus domínios e que, não olhando aos maiores sacrifícios, limpou de uma vez desta nódoa toas as suas colônias". Ainda apontava a lusitana como a nação que "pode dar documentos mais solenes do seu sincero amor à liberdade humana", ainda que constituísse "um país pequeno, sem recursos, sem influência no congresso das nações", mas que teria "sabido conquistar simpatias perduráveis em todas as regiões que os seus

 $<sup>^{\</sup>rm 16}$  O ECONOMISTA. Lisboa, 17 maio 1888. A. 7. N. 2012. p. 1.

filhos têm percorrido, conquistando-as não pela força, mas pelo entranhado amor ao progresso e à civilização"<sup>17</sup>.

A partir de tais constatações, o diário luso *O Economista* dizia que "temos sobejas razões para saudarmos o Brasil com a consciência satisfeita, porque há muito lhes demos exemplo, que eles hoje tão nobremente seguem". Detalhava que "há muito que aquele nobre povo forcejava por acabar com uma instituição que era uma verdadeira mancha na sua vida". Nessa linha, citava que, "desde muito, nos acostumamos todos os dias a receber notícias de atos, embora isolados, mas que denotavam o propósito firme de chegar à completa abolição da escravidão" e que, "há bastante tempo que no ilustrado imperante, nos poderes públicos, dominava o pensamento de porem o remate à organização liberal daquele país", visando a fechar "para não mais se abrir a página negra em que, em vez de uma lista de cidadãos, se lia um rol de escravos". Ainda assim enfatizava o "quanto é difícil a transição em casos semelhantes", nos quais "quantos interesses é indispensável considerar" e "quantas dificuldades é forçoso vencer". Nesse sentido, seria "com mais entusiasmo" que saudava "todos os que se empenharam nessa obra humanitária" 18.

A partir da prática abolicionista apresentada, *O Economista* defendia que "complete o Brasil a sua obra", ou seja, se "pela lei acabou com os escravos", que "procure agora pela instrução, por uma compreensão acertada por que gradualmente se adaptam ao gozo de direitos que mal conheciam, homens

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 17 maio 1888. A. 7. N. 2012. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 17 maio 1888. A. 7. N. 2012. p. 1.

rudes e enervados pelo trabalho forçado", de modo a "fazer desses escravos de ontem homens que sejam amanhã cidadãos úteis à sua pátria, instrumentos poderosos do progresso e da civilização desse belo país, que a natureza tão prodigamente enriqueceu". Também demarcava que, "se a todos os portugueses deve ser grato o saberem que o Brasil aboliu a escravidão, aos que dia a dia pugnam pela realização dos grandes melhoramentos" a ainda "aos que tantas vezes dão aos governos a força necessária para levarem a cabo as grandes reformas" e "aos que numa palavra lutam com dedicação na imprensa pelos grandes princípios", não poderia "passar sem uma saudação especial, sem uma entusiástica manifestação de apreço esse ato que teve na imprensa brasileira também uma eficaz e inteligente cooperadora". A partir de tal premissa, concluía, felicitando o periodismo brasileiro e saudando "o ilustre monarca e todos os que colaboraram para um ato que há de constituir sempre uma das páginas mais brilhantes da história do Brasil" 19.

O periódico lisboeta *Esquerda Dinástica* noticiou que a lei abolicionista fora aprovada por ambas as casas legislativas brasileiras, considerando que aquela fora "a informação mais valiosa" dada pelas agências internacionais. A redação declarava que ficava cheia "de júbilo", a partir daquela "imensa glória, que sucede a uma dolorosa mácula", tal qual a "noite caliginosa e lúgubre pode suceder, numa explosão vivíssima de luz, numa efervescência dulcíssima de cânticos, numa expansão suavíssima de perfumes, a carinhosa alvorada de um grande dia". Dizia que "condenou-se a escravidão no império, depois de uma

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> O ECONOMISTA. Lisboa, 17 maio 1888. A. 7. N. 2012. p. 1.

honrosa discussão parlamentar e com o sacrifício nobilíssimo de valiosos interesses materiais", de modo que "glorioso testemunho de abnegação dá agora o Brasil a essa opulenta América, onde tantos milhares de escravos vergavam ainda ao açoite infamante e revolviam o solo ubérrimo". Considerava que eram "abençoados" os "montes de ouro que o juvenil império sacrifica à dignidade humana, ao resgate de uma afronta", eliminando-se "a gargalheira secular", deixando "o negro de ser a alimária adstrita à roça, o cachorro consignado ao senhor"<sup>20</sup>.

A Esquerda Dinástica sustentava ainda que não fora "preciso ferir batalhas colossais, empreender sangrentas campanhas, para alcançar esta radiosa vitória humana" que muito valia para "os troféus da civilização", pois "os açougues de carne negra apoucaram-se, mas o Brasil ficou maior", pois haveria "menos escravos no mundo" e, "do Prata ao Amazonas, a liberdade tem mais um milhão de homens". Considerava que deveria tomar "um posto de honra na América, pela abolição da escravatura, o filho ilustre desta velha nacionalidade, que está na vanguarda do mundo pela abolição da pena de morte". Em torno das relações luso-brasileiras, o jornal apontava que "herdou e perpetua o Brasil a nossa língua, o nosso nome, a nossa raça, a nossa tradição brilhante", de maneira que, "nos seus dias de legítima opulência, quando ele for um dos mais poderosos impérios da terra, dentro desses limites enormes onde quase cabe a Europa inteira, lembrará pela sua origem a ínclita nacionalidade", que naquele momento "o acompanha e aplaude fervorosamente nos júbilos e nos triunfos".

-

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> ESQUERDA DINÁSTICA. Lisboa, 15 maio 1888. A. 1. N. 28. p. 1.

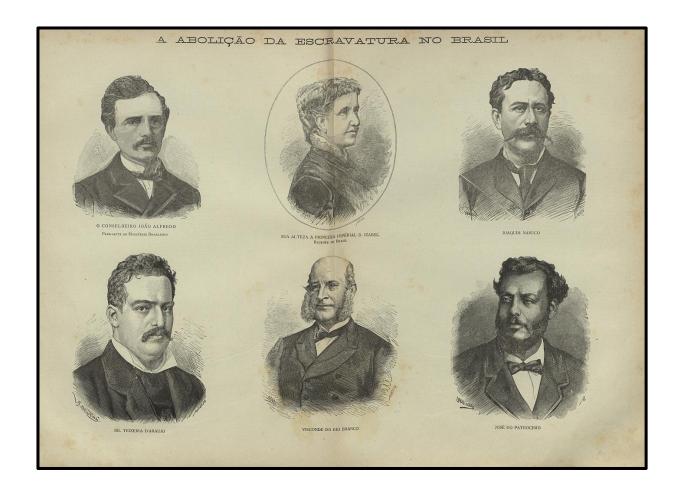
Demarcava também que o Brasil se tratava de uma "página solta, imensa da nossa epopeia antiga, filho prestigioso da nossa alma aventureira", do qual os portugueses tinham "orgulho das suas glórias, como ele pode ter vaidade da sua altiva genealogia"<sup>21</sup>.

A publicação ilustrada lusa *O Ocidente* publicou primeiramente uma nota acerca dos informes quanto à "lei de libertação completa dos escravos", referindo-se à "generosa lei que acaba de banir daquele país florescente a escravidão". De acordo com a revista, em Portugal "toda a imprensa recebeu com verdadeiro regozijo esta boa nova", ao qual se associava "de coração, levantando um entusiástico viva pelo Brasil sem escravos". Fez ainda referência ao planejamento das celebrações de parte da colônia brasileira em Lisboa, "em comemoração do grande fato do século – a abolição da escravatura no Brasil". O periódico, em honra à extinção do escravismo brasileiro ainda estampou os retratos da princesa regente, de políticos e abolicionistas brasileiros e publicou artigo sobre o tema. Dizia a folha que, "o século XIX, este século de progresso e de luz, este século em que a humanidade tem conquistado todos os direitos que lhe andavam sequestrados pelo direito da força e pelo obscurantismo, acaba de alcançar mais uma vitória", a qual "não é a menor das suas conquistas, mas a mais humanitária, a mais racional, a mais gloriosa – a libertação dos escravos no Brasil"22.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> ESQUERDA DINÁSTICA. Lisboa, 15 maio 1888. A. 1. N. 28. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 21 maio 1888. A. 11. V. 11. N. 339. p. 8.; 1° jun. 1888. A. 11. V. 11. N. 340. p. 1.; e 11 jun. 1888. A. 11. V. 11. N. 341. p. 3-4.

#### O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO



Ainda acerca do assunto, *O Ocidente* declarava que aquela "monstruosidade que empanava o brilho do grande império americano desapareceu finalmente, fulminada pela lei de 13 de maio do corrente ano, aprovada pelo parlamento brasileiro e assinada pela princesa imperial regente

D. Isabel", determinado "a abolição da escravatura em todo o império brasileiro". Detalhava que, "daquela data em diante deixaram de existir escravos no Brasil", apontando o "quanto esforço foi preciso para fazer triunfar esta causa justa", no combate aos "egoísmos" que a ela se opunham e com o apoio das "grandes lutas travadas na imprensa e no parlamento brasileiro, até que engrossasse a onda abolicionista". Explicava que, desde 1871, com a Lei do Ventre Livre, "principiou a agitar-se a ideia emancipadora e a ferir-se a grande luta entre os dois partidos que se formaram", ou seja, "um dos que punham a liberdade acima de tudo" e "outro dos que defendiam os interesses materiais que viam ameaçados", sendo que a vitória daquela legislação servira para engrossar "a falange abolicionista, que, daquele momento em diante, principiava a crescer a olhos vistos"<sup>23</sup>.

O Ocidente demarcava ainda que, desde aqueles primórdios dos anos 1870, "principiou no Brasil uma forte propaganda abolicionista", pois, "na imprensa e nos comícios levantavam-se as vozes generosas que pugnavam pela liberdade dos escravos". Descrevia também que, "por todo o império criavam-se sociedades abolicionistas que, com os seus fundos e a sua influência, iam resgatando centenas de escravos", de maneira que, "a ideia emancipadora fazia tais progressos, que muitos senhores reconheciam o direito de liberdade dos seus escravos e generosamente os libertavam", enquanto "outros deixavam em seus testamentos determinada a alforria para os seus cativos servidores", o que teria levado a uma diminuição no número de escravos no contexto brasileiro. A partir de tal constatação, dizia que poderia ser avaliada "a força do grande

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 11 jun. 1888. A. 11. V. 11. N. 341. p. 3.

partido abolicionista, que acaba de vencer a sua santa causa", em um episódio que "honra o Brasil, onde os partidários da escravidão se reduziram a uma pequena parcialidade", a qual ainda existiria "mais pelo receio do desequilíbrio econômico que abolição produzirá", do que "pela desumanidade ou desprezo pela raça negra"<sup>24</sup>.

Ainda a respeito do Brasil, o periódico ilustrado *O Ocidente* conjeturava "que a nenhum dos partidários da escravatura, em pleno século XIX, repugnava no íntimo a ideia de liberdade para os escravos", de modo que "toda a oposição que faziam a essa ideia só se bastava na defesa da propriedade, que as leis garantiam e à sombra das quais tinham empregado o seu capital". Dizia acreditar que "se o governo pudesse indenizar uma boa parte do prejuízo que a abolição trazia ao capital, que nenhuma voz se levantaria contra" a mesma, pois "isso importaria negar todos os progressos do nosso século" e "todas as liberdades que se tem conquistado". Afirmava ainda que "o Brasil não podia sofrer por mais tempo essa vergonha que aniquilava toda a sua civilização, e por isso a ideia abolicionista" tornou-se "uma questão de vida ou de morte, de encontro a qual se quebravam todas as forças oposicionistas, que dia a dia enfraqueciam e se submetiam à opinião geral, contra quem era impossível lutar". A respeito do abolicionismo, discorria que "foram dezessete anos de campanha, em que se não mediram as forças do corpo, mas as da alma, em que não se buscaram os artifícios da guerra, mas as maravilhas do espírito" e ainda "em que não se opôs a força dos canhões, mas o poder da razão e da lógica, e

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 11 jun. 1888. A. 11. V. 11. N. 341. p. 3.

sem ferir, sem se derramar sangue, nem se espalhar o luto", chegando-se "ao termo dessa campanha coberta de flores, de glória, triunfante da ideia redentora, sem ter que enxugar as lágrimas da viuvez ou da orfandade" e sim "entre um coro de alegrias e de aplausos entusiásticos", os quais, "desprendidos da grande América, vieram ecoar na Europa, na humanidade inteira, que redobrou esses aplausos e que saudou fraternalmente o povo brasileiro"<sup>25</sup>.

Também na concepção de O Ocidente, ainda ao se referir ao abolicionismo, "os heróis desta grande luta são muitos", quer seja, "todos que concorreram direta ou indiretamente para desprender as algemas da escravidão, quer com o esforço da sua palavra propagandista, quer com os seus capitais", de maneira que "a todos a humanidade deve reconhecimento - os libertos, pela escravidão de que saíram; os que eram livres, pelo opróbrio de que se lavaram, resgatando os seus irmãos". A redação do periódico declarava que quisera "estampar os retratos de todos esses heróis, se isso fora possível", de forma a "honrar as páginas do Ocidente com as efígies dos que mais se distinguiram na luta", mas que seriam "muitos", não sendo possível "obter os seus retratos", por isso limitava-se àqueles que foram alcançados, dizendo-se deles, "em poucas palavras, o muito que a história rezará depois, quando lhes consignar o nome nas suas páginas mais gloriosas". Daí em diante, quanto à Lei Áurea, a folha enfatizava o papel das forças políticas que levaram à sua promulgação, concluindo que "foram estas forças reunidas que derruíram a velha lei escravizadora, que fizeram soar as grandes tubas de prata, anunciando

<sup>25</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 11 jun. 1888. A. 11. V. 11. N. 341. p. 3.

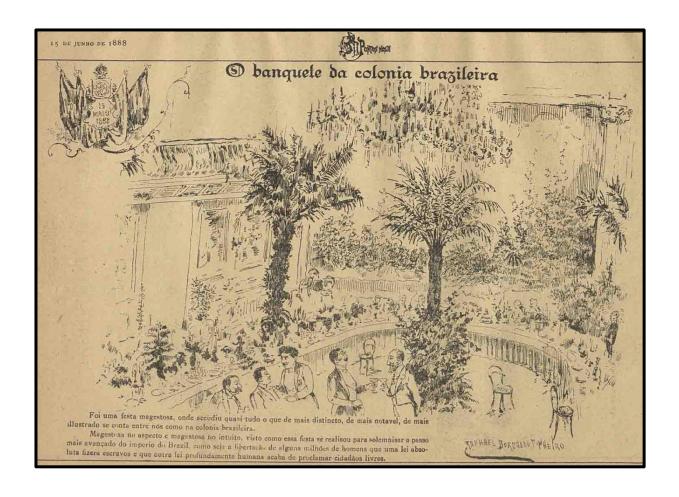
#### O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

ao mundo que no orbe cristão" não haveria "mais escravos, e se o Brasil foi o último a libertá-los, resta-lhe a glória de tê-lo feito sem derramar o sangue de seus irmãos, sem que as suas vastas campinas se alastrassem de cadáveres, como aconteceu na América do Norte", e, assim, "o sangue dos vencidos não salpicou a alva bandeira dos vencedores", pois o século XIX "tem destas conquistas"<sup>26</sup>.

O semanário ilustrado e humorístico *Pontos nos ii* homenageou o 13 de Maio entrelaçando as bandeiras lusa e brasileira e noticiando o banquete da colônia brasileira em Lisboa, chegando a apresentar uma cena da solenidade. Segundo o periódico, "foi uma festa majestosa onde acudiu quase tudo o que de mais distinto, de mais notável, de mais ilustrado se conta entre nós como na colônia brasileira". Considerava que a festividade fora "majestosa no aspecto e majestosa no intuito, visto como se realizou para solenizar o passo mais avançado do império do Brasil, como seja a libertação de alguns milhões de homens que uma lei absoluta fizera escravos", ao passo que, "outra lei profundamente humana acaba de proclamar cidadãos livres"<sup>27</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 11 jun. 1888. A. 11. V. 11. N. 341. p. 3 e 5.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> PONTOS NOS ii. Lisboa, 15 jun. 1888. A. 3. N. 161. p. 2.



O diário lisboeta *O Repórter* demarcava que naquele momento "atravessa os extensos mares um grito de sagrado e generoso júbilo coletivo", pois "a escravidão foi abolida totalmente pela lei brasileira". Considerava que, "economicamente, politicamente, socialmente, esta medida radical vai ter

resultados imediatos ou remotos", mas não poderia ser negado "que o Brasil deu de si uma sublime prova de desinteresse e de nobreza", propondo-se a "saudar a nação nossa irmã por um ato tão belo da sua vida política e moral". Segundo a matéria jornalística, "não deixa de ser incontestável que muitos corações generosos" poderiam vir a "sofrer mais tarde" e "que muitas esperanças radiantes se dissiparão em fumo", bem como "as utopias humanitárias hão de afundar-se fatalmente no desânimo inelutável em que assombra toda a aspiração humana que ultrapassa os limites do que é prático, positivo e real", mas que o mais relevante seria que "a razão nos faça ouvir" e valorizar o que ocorrera no império tropical. Nessa linha, arrematava com a conclamação de que o Brasil deveria ser aplaudido e invejado, uma vez que, "ter um sonho realizado é já uma bela coisa no tempo em que ninguém sonha, e em que ninguém tenta olhar para além do resultado imediato e da utilidade mesquinha"<sup>28</sup>.

A publicação republicana *O Século* enfatizava que "triunfa a democracia" e "triunfa o grande, o sublime princípio da igualdade humana", pois "o Brasil emancipa o escravo", caindo "por terra os grilhões que algemavam uma ração escrava". Considerava que naquele instante "atravessamos um momento solene", com "a luz a dissipar as trevas, a civilização a irradiar sobre o preconceito, que desaba", estando "o escravo emancipado", com "besta feita homem" e "o homem feito cidadão". Desejava que fosse bendita "a justiça, o esplêndido sol rutilante, que eleva os pequenos, e erque os vitimados" e

\_

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 16 maio 1888. A. 1. N. 135. p. 1.

abençoado "o direito, que diz ao poderoso — 'sê clemente, sê justo, sê humano'". Apontava que "a humanidade caminha" e "é este o fato que se vê, que se apalpa, que se apercebe", levando em conta que "a emancipação da escravidão no Brasil é uma homenagem prestada à consciência e à personalidade humana", devendo ser saudada "a humanidade triunfante"<sup>29</sup>.

O Século lembrava que, "no grande continente americano era o Brasil o único país que tolerava e mantinha a escravatura, assim como é o único país que tolera e mantém o regime monárquico", apontando que "era tão exótica a escravidão, como exótico é o trono de Pedro II". Nesse sentido, de acordo com suas convicções, sustentava que "foi já abolida a escravidão, e, em pouco tempo, é de supor que seja também abolido o trono", tendo em vista que "a transformação social arrastará consigo a transformação política". Conjeturava assim que "a abolição da escravidão está destinada a reorganizar a sociedade brasileira em bases inteiramente diversas", uma vez que "a escravidão representava para o Brasil uma tradição", estando "a ela vinculados a propriedade e os interesses do poder e da riqueza". Prognosticava também que, "o escravo livre quer dizer o país emancipado da tutela dos grandes e dos senhores", ou seja, seria "a igualdade sancionada nas leis, nos códigos e nos costumes"<sup>30</sup>.

Ainda a respeito da perspectiva de que o fim do regime escravocrata traria consigo também a extinção da forma monárquica, *O Século* opinava que "o

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> O SÉCULO. Lisboa, 18 maio 1888. A. 8. N. 2264. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> O SÉCULO. Lisboa, 18 maio 1888. A. 8. N. 2264. p. 1.

imperador está velho, e, ao que se diz, gravemente doente", além do que, "sua filha, a sucessora do trono, é uma mulher fanática e impopular, e casada, para mais, com um estrangeiro". Sustentava assim que "tudo leva a crer que, com a morte do imperador, que sustentava o trono no Brasil pelo seu prestígio pessoal, e que, por um singular acaso, pode coincidir com o ato essencialmente humanitário" que tal "nação acaba de praticar", advindo daí "a situação política" que "terá em breve de passar por uma completa e radical transformação". Garantia que "São Paulo, a parte pensante do Brasil, há muito que hasteou a bandeira republicana", além do que "a unidade de um império é impossível de conservar-se no grande continente americano, quando as nações vizinhas, os hábitos, as tendências e as aspirações dos seus habitantes os impelem para a democracia". De acordo com tal perspectiva, vaticinava que "está abolida a escravidão", restando "decretar a maioridade do povo brasileiro pela república", demarcando a publicação que "o trono é tão exótico hoje no Brasil, como exótica era ontem a escravidão", ou seja, "abolida uma, torna-se indispensável abolir o outro, como consequência natural e lógica". Em conclusão, o periódico republicano conclamava para que "celebremos o grande acontecimento e preparemo-nos para festejar amanhã o completo e definitivo triunfo da democracia brasileira" e exclamava: "honra ao Brasil" e "honra à civilização e à humanidade!"31.

Assim a imprensa portuguesa noticiou a abolição definitiva da escravatura no Brasil com largo entusiasmo, congratulando-se com a "nação

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> O SÉCULO. Lisboa, 18 maio 1888. A. 8. N. 2264. p. 1.

irmã", por extirpar de vez aquilo que era considerado como uma "mácula" para o Brasil, que, ao extinguir a escravidão, estaria finalmente se alinhando aos princípios civilizatórios, humanitários e libertários. O pensamento predominante era o de que a "cruzada abolicionista" chegara ao seu clímax, uma vez que "o sucesso do movimento" constituía a conclusão do esforço para comprovar "o anacronismo da escravidão numa época de 'progresso'"<sup>32</sup>. Outra constatação foi a de que a abolição não fora "associada à ideia de desordem", já que a eliminação da escravatura não deveria dar-se "por si mesma, anarquicamente, sem as rédeas da autoridade do governo"<sup>33</sup>. No denominado "século das luzes", o jornalismo luso aplaudiu o Brasil não mais escravocrata, uma vez que o império tropical teria dado um passo decisivo para a sua entrada categórica no propalado mundo civilizado.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 76.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites* – *século XIX.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 222 e 226.

# ATENTADOS CONTRA DOIS CHEFES DE ESTADO BRASILEIROS NAS PÁGINAS DE DUAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS ILUSTRADAS LUSAS

Os atentados contra chefes de Estado foram crimes recorrentes ao longo do século XIX, ocorrendo em variados continentes e em diversas das décadas que compuseram tal centúria. Muitos desses atos foram perpetrados com êxito, culminando no regicídio ou no assassinato de presidentes da república, aparecendo a imprensa como o principal veículo de divulgação de tais ações criminosas, agindo decisivamente para o registro das mesmas e contribuindo para a alocação dos personagens mortos em meio à memória social do público leitor. O periodismo português acompanhou tais coberturas jornalísticas muito a contento, inclusive no caso brasileiro, com a diferença de que no país tropical, as tentativas de morte dos governantes não foram coroadas de sucesso. Um desses atentados ocorreu em julho de 1889, já em plena crise monárquica, quando, ao sair do teatro, o imperador teve a sua carruagem alvejada por tiros de parte de manifestante que proferia palavras de teor antimonárquico. Apesar de não atingir seu intento, o perpetrador do ato acabou por ser preso e identificado como o cidadão luso Adriano Augusto do Valle. Quase uma década depois, em 1897, foi a vez do alvo ser o presidente Prudente de Morais, que enfrentava uma crise de movimento messiânico no nordeste do país, bem como os resquícios do exaltado movimento jacobino. O militar Marcelino Bispo de Melo tentou disparar contra o presidente, sem sucesso, mas, com uma arma branca conseguiu atingir dois oficiais, dentre eles o ministro da Guerra, Carlos Machado Bittencourt, que acabou por morrer. O autor do atentado foi preso e encontrado enforcado no cárcere. Ainda que não tivessem atingido o seu êxito os dois delitos foram divulgados pelo jornalismo luso, e neste capítulo serão abordadas as repercussões dos mesmos junto de dois representantes da imprensa ilustrada portuguesa, *O Ocidente* e o *Diário Ilustrado*.

A respeito do ato perpetrado contra o monarca brasileiro, o Ocidente narrou que "o acontecimento há dias ocorrido no Rio de Janeiro, e tão laconicamente transmitido pelo telégrafo, veio pôr mais em evidência a popularidade" do imperador, uma vez que "chefes de Estado, associações, particulares, das capitais da Europa e da América, todos se apressaram a manifestar" ao soberano "o júbilo de o verem salvo" e "livre de um perigo iminente". Detalhava que, "em Portugal, e nomeadamente em Lisboa", perante o intento criminoso "irrompeu de todos os corações um brado de protesto e de indignação, que se avolumou e cresceu ao saber-se que era um português o autor do atentado vilíssimo", o qual "assim vinha pôr uma nódoa infamante e indelével no nome de Portugal, na nossa tradição de lealdade, no nosso sentimento de gratidão". Entretanto, demarcava que, "pouco a pouco se foram apagando as vibrações deste protesto", de modo que "a indignação fugiu de todos os corações", pois, "na serenidade do pensamento, na observação fria, todos excluíram a hipótese de um caso pensado, de um juízo são, de uma selvageria premeditada". Nesse sentido, conjeturava que "a todos ocorreu logo a ideia de que esse português não era um criminoso" e sim "um doido que não inspirava ódio, mas compaixão", em um quadro pelo qual, "esta hipótese invadiu todos os espíritos", espalhando-se "por toda a imprensa, e até que o telégrafo nos transmita novos esclarecimentos, todos nós a temos assente e radicada como uma certeza". Quanto a tal conjetura, o periódico ilustrado afirmava que, "se

porventura nos enganarmos e amanhã nos afirmarem que esse homem não era um doido", mas "uma índole perversa ou um mandatário assalariado, mais alto" viria a vibrar "a revolta e a indignação nesta certeza que se nos afixou no espírito de que não podia um português atentar, no pleno domínio das suas faculdades, contra a vida do imperador D. Pedro"<sup>34</sup>.

Em seguida, o periódico ilustrado lisbonense passava a tecer elogios à figura imperante brasileira, considerando que a sua "existência fora sempre preciosa e respeitável, porque três majestades a aureolavam, a do caráter, a da inteligência e a da idade", a qual "a doença tornava-a hoje veneranda e sagrada". De acordo com a publicação, "para os portugueses o imperador é mais do que o chefe do Estado Brasileiro, é o amigo de todos os filhos de Portugal, que do Brasil fazem a segunda pátria", sendo também "o filho do rei soldado" e "um dos membros mais ilustres da nossa família real", de modo que estava "pelo sangue vinculado à nossa terra, pelo espírito à nossa simpatia, pela inteligência à nossa raça, pelo coração ao nosso reconhecimento, pelo caráter ao nosso respeito". Descrevia quanto a D. Pedro II que, "quando nas suas viagens através da Europa, os reis o enchem de distinções, o Presidente da República Francesa o acolhe com júbilo, os sábios privam com ele, os poetas o saúdam e o povo o aclama, parece que essas manifestações vêm refletir-se" em meio aos lusos, tomando-os de "justo orgulho, como se o mais alto e ilustre dos nossos compatriotas fosse por estranhos acolhido e glorificado". Nesse sentido, demarcava que se os portugueses estavam "tão identificados com a simpática e nobre personalidade

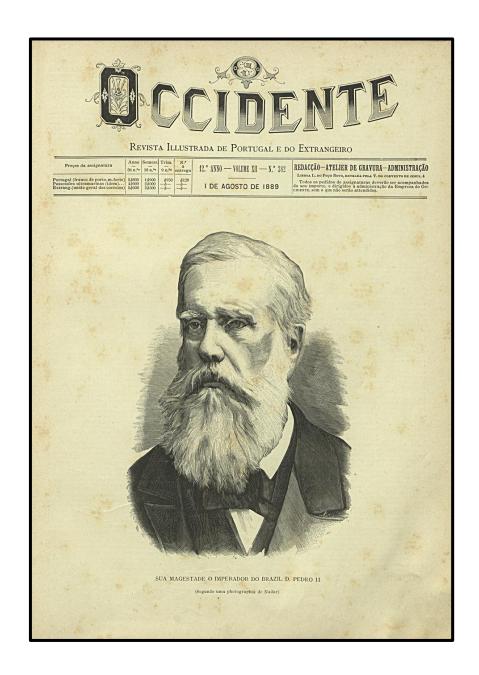
<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 1º ago. 1889. A. 12. N. 382. p. 3.

do imperador", se tinham "sido sempre dos primeiros a exaltar o seu nome, a descrever os traços típicos da sua individualidade", seria "fácil de compreender, primeiro a impressão de dor, de vergonha", que sentiram "ao ler o telegrama deficiente", vindo depois "a quase certeza de que o autor desse atentado era um irresponsável"<sup>35</sup>.

O *Ocidente* esclarecia que ao publicar "o retrato de S. M. Imperial" vinha também "prestar a sua homenagem e fixar em público a manifestação do seu júbilo", evidenciando que o mesmo não era acompanhado "de uma biografia" por ser "completamente inútil", já que se "firmaram em todos os espíritos os traços dessa nobre personalidade", bem como "as fases dessa preciosa existência, não há quem as não conheça". Apontava assim para a "vontade de ferro", o "acrisolado patriotismo", a "inteligência culta", a "atividade infatigável, as excelências daquele coração", a "bondade proverbial de soberano, de marido, de pai, de avô", além das "excentricidades daquele feitio sem igual", constituindo as "suas multiplicadas variantes", as "suas inúmeras feições", em um conjunto que era "tão sabido de todos que seria fastidioso e inútil estar a contá-lo aqui". Diante disso, para concluir, o quinzenário declarava que se limitava "a registrar neste lugar o nosso júbilo imenso que se traduz numa cordial felicitação ao Brasil e ao imperador"<sup>36</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 1º ago. 1889. A. 12. N. 382. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 1º ago. 1889. A. 12. N. 382. p. 1 e 3.



Em outra edição, o *Ocidente* destacava que recebera de seu correspondente no Rio de Janeiro "um croqui e alguns pormenores do atentado contra a vida do imperador do Brasil", o que possibilitaria informar aos leitores, "de modo muito completo, sobre aquele lamentável acontecimento". Além de publicar a gravura remetida da capital brasileira, o periódico avisava que "o limitado espaço" disponível, obrigara-o "a suprimir alguns períodos das informações" enviadas, "tendo suprimido o que era de interesse mais local, sem prejuízo do que importa saber sobre o caso". A seguir transcrevia o texto enviado pelo correspondente, segundo o qual houvera "um atrevido atentado contra a vida do imperador, de que felizmente ficou salvo, mas que impressionou toda a corte, como é natural". A narração descrevia a saída da família imperial do teatro, "quando um grupo de moços levantou vivas à república, que não foram correspondidos", tendo o monarca mostrado "serenidade em presença daquela manifestação hostil". Apontava ainda que, em seguida, foi disparado um tiro de revólver contra o coche onde estava o soberano, sem acertar nenhum dos ocupantes, vindo a ocorrer em seguida a busca para "descobrir o criminoso", o qual veio a ser preso, e, uma vez interrogado, "confessou o crime", declarando "que não se vexava por ter atentado contra a vida de um monarca, não sendo capaz de fazer o mesmo contra a vida de outra qualquer pessoa", mostrando-se "muito exaltado", além de afirmar que fora "instigado por outros a cometer aquele ato condenável". Também de acordo com o testemunho do noticiarista, o

imperador vinha sendo "muito cumprimentado" por diplomatas e políticos, permanecendo "perfeitamente tranquilo"<sup>37</sup>.

À narrativa do correspondente, a publicação lisboeta complementava que, a partir dos jornais recebidos do Brasil, ficara confirmada a autoria do atentado, "seguindo o processo os seus trâmites legais", ao passo que Pedro II havia "recomendado que o preso seja bem tratado". Demarcava ainda que "as manifestações de simpatia pelo imperador têm-se sucedido por parte de todas as classes da sociedade", assim como, "de todas as nações têm sido enviados telegramas oficiais, felicitando o venerando monarca pelo malogro do atentado". Destacava que "a colônia portuguesa publicou um protesto contra o atentado em que declara expulsar do seu seio o autor de tão covarde e inaudito crime", bem como informava que "os grupos republicanos também têm declinado de si a responsabilidade desse acontecimento", ao declarar que o perpetrador do crime "obrou de moto próprio, sem instigação do partido republicano". Em seguida, trazia alguns informes sobre Adriano Augusto do Vale, esclarecendo que "há pouco tempo é que principiou a revelar as suas opiniões políticas, pois até então ninguém o ouvira falar em política". Diante disso, o quinzenário concluía que "a política exaltou o cérebro" do autor do ato criminoso, arrastando-o, "impensadamente aquele extremo violento que não está longe da loucura"38.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 11 ago. 1889. A. 12. N. 383. p. 5 e 6.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 11 ago. 1889. A. 12. N. 383. p. 6.



Em relação ao "atentado contra o imperador do Brasil", o *Diário Ilustrado* divulgou nota contendo telegrama sobre o ocorrido, vindo a tecer comentário em que apostava "que o autor do atentado, seja português ou não, é um mentecapto, um alucinado". Justificava sua asserção, a partir da constatação de que D. Pedro II "é um dos mais democráticos soberanos do mundo" e que "a política brasileira tem sido, durante o seu reinado, francamente liberal, especialmente nos últimos anos", além do que, "pessoalmente", o monarca "é lhano e familiar ao ponto de captar rapidamente a simpatia das pessoas com quem trata". Ao final, concluía que "os pormenores, quando chegarem, dirão se nos enganamos, mas apostaríamos que o atentado, que nos veio surpreender, evidenciará simplesmente um louco"39. Na edição seguinte, o jornal reclamava da agência de notícias, que permanecera "calada como um rato a respeito do atentado contra o imperador do Brasil", cogitando que isso poderia ter motivações econômicas por serem caros os telegramas vindos do país tropical. Diante disso, apontava que "um atentado contra um soberano tão importante valia a pena que a agência fizesse um sacrifício pecuniário e nos desse alguns pormenores", pois, "quando se trata de qualquer caso sem importância", ela "se mostra minudenciosa", estando isso "no sentir de toda a gente". A seguir o periódico transcrevia um telegrama descrevendo brevemente o fato, o qual era desqualificado pela redação, já que, "conquanto oficial, nada adianta" 40. Já em outro número, noticiava que o rei e autoridades públicas lusitanas haviam

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 18 jul. 1889. A. 18. N. 5848. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 19 jul. 1889. A. 18. N. 5849. p. 2.

enviado telegramas ao Brasil, manifestando seus sentimentos pelo ocorrido, fazia referência ao episódio de que, no Rio de Janeiro, reunira-se "toda a colônia portuguesa para protestar contra o procedimento do autor do atentado", e voltava a queixar-se da agência noticiosa por não trazer "nada de pormenores"<sup>41</sup>.

As queixas do *Diário Ilustrado* permaneciam, ao constatar que "a Agência Havas continua calada, não diremos como um rato, mas como dois". Destacava que, "pelos jornais de Madri sabe-se que o autor do atentado contra o imperador é um louco", demarcando que "logo o suspeitamos". Ainda a respeito da falta de notícias, indicava que, "para mais completas informações, esperamos pelo paquete e façamos de conta que a agência é coisa que não existe"<sup>42</sup>. A carência de informes permanecia incomodando o jornal, que notificou sobre a ação do próprio governo luso na busca de esclarecimentos "sobre as circunstâncias do atentado". Persistindo no tema, dizia que "a agência continua dormindo a sono solto", enfatizando que se tratava "de um atentado que um português praticou contra o soberano de um país amigo, onde se fala a nossa língua, e onde há uma importantíssima colônia portuguesa", mas que, mesmo assim, "a sucursal da Agência Havas em Lisboa não atendeu a nenhuma destas circunstâncias", e "deitou-se a dormir uma soneca regalada, e parece que não acordará tão cedo", vindo a concluir com a sentença: "Bom serviço, em verdade!"<sup>43</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 20 jul. 1889. A. 18. N. 5850. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 21 jul. 1889. A. 18. N. 5851. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 22 jul. 1889. A. 18. N. 5852. p. 3.

Mais tarde viria uma certeza para o *Diário Ilustrado*, com a expressão de que "agora é que é certo", ou seja, "o indivíduo que atentou contra a vida do imperador D. Pedro II chama-se Adriano Augusto do Vale, e é natural de Caminha". Por outro lado, insistia que "nada mais se sabe" e "isto já agora há de ir a compasso", embora "o resto é fácil adivinhar — trata-se certamente de um louco"<sup>44</sup>. Em outra edição o jornal detalhava que, "a respeito do autor do atentado, vão-se apurando, finalmente, alguns dados biográficos", citando a data e o local de nascimento do mesmo, bem como a época da viagem para o Rio de Janeiro, onde "o seu comportamento não tem sido muito regular", além de trazer informações acerca de seus progenitores<sup>45</sup>. Ainda acerca do "atentado contra o imperador do Brasil", o periódico transcrevia "telegramas que se encontram nos jornais da Bahia e de Pernambuco", informando acerca do ato criminoso, do inquérito sobre os acontecimentos, dos votos de pesar e pelas manifestações de júbilo favoráveis ao imperador, "pelo malogro da tentativa feita à sua augusta pessoa"<sup>46</sup>.

A conclusão da cobertura do diário lisbonense a respeito do atentado contra D. Pedro II deu-se com a divulgação de mais detalhadas informações sobre Adriano Augusto do Vale, cujo retrato era estampado na primeira página. Na concepção do periódico não seria necessária maior demora "com minúcias relativas ao atentado contra a vida do ilustrado e simpático imperador que

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 27 jul. 1889. A. 18. N. 5857. p. 1.

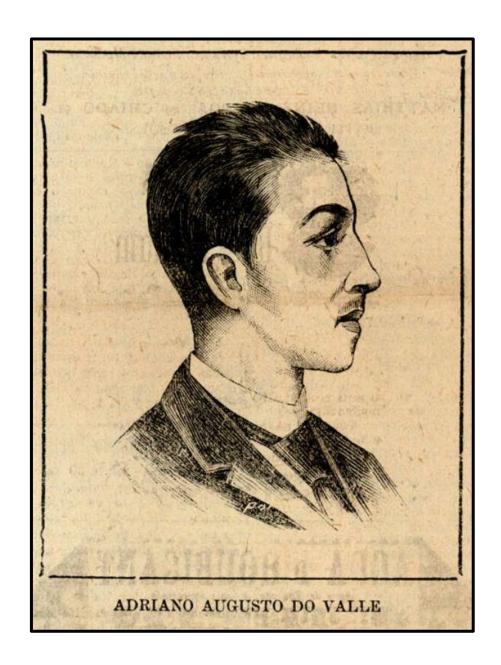
<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 28 jul. 1889. A. 18. N. 5858. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 4 ago. 1889. A. 18. N. 5865. p. 3.

preside aos destinos do Brasil", uma vez que já seriam "suficientemente conhecidos dos nossos leitores". Explicava que "sua majestade saía do teatro quando tresloucado teve a audácia de atentar contra os seus dias", referindo-se a Vale, que "saía de um botequim embriagado" e "tinham-lhe armado o pulso", induzindo-o "àquele ato criminoso". Julgava que aquela "pobre criança, que tendo gozado de uma certa reputação de honesto e trabalhador", não deveria ter desmentido "os créditos adquiridos, e muito menos proporcionar aos seus compatriotas que compõem a colônia portuguesa no Brasil o dissabor enorme que o fato lhe acarretou". Na concepção do jornal, "não há no Brasil um só português que não adore Pedro II", de maneira que, "se o ilustrado príncipe é amado dos brasileiros, do coração dos portugueses dispõe ele como dispõe do da sua própria família". Garantia que "todo o Brasil pensa como nós", ou seja, "não fulmina o acusado o ódio geral, como era de esperar", pois "o país inteirou-se das circunstâncias, profundou o caso, percebeu-lhe todo o alcance". Nessa linha, citava que "desgraçado é a frase de comiseração que se solta para com" ele, pois, "na sua curta idade", não agira "isoladamente, sem conselheiros, sem instigadores" de "ódios tamanhos", havendo "indícios" de que "foi um cego que conduziram pela mão ao precipício". Considerava ainda que o perpetrador do atentado se tratava de "um desgraçado, que, com a violência de um pontapé de um miserável qualquer, ou de muitos miseráveis foi resvalar no abismo". Em relação ao "idolatrado" imperador, dizia que, "num elã do seu grandioso coração, já deixou escapar o perdão para o criminoso, tanto quanto as leis lhe permitem, tanto quanto na sua alçada cabe". Cogitava que o criminoso poderia ser "um doido, um larvado, um ébrio", demarcando que poderia ser "qualquer destas

coisas, menos um consciente", sendo essa "a opinião geral". Apareciam ainda mais informes acerca de Adriano do Vale e de seus ascendentes<sup>47</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 9 ago. 1889. A. 18. N. 5870. p. 1.



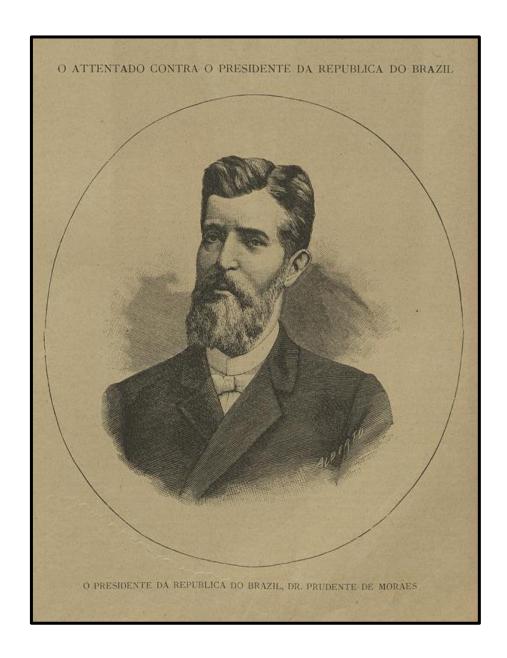
No que tange ao ato delituoso cometido contra Prudente de Morais, o *Ocidente* chamava atenção para o fato de que a capital lusa fora "surpreendida pelas notícias alarmantes acerca do covarde atentado que todos deploramos". Em seguida transcrevia telegramas chegados do Rio de Janeiro, apontando para a "versão desencontrada" entre os mesmos, uma vez que um deles dava "como segura a tranquilidade da ordem pública", ao passo que o outro dizia "claramente haver alvoroço na capital federal, em virtude do desgraçado sucesso". Esclarecia que até o momento da escritura daquele informe, "nada mais adiantam as notícias recebidas do Brasil, a não ser respectivamente ao funeral da vítima", em alusão ao ministro da Guerra. A partir de então, o periódico voltava-se a apreciar a atuação do presidente brasileiro, opinando que, "na verdade, de todos os presidentes da república brasileira, o Sr. Prudente de Morais é inquestionavelmente aquele que maiores simpatias tem criado", concorrendo "para essa distinção os seus finos dotes de político, a excelência do seu caráter e o apurado critério do seu espírito"<sup>48</sup>.

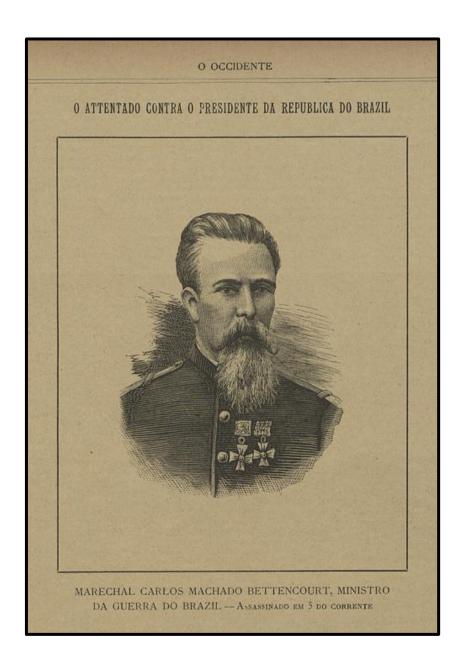
A publicação lisboeta esclarecia que, apesar de tais qualidades do personagem presidencial, "o ilustre chefe dos Estados Unidos do Sul tem, como todo o homem de merecimento e em posição elevada, numerosos inimigos, que nesta ocasião hostilmente se evidenciam". Assim, enfatizava que eram "bem conhecidas essas pugnas políticas, que tão azedas se tornaram, até se mudarem no sangrento atentado que vitimou o malogrado" militar brasileiro. Segundo a folha, "registrando este acontecimento" estaria a prestar "a sua homenagem ao

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 10 nov. 1897. A. 20. N. 679. p. 2.

ilustre presidente, inserindo o seu retrato no lugar de honra e manifestando ao Brasil o seu sentimento por tão revoltante atentado". Fazia referência à "escassez de notícias certas e amplas", de modo que não tentaria "descortinar as razões que possam explicar o tristíssimo sucesso". O periódico apresentava vários dados biográficos acerca do ministro da Guerra assassinado, afirmando que, "como se pode inferir do retrato que publicamos, o caráter do interregno estadista refletia-se na sua fisionomia, denotando uma decisão extraordinária". Ao final, trazia aos leitores algumas das conjeturas lançadas a respeito das causas do ocorrido, apontando que havia "quem atribua o assassínio do ministro da Guerra brasileiro e a malograda tentativa contra o presidente, a uma vindita dos parentes dos alunos da Escola Militar, mancomunados com os jacobinos exaltados da oposição ao atual governo", enquanto outros ligavam "o estranho fato com os acontecimentos de Canudos, do qual haveria resultado em indivíduos "descontentes". Nessa linha, arrematava que restava "averiguar se se trata de uma sedição, como é para temer, ou de uma vingança particular", de maneira que, "num caso ou no outro", desejava que "a desolação nos arraiais da política brasileira já tão assoberbada pelas lutas intestinas" fosse suprimida, esperando "que uma era nova de paz e de sossego surgisse no seio daquela nação nossa irmã"49.

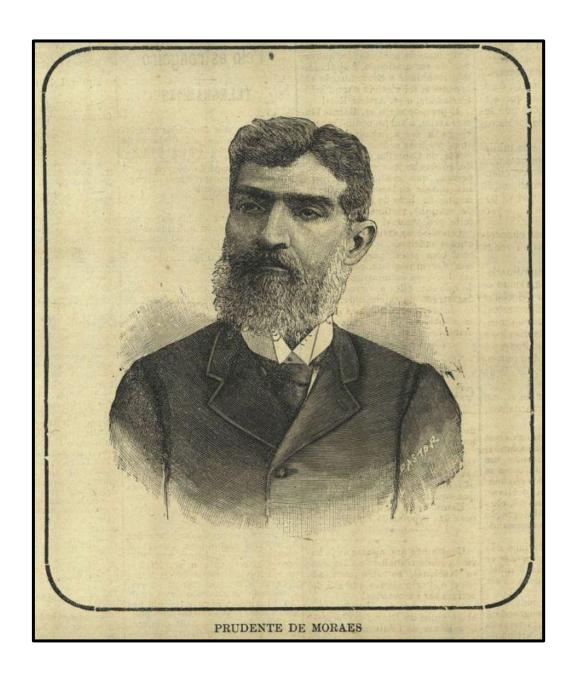
<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 10 nov. 1897. A. 20. N. 679. p. 1-4.





Em relação ao atentado contra Prudente de Morais, o Diário Ilustrado estampava a efígie do presidente e informava que "Lisboa foi surpreendida com um telegrama do Rio de Janeiro", informando sobre o tema, o qual era detalhado. A esse respeito, dizia que se "compreende o alvoroço que essa notícia aqui causou", de modo que "não se falou noutra coisa e o nome do presidente andou em todas as conversas, andou em todos os pontos onde Lisboa se dá rendezvous". A respeito da autoridade pública brasileira, afirmava que "Morais é um dos presidentes que tem conseguido mais simpatias no Brasil", possuindo "um critério político de primeira ordem, excelente caráter" e, "como excelente estadista, tinha, apesar de tudo, e como todos os homens altamente colocados, muitíssimos inimigos". Nessa linha, ressaltava que "o partido que mais se salientou na luta foi o jacobino", em um quadro pelo qual, tal "luta foi azedando, a ponto de se transformar agora em uma página de sangue, que toda a gente, mesmo os seus mais acérrimos contrários, deploram". Apontava que em Portugal "o atual presidente conta bastante amigos", dedicando-lhe espaço para "o seu retrato na nossa primeira página". Acerca da "vítima", o marechal Bittencourt, a folha destacava que "era o braço direito do presidente" e, "como militar, era dos mais distintos e briosos", já "como ministro, dos mais enérgicos", de maneira que, com ele, "o Brasil perde um dos seus filhos mais ilustres" 50.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 7 nov. 1897. A. 26. N. 8850. p. 1.



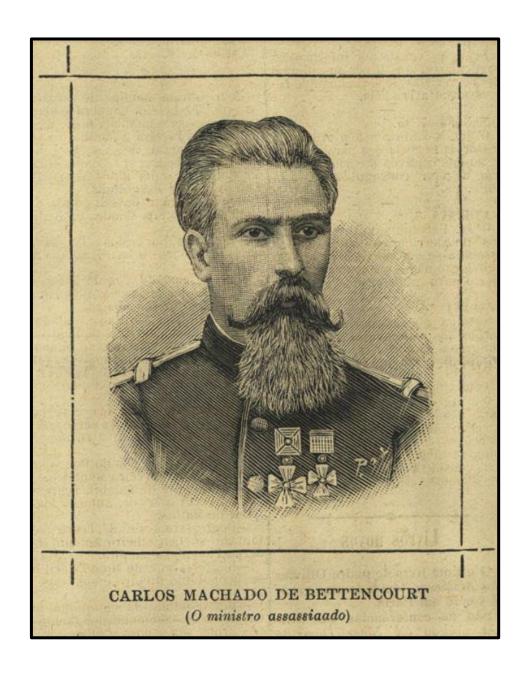
Carlos Machado de Bittencourt voltou a ser pauta na próxima edição do diário lisboeta, que se referia ao "torpíssimo crime", havendo a necessidade de ser analisado o quanto "o trágico sucesso alterou ou não a ordem na capital da República Brasileira", apontando que aquela seria a ideal "oportunidade" para "a publicação do retrato do ilustre ministro assassinado e dos seus traços biográficos mais salientes", passando a discorrer sobre os mesmos<sup>51</sup>. Em seguida, o periódico publicou uma nota informando que "uma imensa multidão de povo" atacara os escritórios de publicação que apoiara "a campanha jacobina contra o presidente Prudente de Morais", e uma outra, segundo a qual a ordem permanecia assegurada na capital brasileira<sup>52</sup>. Na outra edição, apontava para as providências tomadas pelo governo brasileiro tendo em vista as apurações que envolviam a ação criminosa, afirmando que "as autoridades adquiriram a certeza de que o atentado contra o presidente é o resultado de uma vasta conspiração"<sup>53</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 nov. 1897. A. 26. N. 8851. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 9 nov. 1897. A. 26. N. 8852. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 11 nov. 1897. A. 26. N. 8854. p. 1.



Dessa maneira, essas duas publicações ilustradas lusitanas refletiram acerca dos atentados cometidos contra D. Pedro II e Prudente de Morais. Não houve maiores preocupações em contextualizar os eventos, mormente quanto às crises pelas quais passava o país naquele final de século XIX, primeiramente com as dificuldades enfrentadas pela forma de governo monárquica, que não sobreviveria nem um semestre além do delito cometido contra o imperador, e depois, com a crise política vivenciada pelo primeiro presidente civil da república, a partir dos obstáculos à consolidação republicana, como as revoltas marcadas por enfrentamentos bélicos, como a Revolução Federalista, no sul do país, recentemente pacificada, e a Guerra de Canudos, a pouco encerrada, com uma custosa vitória governamental, além da presença da agitação jacobina, com seu radicalismo e predileção pelo militarismo autoritário da época do marechal Floriano Peixoto, o qual antecedeu Prudente. Assim, a cobertura jornalística concentrou-se no ato em si, com destaque para o enaltecimento do papel das vítimas, de modo que a posição das folhas ilustradas refletia a busca pela manutenção do status quo, em um quadro pelo qual as ações criminosas contra os governantes eram observadas como inaceitáveis, vindo a constituir práticas que não deveriam ser seguidas, em nome da estabilidade das instituições.

# O EMBATE ENTRE A IMPRENSA PORTUGUESA MONÁRQUICA E REPUBLICANA PERANTE A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

No contexto de expansão do jornalismo português, a transformação na forma de governo ocorrida no Brasil em novembro de 1889, encontrou ampla repercussão. A instauração da república brasileira despertou grande atenção de parte da imprensa europeia, mas foi junto ao periodismo luso que ela obteve mais intensa abordagem e recorrência de matérias, praticamente pautando o iornalismo Editoriais. artigos fundo. comentários. de então. de correspondências, relatos, notas, transcrições, breves gracejos, rápidas pilhérias, cáusticas tiradas de humor, críticas caricaturais foram algumas das formas pelas quais se manifestaram os periódicos lusitanos a partir dos acontecimentos no Brasil. Demarcar a alteração institucional no Brasil, exaltando-a, aplaudindo-a, apoiando-a, vendo-a com desconfiança, censurandoa, contradizendo-a, combatendo-a e mesmo tentando provocar o riso a partir dela, "foram apenas algumas das reações advindas da sociedade lusa que os jornais registrariam de modo recorrente"54. Assim, "a notícia da proclamação da República Brasileira causaria enorme impacto em Portugal, refletindo-se tal efeito junto de sua imprensa periódica". Os acontecimentos no Brasil já constituíam uma temática frequente no seio do periodismo lusitano e, "a partir daquele novembro de 1889, tornaram-se ainda mais constantes as referências", com a publicação de variados tipos de matérias enfocadas pelo prisma dos mais

\_

ALVES, Francisco das Neves. Republicanismo e monarquismo em Portugal diante da proclamação da República Brasileira: três estudos de caso junto à imprensa lusa. In: Atas do Colóquio Os Açores, a I Guerra Mundial e a República Portuguesa no contexto internacional. Ponta Delgada: Presidência do Governo Regional dos Açores – Direção Regional de Cultura, 2012. p. 308.

diferentes gêneros jornalísticos. Nesse quadro, "as formas de repercussão e as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais foram diversas"<sup>55</sup>. Entre o periodismo diário e as folhas representantes do jornalismo regional, destacaram-se as publicações que defenderam a causa monárquica e, por outro lado, as que aproveitaram a oportunidade para ampliar a difusão da propaganda republicana.

# Os jornais monárquicos

No conjunto das "variadas construções discursivas estabelecidas pela imprensa portuguesa em relação à república no Brasil, uma das mais constantes foi aquela entabulada pelos jornais de cunho monarquista". Mesmo que muitos deles também intentassem demonstrar uma abordagem informativa, chegando, inclusive, a, "estrategicamente, afirmarem que os povos seriam livres para escolher sua forma de governo", acabaram por não poupar críticas à transformação brasileira, considerada por eles "como uma 'aventura republicana". Tal transição também foi descrita "como um pronunciamento militar que atraiçoara o imperador, o qual teria sofrido com a 'ingratidão' do povo brasileiro". Essas publicações "ressaltavam ainda as propaladas qualidades da monarquia e do monarca, os malefícios trazidos pela república, para a qual o Brasil ainda não estaria preparado", além de "constantes riscos de militarização,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos – a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895).* Lisboa: ICES, 2012. p. 74-75.

ditadura, revoluções, guerras civis e desagregações territoriais". As folhas monárquicas intentavam também enfatizar os riscos de um Estado nascido a partir de uma revolução, aquilo que consideravam como os primeiros erros do governo provisório e as suas práticas repressivas e de cerceamento às liberdades individuais, bem como sustentavam "ardoroso conflito discursivo com os periódicos republicanos que viam no Brasil um exemplo para uma possível transformação institucional também em Portugal"<sup>56</sup>, o que era inaceitável para o periodismo monarquista.

As primeiras impressões das folhas monárquicas foram de descrédito em relação à queda do imperador, como foi o caso do *Diário Ilustrado* ao destacar que se espalhava um boato sobre o Brasil, mas, segundo ele, custava "acreditar que o grande império" se lançasse "nas aventuras da república e nos últimos dias da vida de um soberano que todo se dedicava à felicidade do seu povo". Em seguida, o jornal revelava desconhecimento, uma vez que não seria "fácil acompanhar os acontecimentos", que haviam se precipitado, sendo certo que houvera "no Rio de Janeiro, que não era o Brasil, uma revolução republicana", diante do que demarcava que a sua convicção era de que tal movimento seria sufocado brevemente "pelos poderes constituídos, e que o velho imperador" seria "até aos últimos dias da usa vida o rei do Brasil", país pelo qual D. Pedro II tanto se dedicara, "tendo sido o mais indefesso promotor dos seus progressos e liberdades"<sup>57</sup>.

AT 17E0 07

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> ALVES. *Olhares impressos...*, 2012. p. 75.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 18. N. 5.969. p. 2.; e 17 nov. 1889. A. 18. N. 5.970. p. 2.

Uma vez reconhecido que a proclamação da república era um caminho sem volta, os jornais monárquicos passaram a minar a nova forma de governo, apontando seus possíveis malefícios em oposição a todos os benefícios que teriam sido trazidos pela monarquia para o Brasil. Assim se posicionou o *Jornal* do Comércio ao exaltar o "papel importantíssimo" da monarquia, que, "bastava ter produzido a unidade do Brasil para haver feito uma coisa boa", mas que fora "além disso, dadas as qualidades especiais do monarca, que presidiu durante mais de meio século aos destinos daquele país", tornando-o "respeitável, no meio das repúblicas que o cercavam, e em plena elaboração da ideia democrática, a individualidade de um príncipe", o qual compreendera "perfeitamente o espírito e o caráter do povo, e que a ele se foi acomodando, pela sua democratização simpática, por meio do talento, do estudo, do saber e do tato". De acordo com o periódico, a ação do monarca e da forma de governo que representava havia sido fundamental, "levantando até ele todos que se podiam nobilitar", pelas suas qualidades, "ou descendo ele até às camadas sociais, onde se tornavam necessários o seu exemplo, a lição, e os rasgos educadores do seu coração e do seu caráter"58.

A Ilustração Portuguesa chamava atenção para as "estranhas coisas" que estavam ocorrendo naquele "último arranco do século XIX", no qual "um grande e glorioso país, maravilhosamente dotado pela natureza e brilhantemente auxiliado pela iniciativa do homem", além de ser "exuberante de seiva juvenil, intuitivamente bom e generoso, como todos os moços e como todos os fortes",

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 11 dez. 1889. A. 37. N. 10.811. p. 1.

acabara "de apresentar-se ante o mundo assombrado sob o repulsivo aspecto de um algoz descaroável, ferindo á traição o leão moribundo". Destacava a folha ilustrada que inesperadamente houvera a comunicação "de que o império brasileiro se transformara de súbito, por uma hábil mutação de teatro, em república federal", considerando tal ato como um erro, pois "a república era uma boa ideia no campo teórico, mas não aplicável na prática". Enfatizava ainda que o Brasil não estaria preparado para tal mudança, pois figurava "de certo no grupo dos retardatários", não tendo chegado, portanto, "a hora em que o homem, preparado pela lição da história e pelo tirocínio da vida, cientificamente e socialmente educado para a comunhão do credo democrático e da fraternização universal", viesse a levantar o "ideal da perfeição relativa", defendido, "pelos menos em teoria, com a doutrina republicana". Para a publicação, o Brasil, ao "derrubar o império", assumira, "sob o ponto de vista humanitário, a responsabilidade de um delito, de que a história" haveria "de pedir-lhe severas contas" "59.

Também em tom crítico, o *Jornal de Santarém* destacava a mudança institucional no Brasil e traçava vários questionamentos, perguntando se por acaso compensaria "o novo sistema governativo em resultados materiais de imediato alcance para o país", em relação à "invencível perturbação, que a súbita transformação operada tão bruscamente" provocaria no país. Questionava ainda o que poderia "ambicionar o Brasil", qual seria a "extraordinária reforma no programa republicano, que o governo do império não tivesse posto em prática" e

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA. Lisboa, 2 dez. 1889. A. 5. N. 45. p. 3-4.

o que justificaria "a precipitação com que se arrancara do trono um velho, que dedicou ao bem do seu país meio século da sua existência" e "que jamais hesitou na prática do bem", nunca trepidando "no sentimento da justiça". Diante de tais questões, o periódico sentenciava que tudo fora uma "ingratidão" que viria a ser "talvez nefasta", comentando que "o primeiro dever de um país culto" seria o de "saber galardoar os seus fiéis servidores", de modo que "para o velho servidor do Brasil, afastado violentamente da sua pátria, o melhor galardão" seria "deixá-lo morrer no seu posto, abraçado à sua bandeira" na qual se poderia "ler como divisa: liberdade e justiça"<sup>60</sup>.

Para o *Correio da Manhã*, "a realeza prestara altíssimos serviços ao Brasil", dando-lhe "em primeiro lugar a independência" e, em segundo, mantendo a sua unidade. O periódico citava os casos de desmembramentos na América Latina, afirmando que "a maior parte desses estados unidos", eram "estados desunidos" e se assim viessem também a ser "os estados do Brasil, o desmembramento" seria "inevitável, transformando-se a América portuguesa numas poucas repúblicas, como numa poucas repúblicas" se transformara "a América espanhola". Concretizada tal previsão, o jornal dizia que o Brasil poderia dar "adeus ao grande prestígio de que tanto se orgulhava, à ufania que ostentava o seu pavilhão auriverde", o qual teria "na América do Sul, a importância e o valor que tinha na América do Norte o pavilhão estrelado dos Estados Unidos", livrando também o "povo brasileiro das grandes tormentas da querra civil". Na concepção da folha, a "esses dois grandes perigos da república

<sup>60</sup> JORNAL DE SANTARÉM. Santarém, 24 nov. 1889. A. 6. N. 306. p. 1.

brasileira, o desmembramento e a discórdia", somava-se risco inerente aos próprios republicanos. Explicava que se os novos detentores do poder soubessem "suas ambições, ter a energia suficiente para manterem a ordem, e conservarem todos os elementos de prosperidade do Brasil" e se conseguissem "reagir contra os maus elementos que lhes deram uma vitória prematura", até poderiam obter algum sucesso. Entretanto, vaticinava que se isso não ocorresse, pesaria sobre os republicanos "uma grandíssima responsabilidade, porque, por meras ambições, e por transigência com declamadores" que achavam "mais sonora a palavra 'república'" não poderiam ter "sacrificado um governo sensato, prudente, a que o Brasil" devia "a sua prosperidade e a sua força", como era o de D. Pedro II, que não poderia ser substituído "no desempenho de sua alta missão"<sup>61</sup>.

Com conduta próxima, esteve *O Imparcial* de Lisboa que, *a priori* já considerava que da mudança na forma de governo brasileira resultaria "uma grande perturbação em todos os negócios públicos e particulares", com graves consequências para Portugal, fazendo também referência ao "lúcido espírito do imperador" que não pudera "contar com a gratidão dos povos". O jornal mantinha a ideia expressa de se opor às revoluções e, portanto, diagnosticava que o Brasil se lançara "numa aventura, por temerária, perigosa", prevendo que o tempo diria "que a revolta errara o alvo", já que, querendo "apontar ao governo", matara o império, de modo que seria "de presumir que ficasse espantada do alcance dos seus tiros". Conjeturava que o país talvez não tivesse calculado "que

<sup>61</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 20 nov. 1889. A. 6. N. 1.535. p. 1.

matando o império, matasse a sua grandeza, a sua preponderância, a sua incontestável influência nas duas Américas", considerando ser "bem possível que da profunda mina revolucionária", ficassem "apenas estilhaços do enorme reduto que se chamara Brasil"<sup>62</sup>.

A mesma publicação, ainda enaltecendo as "glórias monárquicas", citava a ação de um "império essencialmente liberal", no qual "a riqueza pública via-se multiplicar dia por dia; com as nações estrangeiras mantinha as mais amigas relações"; e "o chefe da nação era venerado de todos os chefes de estado e de todos os povos do mundo", pois "ninguém tinha melhores qualidades" e "nenhum rei, nem presidente de república" poderia "gloriar-se de gozar maiores simpatias". A folha destacava ainda que não teria havido "guerras civis no império", quando todo o "empenho era fazer um governo paternal". Diante de tantas vantagens propaladas, o jornal questionava os motivos que teriam levado "os brasileiros a consumar tal aventura", sugerindo que poderia ser apenas "o desejo de fazerem uma república, por amor da arte", o que não passaria de uma "triste veleidade pueril", que punha "em risco a liberdade, a segurança, a grandeza e os interesses legítimos de tantos milhões de homens" que se encontravam "sem norte, no mar proceloso e convulsionado das temerosas revoluções"<sup>63</sup>.

Já a *Esquerda Dinástica* afirmava que o movimento republicano tivera ampla liberdade para evoluir e manifestar-se durante o governo de Pedro II, de

<sup>62</sup> O IMPARCIAL. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 4. N. 1.189. p. 1.; e 19 nov. 1889. A. 4. N. 1.190. p. 1.

<sup>63</sup> O IMPARCIAL. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 4. N. 1.190. p. 1.

modo que "o partido republicano crescia à sombra do império" e aplanavam o seu "caminho as próprias tendências democráticas do imperador". Em seguida, o periódico passava a enaltecer a ação monárquica, afirmando que "a monarquia brasileira tinha uma razão histórica excepcional", pois "nenhuma das antigas colônias americanas tivera um príncipe a proclamar a sua emancipação" e, em algumas, a república fora "uma fórmula apenas, um regime prostituído, com um déspota na presidência, algum caudilho aventuroso na rebeldia e uma bandeira a escorrer sangue sobre a civilização". Em sentido comparativo, o jornal dizia que "o império brasileiro era a exceção que se tornara argumento encomiástico das monarquias liberais" e, por outro lado "certas repúblicas serviam de argumento contra a proficuidade do regime republicano". Assim, a publicação sustentava que alguns povos americanos teriam vergonha e ódio de seus presidentes, ao passo que os brasileiros deveriam ter orgulho e amor pelo seu imperador e sua "obra de paz e justiça".

De acordo com a concepção das publicações monárquicas, um estado ou um governo não poderia ter por origem uma revolução e, se isso chegasse a ocorrer, os resultados poderiam ser nefastos. Em tal direção se manifestou a conservadora *A Nação* que se dizia inclinada "a acreditar que a proclamação da república no Brasil" fora um golpe de mão, coroado, na sua audácia, por um afortunado êxito. Insatisfeita com a monarquia constitucional lusa e saudosa do passado, a folha apontava para os riscos que os fatos brasileiros poderiam constituir para o trono português, "tão eminentemente ameaçado", correndo o

<sup>64</sup> ESQUERDA DINÁSTICA. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 2. N. 478. p. 1.

"risco de desabar", diante do "simples sopro dos democráticos ventos transatlânticos". De modo crítico, o periódico sustentava que a "queda do trono brasileiro" firmara-se "sobre o terreno movediço das revoluções e não nos direitos tradicionais, base segura de todos os poderes", fato que acabaria por confirmar o axioma de que o que a revolução construía, ela mesma destruía<sup>65</sup>.

Também censurando os caminhos revolucionários, esteve *O Manuelinho de Évora*, manifestando espírito fortemente monárquico e buscando analisar as possíveis influências da revolução brasileira em Portugal, diante do que fazia "votos pelas prosperidades da monarquia", pois não se convencia de que a república pudesse trazer a "felicidade que o sistema monárquico" não conseguisse concretizar. Segundo a folha, era necessário que o rei se cercasse "de melhores ministros e mais moralidade para evitar o caminho da revolução" Mantendo a crítica às revoluções, mas apoiando a monarquia constitucional, atuou o *Correio da Noite*, segundo o qual uma revolução era "sempre uma ração contra o passado", ou ainda "um cheque dado pelo espírito moderno no espírito antigo", de maneira que, quanto maior fosse "a distância de um ao outro, quanto mais largas fossem as suas divergências, mais fáceis" seriam também as revoluções. De acordo com este jornal, em "uma monarquia voltada só para o passado as coisas encaminhavam-se naturalmente para a república", mas, "pelo contrário, numa monarquia" que transigisse "com o futuro,

-

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> A NAÇÃO. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 43. N. 11.261. p. 1.; 23 nov. 1889. A. 43. N. 11.263. p. 1.; e 3 dez. 1889. A. 43. N. 11.267. p. 1.

<sup>66</sup> O MANUELINHO DE ÉVORA. Évora, 26 nov. 1889. A. 9. N. 447. p. 1.

a forma republicana cada vez se afastava para mais longe", desde que se mantivesse o respeito e se acatasse a justiça, pois deixaria "de haver motivos para reações". Nessa linha, a publicação concluía que, por tais motivos, "um império estava quase sempre mais perto da república do que uma monarquia constitucional, em que os velhos rigores do absolutismo" não tivessem "recebido direitos de cidade"<sup>67</sup>.

Os jornais portugueses de cunho monarquista insistiam também em apontar que a revolta no Brasil fora de natureza puramente militar, criticando a falta de participação e apoio popular. De acordo com tal pensamento, *A Crença Liberal* explicava que a república só teria nascido porque "a desorganização e a indisciplina lavravam havia muito no exército", tendo sido ele, que deveria "ser um elemento de ordem que contribuiu mais poderosamente para a revolução". O periódico afirmava que não poderia aplaudir o fato dos exércitos tomarem "a iniciativa nestes movimentos, e muito mais quando" eles tendiam "à mudança da forma de governo", destacando que não acreditava "que a situação do Brasil" melhorasse "com a mudança de governo", sugerindo até "que a grande nação" pudesse vir a se "arrepender do passo impensado" que dera, no qual tivera "a iniciativa a tropa e a rapaziada estudantina"68. Na mesma linha, ao comentar a transição brasileira, o *Jornal da Noite*, com ironia, lembrava a "famosa revolução democrática", na qual só faltara o povo e não se vira nada além da "soldadesca infiel e insurrecionada", bem como "o triunfo de um general

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> CORREIO DA NOITE. Lisboa, 27 nov. 1889. A. 9. N. 3.031. p. 1.

<sup>68</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 24 nov. 1889. A. 28. N. 2.902. p. 1.

revoltoso, exemplar tardio dos caudilhos irrequietos" latino-americanos. Para este periódico, "só depois da revolução ter recebido" do "povo a sagração do direito, pela manifestação serena e livre da vontade nacional" ela poderia considerar-se legítima<sup>69</sup>.

Em abordagem semelhante, o *Diário Ilustrado* opinava que a república triunfara "no Rio de Janeiro por meio de uma revolução militar, que em geral nunca solidificou formas de governo, principalmente quando elas" não eram "tradicionais no meio a que se acomodavam". Nesse sentido, o jornal manifestava o receio de "que o grande império americano" entrasse, "por efeito de uma aventura política, naquela instabilidade de governos" que paralisava "todos os aumentos da riqueza pública e todos os progressos sociais", podendo, inclusive, trazer prejuízos aos interesses lusitanos<sup>70</sup>. O *Correio da Manhã* analisava o mesmo aspecto e, ao noticiar "que fora proclamada a república no Brasil", lamentava que tivesse sido "uma revolução de caserna", ou seja, que tal mudança tivesse ocorrido "não pela mão de um Washington, e de um Franklin, como os gloriosos Estados Unidos, mas pela mão dos chefes dos pronunciamentos que, durante cinquenta anos", teriam manchado "de sangue o noviciado das repúblicas espanholas" e entorpecido "o seu natural progresso"<sup>71</sup>.

Tal premissa foi seguida também por *O Algarvio* que apontava as contradições entre a formação de uma república efetivamente democrática e

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> JORNAL DA NOITE. Lisboa, 17 nov. 1889. A. 19. N. 5.882. p. 1.; e 6 dez. 1889. A. 19. N. 5.901. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 18. N. 5.971. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 6. N. 1.532. p. 1.; e 17 nov. 1889. A. 6. N. 1.533. p. 1.

aquela que para acontecer teve de contar com a decisiva participação dos militares. Ao abordar os fatores que teriam levado à transição, o periódico defendia que nenhum deles poderia, "em face dos princípios republicanos, explicar a intervenção do elemento militar na proclamação da república". O jornal descrevia que se falava "no chefe do movimento, Deodoro da Fonseca, um general", mas não havia referência ao "povo brasileiro, o que fazia crer que ele" figurara "na proclamação da república, com a sua ausência". Para a folha era inaceitável que a transição adviesse do "elemento militar" e, diante disso, cobrava uma postura dos "republicanos europeus" que, "para festejar a nova e estranha república do Brasil" teriam "de passar por cima de sua própria coerência". Tal asserção era explicada pela constatação de que, "nas manifestações republicanas da Europa, sempre que para produzir o sossego" tinham os governos de acudir-se "à força pública, esta não era considerada pelos avançados como povo, e sim como tropa assoldada para fazer comer o peixe espada", diante do que cobrava se seriam "outros os princípios aplicáveis à força militar no Brasil"72.

As folhas monarquistas não poupavam críticas aos novos detentores do poder no Brasil, apontando para atos de verdadeiro desgoverno na jovem república. Dessa maneira, o *Diário Ilustrado* dizia que, em nome de certa isenção, estaria evitando comentar a expulsão do imperador e a ditadura que, de provisória, transformara-se em permanente, mas resolvera tecer alguns comentários, tendo em vista a incisiva inter-relação do governo brasileiro com o

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> O ALGARVIO. Loulé, 8 dez. 1889. A. 1. N. 37. p. 1.

movimento republicano luso. A primeira impressão do jornal era a de que "a república brasileira estava em completa anarquia", chegando a cometer "os erros crassos, rudimentares, do direito público internacional ou as infantilidades de um governo de crianças". Na maneira de ver da folha não era concebível que "o governo provisório de um vasto império" estabelecesse "relações oficiais com o chefe de uma facção contrária às instituições de um país" estrangeiro, dirigindo-se alguns membros desse "governo revolucionário" a uma liderança do republicanismo lusitano "como de potência a potência". Comentava que tal atitude significava uma "inconveniência nunca vista, extraordinária, singularmente leviana", e conjeturava que se era aquele "o procedimento dos revolucionários brasileiros nas suas relações externas", deveria imaginar-se o que não estaria acontecendo "por lá internamente" 73.

Seguindo um tom também crítico, o *Correio da Noite* destacava "as hesitações e os dislates do governo provisório, que não tinha programa feito e que não sabia para onde haveria de caminhar". Diante de tal perspectiva, o jornal questionava se era naquele tipo de movimento que sequer sabia como nascera, se de uma revolta, ou do acaso, que poderia ter derrubado um trono que estava firmado "havia tantos anos no progresso de um grande país e no amor e dedicação de um grande povo<sup>74</sup>. Já *A Civilização* colocava em dúvidas o caráter pacífico tão atribuído à revolução no Brasil, ao comentar que já se começara a adquirir "a certeza de que os acontecimentos brasileiros não foram recebidos

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 24 dez. 1889. A. 18. N. 6.007. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> CORREIO DA NOITE. Lisboa, 8 dez. 1889. A. 9. N. 3.042. p. 1.

com o bom humor e a serenidade que primeiro foi noticiada". Na opinião da folha seria "bastante para admirar que um país cujo imperador era realmente estimado", tivesse mudado de "constituição como se mudava o vestuário, sem uma única comoção que desse a perceber ao menos a existência de um partido monárquico" e "sem um único estremecimento sequer causado pela perda de interesses valiosos", vindo a chegar "pouco a pouco, notícias desses estremecimentos"<sup>75</sup>.

Ainda sobre tal aspecto o *Jornal do Povo* de Funchal lançava uma série de notas, pelas quais buscava deixar patente o esforço do governo brasileiro em fazer parecer que tudo estava bem no Brasil, mas que, em verdade, havia dificuldades. Dessa maneira citava que o representante do Brasil em Lisboa teria recebido correspondência para "que se prevenisse contra as especulações adversas à república"; que "as cotações brasileiras" desciam constantemente; e que chegavam em Portugal notícias de "que as coisas do Brasil não marchavam bem, e que o governo provisório se achava já em situação crítica" Em abordagem semelhante, o *Correio do Alentejo* lembrava que os governantes brasileiros vinham enfrentando obstáculos e que a jovem república ainda não obtivera nenhum reconhecimento internacional, explicando que havia notícias contraditórias, mas parecia "averiquado que o novo governo" não trilhava "uma

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> A CIVILIZAÇÃO. Guarda, 28 dez. 1889. A. 9. N. 445. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> JORNAL DO POVO. Funchal, 4 jan. 1890. A. 3. N. 116. p. 2-3.

verdadeira estrada de rosas", e, ao contrário, eram levantadas "no Rio de Janeiro sérias dificuldades"<sup>77</sup>.

O governo brasileiro era acusado ainda pela imprensa monárquica portuguesa de estar desenvolvendo práticas repressivas e coibindo as liberdades individuais. Levando em conta tal abordagem, A Crença Liberal se referia à "usurpação brasileira", numa alusão à falta de liberdade de expressão, não havendo possibilidade de existência de um jornalismo independente, de modo que tudo autorizava "a crer que o governo provisório, ou intruso", não queria que se soubesse na Europa, senão o que lhe convinha, e para isso tomara "as necessárias precauções nos correios e nos telégrafos". Segundo a folha, parecia que se levantara "um muro de bronze através do oceano, entre a Europa e a América, e que todo o Brasil" se convertera "em sociedade secreta, tendo por vigilantes sete membros da heptarquia provisória", que teriam feito uma revolta que preferia "esconder-se e deixar ver só a ponta da espada"78. Ainda quanto à supressão de liberdades individuais no Brasil o Jornal da Lousã denunciava que "um dos primeiros atos dos autores da revolução" fora o de "apoderarem-se do telégrafo", assim como teriam alocado "representantes fiéis à causa em outros países", de modo a garantir que as informações chegadas ao exterior, sempre fossem "favoráveis ao governo" 79.

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> CORREIO DO ALENTEJO. Évora, 30 nov. 1889. A. 2. N. 475. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 26 jan. 1890. A. 29. N. 2.909. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> JORNAL DA LOUSÃ. Lousã, 23 nov. 1889. A. 5. N. 237. p. 1.

A falta de garantias individuais e mesmo de liberdade religiosa de parte do governo provisório também eram destacadas. Era A Crença Liberal, mais uma vez que apontava "que a revolta fora feita com o apoio estrangeiro, e que os seus fautores" estavam "obedecendo às ideias antirreligiosas dos anarquistas". movendo, "guerra, antes de tudo, à religião católica"80. Ao abordar o Brasil, A Verdade se referia a uma "república do sangue", na qual teria ocorrido fuzilamentos daqueles que se recusaram "a aderir à nova forma de governo". Levando em conta tais notícias, a folha pregava que, tal como no islamismo onde prevalecia o crer ou morrer, no "republicanismo brasileiro" o que estaria a valer era a sujeição ou a morte e, diante de tal constatação provocava com a expressão "santa tolerância", pela qual todos os dias desapareciam cidadãos sem que se soubesse o seu fim e os espiões invadiam todos os lugares, não devendo permanecer dúvidas de que era uma "bonita tolerância"81. Ainda levando em conta a questão religiosa, A Caridade contatava que, "no Brasil, um decreto do governo provisório" estabelecia "a separação da igreja e estado, e a liberdade de consciência", diante do que apresentava um brevíssimo e direto comentário, afirmando que tais governantes "mal principiaram"82.

Também a respeito do tema das garantias individuais, *O Eco* traçava um paralelo entre as duas formas de governo, afirmando que, "no Brasil, sujeito à dominação da ideia republicana, o direito mais importante do cidadão, e

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 26 jan. 1890. A. 29. N. 2.909. p. 1.

<sup>81</sup> A VERDADE. Funchal, 2 jan. 1890. A.16. N. 738. p. 3.

<sup>82</sup> A CARIDADE. Porto, 1890. Ano 2. Caderneta 21. p. 8.

regulador da sua liberdade individual" fora "suspenso pelo poder executivo e invadida a jurisdição dos tribunais, decretando-se a deportação de cidadãos acusados de desafetos à causa democrática", ao passo que, em Portugal, sob a monarquia, "a liberdade individual" vinha sendo "mantida até em épocas calamitosas de agitação política, e as leis" que garantiam "tão preciosa prerrogativa", eram "vestígios muito observados". Observava ainda que "na nascente república" levantara-se "uma feroz intolerância contra a liberdade do pensamento, santa conquista dos povos livres, e a imprensa era amordaçada não com incriminações severas para o abuso, mas com a condenação a priori", de maneira que, se o jornal defendesse "princípios políticos contrários ao estado predominante", era simplesmente "proibida a sua publicação"; enquanto que, "na velha monarquia", prestava-se "respeitoso culto ao livre exercício das faculdades jornalísticas" tolerando-se "até reconhecidos abusos e a imprensa republicana" não encontrava "impedimento para a sua propaganda, nem obstáculos para o desenvolvimento das suas ideias". Finalmente, o periódico comentava que "os dominadores no Brasil" faltavam "às praxes internacionais e aos deveres que todos os governos" deveriam "respeitar e quardar com a máxima reserva", dirigindo-se "aos chefes republicanos dos países monárquicos apregoando as excelências da república e dando auxílio na coadjuvação à ideia política" a qual não predominava "no país estranho", concluindo que era "diferente e mais correto o proceder nos países liberais- monárquicos"83.

<sup>83</sup> O ECO. Lisboa, 5 jan. 1890. A. 1. N. 5. p. 1.

Um dos enfoques mais recorrentes junto ao periodismo luso vinculado à monarquia foi o de apontar que a república não conseguiria manter a estrutura unificadora do império, de modo que o Brasil passava a correr sério risco de ser assolado pelas guerras civis e sofrer desmembramentos em seu território. Tal perspectiva foi levantada pelo *Jornal do Comércio* que destacava as enormes disparidades entre cada uma das "províncias brasileiras", fator que poderia "levar a conflitos mais ou menos graves". Além disso, considerava que o país iria "fatalmente cair numa ditadura militar", de modo que seria "muito de recear, que, em vez de terem aberto uma nova era de prosperidade e de glória ao seu país", os republicanos tivessem "apenas cavado o abismo" no qual seriam afundadas "a paz e a unidade do grande império brasileiro, cuja memória" viria a ser "evocada com uma saudade, que infelizmente o não poderia fazer ressurgir". A tal previsão negativa, acrescentava que o governo provisório haveria "de encontrar sérias dificuldades em impedir" que se operasse "a separação entre as províncias do norte e as do sul" 84.

Seguindo essa mesma direção, o *Jornal da Noite* tinha "por certo que o Brasil entrara num período extremamente perigoso de transformação", podendo "prever a desagregação fatal"<sup>85</sup>. Tais riscos também eram apontados pela *Correspondência de Coimbra*, segundo a qual o Brasil optara por sair "de um meio de paz e de liberdade para se lançar numa aventura revolucionária, que

<sup>&</sup>lt;sup>84</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 21 nov. 1889. A. 37. N. 10.794. p. 1.; e 26 nov. 1889. A. 37. N. 10.798. p. 1.

<sup>85</sup> JORNAL DA NOITE. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 19. N. 5.881. p. 1.

por essência" era "a negação de toda a ordem — a principal garantia da efetivação de todos os progressos"<sup>86</sup>. Em consonância, o *Correio da Noite* argumentava que as diversas províncias brasileiras não se conheciam entre si, ou ainda se odiavam e tais "ódios, rivalidades e autonomias" não poderiam "ser nunca dominados sem muito custo e sem muita resistência no regime republicano, descentralizador e dissolvente". Considerava, assim que a revolução seria "uma calamidade", ficando o país "ardendo na sarça devoradora das guerras civis" e prevendo possíveis conflitos entre "imperialistas e republicanos" e mesmo entre no seio deste grupo antimonárquico que não teria unidade interna<sup>87</sup>.

A Gazeta de Portugal em muito insistiu nessa tese das guerras internas e desagregações territoriais. Nesse quadro, sentenciava que "apesar da forma republicana ser geral na América" acreditava "que a nacionalidade brasileira nada" teria "a lucrar e muito a perder com a nova ordem de coisas". Defendia também que "o Brasil, apesar da ilustração de muitos dos seus cidadãos, mas que constituíam uma classe limitada, não estava ainda bem maduro para o sistema monárquico representativo e liberal, quanto mais para o republicano". Diante disso, previa que "a nacionalidade, passado o primeiro momento de conformidade entusiástica ou resignada com a nova forma de governo", haveria "de passar por uma época de reações, de conflitos, de descontentamentos, de desilusões, talvez de novas revoluções e de anarquia, como as repúblicas suas

\_

<sup>86</sup> CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 19 nov. 1889. A. 18. N. 91. p. 1.

<sup>87</sup> CORREIO DA NOITE. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 9. N. 3.020. p. 1.; 17 nov. 1889. A. 9. N. 3.021. p. 1.

vizinhas", de modo que poderia até "perigar a unidade, e de certo sofrer depressão a sua prosperidade econômica". Considerava ainda que aos "governos que se estabelecerem no Brasil", faltava "a grande ponderação do poder imperial", e eles não poderiam "refrear muitas vezes os excessos e as paixões das classes menos ilustradas"88.

Mantendo sua peroração, a publicação lisbonense continuava "a sustentar que o Brasil" não estaria "ainda de todo, na grandíssima maioria da sua população, à altura de um regime adiantado, delicado e complicado, como o representativo, quer monárquico, quer republicano, acreditando que, sob a nova forma de governo, o país estaria próximo de perder "a longa paz pública" da época monárquica. Nesse contexto, explicava que era "inegável que ao império, tanto pela autoridade e força desta instituição, como pela respeitabilidade e prudência de quem o exercia", era que o Brasil devia as condições para "escapar, durante o período de mais de meio século depois da sua emancipação, às convulsões e à anarquia, que afligiram as outras repúblicas sul-americanas". Apesar das previsões negativas, chegava a manifestar o desejo de que o Brasil não viesse a entrar "por algum tempo nesse caminho, o que era para recear"89.

O tema foi debatido também por *O Monitor* que julgava a nação brasileira "pouco madura para implantar e sustentar o sistema republicano", esperando que a república acabasse por encontrar "atritos difíceis de amaciar e resistências importantes a vencer". Duvidava ainda que, "num país de

<sup>88</sup> GAZETA DE PORTUGAL. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 3. N. 613. p. 1.

<sup>89</sup> GAZETA DE PORTUGAL. Lisboa, 26 nov. 1889. A. 3. N. 619. p. 1.

população tão variegada", contassem "os caudilhos do novo credo com um assentimento tão geral, tão uniforme, com uma passividade tão saliente desde a corte até ao mais ínfimo liberto", bem como receava que os novos governantes não conseguissem "sufocar os excessos e paixões das classes menos ilustradas"90. Ainda mais pessimista era *O Mafrense* para o qual, o grande receio em relação ao Brasil republicano eram "os desmembramentos" desse país "vastíssimo, e divido em províncias, algumas enormes", nas quais "a ação central quando ali" chegava era "sempre lenta, tardia e por vezes ineficaz", de maneira que seria "natural" que procurassem "tornar-se autônomas". De acordo com o jornal isso iria se "suceder mais dia menos dia, logo que alguma convulsão política" viesse a "oferecer ensejo para a separação", o que seria "fatal", considerando ainda que se "se algumas o não fizeram logo", era "porque a estupefação de momento" não permitira "que se pudessem organizar os elementos para isso" "91.

No mesmo tom, se manifestava o *Correio de Notícias* que caracterizava a instauração da república como "um pronunciamento iniciado pela classe militar e auxiliado pelos republicanos fanáticos", o qual traria consigo a ampla possibilidade de uma "conflagração das províncias brasileiras, umas pela república, e outras pela monarquia", na qual fossem saldadas "contas velhas de ódios represados". Na concepção da folha, não oferecia "a menor dúvida que a transição de um para outro regime", iria "ocasionar ao próspero estado

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> O MONITOR. Leça da Palmeira, 24 nov. 1889. A. 3. N. 111. p. 1.

<sup>91</sup> O MAFRENSE. Mafra, 1º dez. 1889. A. 2. N. 102. p. 1.

americano, um abalo profundíssimo em que os interesses vitais da nação" seriam jogados "aos dados, acarretando talvez complicações terríveis", que lançariam "no caos das tormentas revolucionárias o país que se desenvolvia no sio da paz, colonizando a sua vasta extensão de território". Em cores negras, o jornal vaticinava que a república no Brasil seria "um sol que nascia entre acasteladas nuvens", as quais ocultavam "no seio a faísca das revoltas" que ateariam "a guerra civil e a chuva de sangue" que viria "a alagar os campos de batalha", além dos "vendavais das paixões" assolariam "as formosas províncias" onde até então "a natureza se ia desentranhando nos esplendores maravilhosos da sua fecundidade extraordinária"92.

Os malefícios da mudança na forma de governo do Brasil para com a unidade territorial e a paz foram também debatidos pelo jornal *O Novo Tempo* que chamou a instauração da "república brasileira de truque teatral", que iria "inaugurar para o imenso império irmão o cesarismo sangrento de caserna das repúblicas vizinhas, as lutas esterilizantes de hegemonias provinciais, e a desagregação final da grande pátria sul-americana". O periódico não reconhecia o movimento brasileiro como "uma revolução libertária", pois, "só para os ingênuos, para os doutrinários, ou para os irrequietos, a forma republicana" poderia ser considerada "um ideal superior da evolução do estado, um epílogo edênico de todas as sociedades, ou pelo menos um prelúdio exclusivo de formas sociais novas". Afirmava ainda que transição no Brasil não lhe inspirava "nem

<sup>92</sup> CORREIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 17 nov. 1889. A. 2. N. 414. p. 1.; e 23 nov. 1889. A. 2. N. 419. p. 1.

entusiasmo, nem simpatia", classificando-a apenas "como um pronunciamento", tal qual tantos outros ocorridos na América do Sul<sup>93</sup>.

Quando o assunto era o surgimento da república no Brasil um dos tópicos mais frequentes nas páginas dos jornais monarquistas era um ferrenho embate com as folhas republicanas, num jogo de respostas às teses levantadas pelos adversários. Nesse sentido, o *Jornal do Comércio* declarava que não abriria mão de exprimir com liberdade a sua opinião, pois, assim agindo, nada mais fazia "do que usar do direito de livre crítica" que lhe assistia, lamentando o que supunha um erro ainda por ter atingido "tão dura e injustamente uma cabeça veneranda para todos". Diante dos conselhos de "prudência" para a imprensa, o periódico se dizia revoltado, já que era possível tecer comentários sobre qualquer país e porque deveria ser diferente em relação ao Brasil. Dessa forma, destacava que não faria "reserva de seus sentimentos", o que "seria a última miséria, pois, em face da violenta expulsão do imperador, todos os portugueses" deveriam "ter a franca coragem de se lembrar do que ele" sempre dispensara "proteção, amizade e distinções" aos lusos desterrados<sup>94</sup>.

Também respondendo aos opositores, o *Jornal da Noite* criticava "certas apreciações, ou mais propriamente aplicações doutrinárias", as quais deveriam ser averbadas "ao geral desconhecimento das circunstâncias e condições especialíssimas da sociedade sul-americana e do império brasileiro" e censurava àqueles que emitiram, "prematuramente uma acentuada simpatia

<sup>93</sup> O NOVO TEMPO. Mangualde, 20 nov. 1889. A. 1. N. 6. p. 1.

<sup>94</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 37. N. 10.792. p. 1.

pela revolução que destruiu um trono constitucional, filho ou irmão do trono português". Para o periódico, não deveria "admirar que também dos campos mais opostos" se erguessem "vozes de protesto e de advertências" as quais se consorciavam e fundiam "no alarme de um perigo comum". Além disso, combatia os republicanos que vinham procurando, através do jornalismo, "com muita dedicação, acalmar os ânimos e as apreensões por toda a Europa, dando aos acontecimentos um aspecto mais do que tranquilizador", em relação ao Brasil<sup>95</sup>.

O Diário Ilustrado também participou ativamente desse conflito discursivo, como ao destacara que naquele momento declamavam "várias folhas republicanas, em grandes expansões de caixa alta", mas suas manifestações não passariam de "puríssimas declamações, superficialidades comezinhas e desabafo retórico" que não faziam "mal a ninguém". Segundo o jornal, a Europa não era a América para serem comparadas, bem como "uma revolta militar" não poderia ser considerada "o triunfo afirmativo de uma ideia, nem era a sua garantia", além do que, "a forma republicana, no círculo vicioso" em que estava havia "muitos séculos", vinha sendo "a principal causa impeditiva do adiantamento dos povos", por ser ela "uma organização primitiva, imperfeita e embrionária" Colocando em apreciação o republicanismo

-

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup> JORNAL DA NOITE. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 19. N. 5.883. p. 1.; 19 nov. 1889. A. 19. N. 5.884. p. 1.; e 20 nov. 1889. A. 19. N. 5.885. p. 1.

<sup>96</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 18. N. 5.971. p. 2.

português e brasileiro, a publicação diária lisboeta sustentava ardorosamente o confronto no campo discursivo:

Lemos a miúde nos jornais republicanos cá da nossa terra, que todos devemos estar muito caladinhos sobre os acontecimentos do Brasil. Nada de críticas: nem um oh! de admiração, nem sequer um ai! de sofrimento. (...)

E os republicanos cá da nossa terra explicam-se, dizem as razões e expõem os motivos por que se deve abrir uma exceção à liberdade que cada um deve ter de manifestar o seu pensamento, liberdade que para eles não tem limites, excetuando a crítica que incida sobre o pronunciamento de 15 de novembro: é para que a colônia portuguesa no rio de janeiro não sofra as consequências da opinião que possam ter [alguns dos jornais lusos].

Ora este conceito, devemos confessar, traduz a fatura da gente jacobina da nossa pátria estremecida; é uma fotografia de como eles são feitos por dentro, nos pensamentos e nas ideias; dá a medida da sua liberdade; mostra como os de cá, conhecendo-se, avaliam e compreendem os de lá!

Ficamos, pois, nisto: segundo os jornais jacobinos de Portugal, os republicanos do Rio são muito capazes de se vingarem na colônia portuguesa, nos honrados comerciantes que apenas pensam e cuidam dos seus negócios, porque alguns jornais monárquicos de Lisboa ou Porto entendem que a revolta foi uma ingratidão; que a ditadura de dez meses é afrontosa dos princípios universais de direito; (...) que os decretos radicais representam uma espécie de empreitada de todas as teorias metafísicas, que cá na Europa nem sequer fazem já o encanto da mocidade das escolas! (...)

Parece inacreditável, mas isso está escrito; e foi bom que se escrevesse para que se compreenda praticamente uma grande verdade: que a única tirania conhecida na Europa latina no século XIX é a do jacobino<sup>97</sup>.

87

<sup>97</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 26 dez. 1889. A. 18. N. 6.009. p. 2.

Apreciação aproximada fez o Correio da Noite, ao criticar as folhas antimonárquicas por considerarem que o republicanismo poderia estender-se do Brasil à Portugal. Perante tal perspectiva, o periódico argumentava que os republicanos portugueses eram platônicos e não existiam "senão em Lisboa, ao contrário do que acontecia no Brasil, onde estavam espalhados por toda a parte", bem como no Brasil, os ministérios teriam praticados erros que não ser repetiam no contexto luso e, levando em conta que "uma das causas que mais concorreram para o estabelecimento da república brasileira" fora "o contágio das outras repúblicas americanas", isso não ocorria em Portugal, de modo que o seu regime não estaria em perigo. A partir de tais argumentos, concluía que os fatos brasileiros não produziriam efeito em Portugal, onde se poderia precisar "de tudo, menos de mudança na forma de governo"98. Também desafiando os jornais portugueses adversários da monarquia, O Algárvio, ao sustentar que se o exército não tivesse aderido, a república brasileira não teria ocorrido, relevando o quão importante era evitar o "despotismo militar", exclamava que "os republicanos exultavam com o procedimento do exército brasileiro", mas se no futuro "o exército francês fizesse uma revolução" para proclamar um rei, naturalmente e sem coerência, pediriam "o fuzilamento para os chefes" da revolta99.

Além dos republicanos, outro adversário com o qual as folhas monárquicas, mormente as de cunho católico, empreenderam confrontos

<sup>98</sup> CORREIO DA NOITE. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 9. N. 3.023. p. 1.

<sup>99</sup> O ALGARVIO. Loulé, 24 nov. 1889. A. 1. N. 35. p. 3.

discursivos foi a maçonaria, que estaria inexoravelmente atrelada ao republicanismo. De acordo com tal perspectiva, A Verdade de Funchal considerava "fora de dúvida que as lojas maçônicas tomaram a parte principal na queda do império", pois estariam trabalhando havia muito para "solapar as bases do trono" e incentivado os proprietários não-indenizados por causa da abolição, para se colocarem em oposição à monarquia<sup>100</sup>. Já *O Progresso Católico* dizia que não adiantaram todos os avanços da época imperial, quando "o comércio cresceu e medrou, as artes desenvolveram-se, a literatura teve apóstolos distintos, a ciência não ficou estacionária e as armas triunfaram nas agressões", pois tudo teria sido esquecido e o "bem" sucumbira diante do "mal", referindo-se aos maçons e republicanos como "o verme roedor das seitas" que carcomera "o coração do florescente império"101. Em linha próxima, O Clero Português argumentava que esses mesmos inimigos estavam buscando apagar o passado e a contribuição lusa para a formação brasileira, afirmando que as "ideias novas do revolucionarismo" pretendiam eliminar as heranças da "civilização lusa" e questionava que dera ao Brasil "a sua língua, os seus costumes e a sua civilização", transformando-o em "uma forte e poderosa nacionalidade". Diante de tais argumentos, a folha concluía, exclamando que "a América portuguesa" não tinha "de que se envergonhar em frente da América espanhola ou da América inglesa, da sua velha mãe que a contemplava com orgulho do outro lado do oceano"102.

-

<sup>&</sup>lt;sup>100</sup> A VERDADE. Funchal, 28 nov. 1889. A. 15. N. 734. p. 3.

<sup>101</sup> O PROGRESSO CATÓLICO. Guimarães, 30 nov. 1889. A. 12. N. 3. p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>102</sup> O CLERO PORTUGUÊS. Lisboa, 10 mar. 1890. A. 6. N. 141. p. 16.

Outro ponto essencial do discurso monárquico expresso por meio do periodismo foi a qualificação da atitude do povo brasileiro como uma traição para com o imperador, adjetivando a sua derrubada como uma ingratidão e de abandono de parte da nação em relação a Pedro II. O Jornal do Comércio ia nessa linha, ao apreciar que "o caráter republicano do movimento" fora "enxertado, secundária e eventualmente", pois seria "voz unânime que nunca uma tentativa republicana se realizaria, enquanto vivo o imperante, que, muito merecidamente", era "objeto de um verdadeiro culto de respeito". Diante de tal "disposição de ânimo", o periódico perguntava como se poderia "explicar uma precipitação, quando o velho monarca, alquebrado pelos anos e pela doença", pendia "já a fronte veneranda para a sepultura"; ao que respondia que se tratara "de uma vilíssima traição, da qual nunca na história o exército brasileiro, que tão poucas proezas" tinha "para contrapor, consequiria lavar-se". Assim, o jornal concluía criticando uma "transformação política" operada "pela soldadesca", que proclamara "a república, em nome de uma liberdade que não faltava ao país", para, mais tarde, "erigir a ditadura em nome da ordem que ela vai inevitavelmente comprometer"103.

A Crença Liberal, mantendo seu pensamento conservador, também insistiu nesse tipo de apreciação, narrando que o imperador fora "esbulhado do se trono e empurrado violentamente para terras estranhas". A folha chamava o ocorrido de "usurpação brasileira", afirmando que "todas as causas tinham os seus mártires", caso do imperador, que sofrera um "golpe cruelíssimo, violento e

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 17 nov. 1889. A. 37. N. 10.791. p. 1.

inesperado que de fato, e não de direito", o privara "do trono e da pátria, obrigando-o por alta noite a fugir precipitadamente, para escapar talvez a uma morte, diante da qual não recuariam por certo os piratas", os quais "assaltaram a residência imperial e acordaram violentamente os seus habitantes para os fazerem partir para o exílio, debaixo da artilharia de um couraçado, como se fossem criminosos de alta traição"<sup>104</sup>.

Para essa publicação lisbonense, não havia "na história um exemplo" que tanto merecesse "a indignação dos povos civilizados", passando a tecer vários questionamentos. Perguntava como poderia um povo, que se dizia "nação, ficar com os braços cruzados e deixar-se algemar por meia dúzia de ambiciosos que se fingiram descontentes e agravados, para atacarem a monarquia de meio século e a substituírem pela monarquia eletiva", como aquilo que se chamava de república. Questionava ainda como tal povo não se levantara "como um só homem, para esmagar os flibusteiros terrestres que assaltaram tronos, como os seus predecessores assaltavam navios". Diante de tais perguntas sem respostas, a folha vaticinava que "quando à primeira surpresa sucedesse a reflexão, e quando a nação brasileira acordasse e visse que lhe roubavam um soberano sábio, benévolo, e liberal", pondo "em seu lugar alguns ambiciosos e ignorantes propensos ao despotismo", ela não saberia o que fazer<sup>105</sup>.

Esse tema era tratado com veemência ainda maior pelo *Comércio de Portugal* ao escrever que "a velha frase – ingrato como um rei –", perdera o seu

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 15 dez. 1889. A. 28. N. 2.904. p. 1.; e 10 jan. 1890. A. 29. N. 2.904. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 10 jan. 1890. A. 29. N. 2.904. p. 1.

valor depois do que ocorrera no Brasil, devendo ser modificada para "ingrato como um povo, sem perigo de errar e sem receio" de que faltassem "provas para justificar a mudança de palavra". Dizia não ter "ódios contra os vencedores", e por isso deveria ser permitido que tivesse "consideração pelo vencido" e, ao encarar "o ato político sob o ponto de vista moral", demarcava a mágoa que tinha "na alma pela ingratidão com que fora tratado por uma grande e poderosa nação o mais honrado e o mais nobre dos seus filhos". Argumentava ainda que seu espírito se insurgia contra tal injustiça e "iniquidade com que um povo inteiro fulminou um ancião, que deu quarenta e nove anos da sua vida para o exaltar, para o engrandecer, para o tornar respeitado, para o fazer feliz" e que recebera "como recompensa da sua lealdade, da sua dedicação, do seus civismo a deposição e a expulsão"<sup>106</sup>.

Em tom exortativo, tal periódico apresentava D. Pedro II como um homem "bom e tolerante, ilustrado e magnânimo, solícito e dedicado, e amava sobre tudo e sobre todos a sua pátria", não havendo justificativa para que ele tivesse sido "deposto e expulso como" se fosse "um cruel e um perseguidor", ou ainda contasse com "a sorte dos déspotas e dos tiranos". Segundo o jornal, tudo isso poderia "ser muito político, muito filosófico e muito transcendente", mas era "também muito mesquinho, muito repugnante e muito injusto" e previa que um dia, as consciências e a história viriam a cobrar o sentido de tal "atentado", praticado por aqueles "republicanos mais ou menos incubados que fizeram o movimento e se apresentaram tão intransigentes com a monarquia e com o

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 11. N. 3.104. p. 1.

monarca". De acordo com o periódico, fora simplesmente esquecido "o meio século de devoção cívica, e a ambição apaixonada", fizera "em algumas horas o que a razão fria repeliria com horror, como uma afronta à retidão e à honestidade". Além disso, a publicação lançava o vaticínio de que, no futuro, "em vez dos hinos ruidosos" só pertencentes "aos triunfadores, uma voz" viria a ser ouvida e murmuraria "a palavra perdão para a grande afronta feita a um grande rei e a um grande caráter", e tal voz seria "a da pátria que, envergonhada de ter aceitado a responsabilidade de uma sedição militar", confessaria, "ao mesmo tempo, que não era digna do monarca que tinha"<sup>107</sup>.

Partindo na mesma direção de apontar as supostas injustiças com o imperador, *O Distrito de Leiria* se referia a D. Pedro II como o "velho e simpático monarca que, de um momento para o outro, e quando, talvez, menos o esperava, se viu destronado". A folha não considerava razoável que a força das baionetas tivesse destruído o trono e fizesse "esquecer meio século de devoção cívica" de "um dos mais cultos, dos mais humanos e dos mais tolerantes monarcas do mundo", que seria também "o mais apaixonado patriota, o benemérito brasileiro, aplaudido em todas as academias e venerado em todas as cortes e por quem o povo brasileiro tinha legítimo orgulho", constituindo um fato que pertencia à história e, a partir dela, o jornal se propunha a estabelecer uma visão crítica em relação aquela deslealdade<sup>108</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 11. N. 3.104. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> O DISTRITO DE LEIRIA. Leiria, 23 nov. 1889. A. 8. N. 400. p. 1-2.

A Ilustração Portuguesa também demarcou em suas páginas a abordagem do tema da traição nacional ao imperador decaído. Segundo tal publicação ilustrada, Pedro II gastara "o melhor da vida, senão a vida inteira, a lidar pelas prosperidades do país cuja direção suprema o destino" lhe confiara, vindo a ser "bom, clemente e justo", alargando o comércio, ilustrando o povo, dando-lhe liberdade e ensinando-lhe a amar o progresso, criando "um exército forte e uma armada poderosa", banindo a escravidão, exemplificando "do alto de um trono, a liberalidade e a democracia" e protegendo "as ciências e artes". Entretanto, conforme o periódico, "no fim de tudo, depois de completa a obra civilizadora, à custa de muito cogitar e de muito sofrer", quando teria "direito ao reconhecimento do povo ilustrado e engrandecido", quando imaginava "ter jus à gratidão do exército e da marinha", estes mesmos cruzavam "baionetas agressivas ao peito de quem os fortaleceu" e aquele povo revoltava-se "ferozmente, desapiedadamente contra o homem que o homem que lhe ilustrou e lhe deu liberdades amplíssimas". Perante tais acusações, a folha ilustrada qualificava tal ato como "desumano", passando "a desumanidade a ser a divisa dos brasileiros"109.

Em harmonia com tal perspectiva, o *Correio de Notícias* denunciava que não valera "nem a filosofia, nem a cívica dedicação pelo seu país" de parte do imperador, que acabou por ser "expulso como qualquer malfeitor, e por suprema irrisão, acompanhado ao bota-fora pelas demonstrações de *consideração* e *respeito* daqueles que o condenaram". O jornal elevava o tratamento ao soberano

<sup>&</sup>lt;sup>109</sup> A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 5. N. 44. p. 2.

decaído quase à categoria de um martírio religioso, comparando que "também ao Cristo lhe confiaram o título de rei dos judeus aqueles que, por escárnio mesmo, lhe deram uma cana verde por cetro, e o coroaram de espinhos". O periódico lamentava por aquele "pobre velho, que no último quartel da vida" vira "esfolhar-se a derradeira ilusão que ainda conservava o seu espírito experimentado e a quem não aproveitou a longa série de serviços feitos à pátria, e o seu amor entranhado pelas glórias nacionais". Na visão da folha, o imperador constituía "o elo que prendia os fuzis daquele enorme cadeia" de províncias, vindo a questionar se "uns indivíduos quase desconhecidos e sem tradições" conseguiriam "conciliar o espírito antagônico que dividia muitas das províncias brasileiras". Perante tal diagnóstico, sentenciava que deveria ver-se "no espelho do Brasil" o que significava ser "um país, sem rei nem roque" e concluía que aquilo tudo consistia na mais "negra ingratidão havida com um velho respeitável e digno de consideração e estima de todo o universo", a qual estaria a ensombrar "o fundo do quadro, que o Brasil" expunha "à apreciação de todos"110.

A temática da traição foi ainda abordada por *O Algarvio* que via com "repulsão o procedimento pouco correto de um povo para com o seu velho chefe, próximo a descer ao túmulo"<sup>111</sup>. *O Novo Tempo* também se referia ao soberano que fora apeado do trono a partir do "escabujar último da onda de mediocridade da democracia vitoriosa", considerando que tal ato seria o símbolo da vitória

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> CORREIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 2. N. 415. p. 1.; e 23 nov. 1889. A. 2. N. 419. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> O ALGARVIO. Loulé, 1º dez. 1889. A. 1. N. 36. p. 1.

"dos baixos instintos da humanidade, das ideias simples e falsas do igualitarismo impossível, do predomínio depressivo das maiorias cegas e naturalmente inimigas de tudo" o que deveria ser considerado "elevado, consagrado e nobre, no grande sentido da palavra", e de tudo que tinha "uma delicadeza ou uma distinção". Diante dessa constatação, a folha, "em nome da sua fé veemente nas formas monárquicas, nas práticas liberais e no poder de equiponderar dos reis", saudava aquele "augusto velho" que fora atraiçoado e condenado ao exílio<sup>112</sup>. Também *O Eco* fez menção à "ingratidão de um povo", que praticara "o fanatismo político", ao realizar "um ato de crueldade que bem dolorosamente" deveria "pesar na consciência dos chefes da revolução". Tendo em vista tal impressão, o jornal sentenciava que "mal ajuizados" andavam os republicanos brasileiros, ao procurar "vencer dificuldades e perigos usando da crueza e da vindita"<sup>113</sup>.

A vinda, chegada e presença da família imperial brasileira em terras portuguesas constituíram oportunidades para que a imprensa monárquica divulgasse ainda mais suas ideias em defesa do *status quo* luso, mantendo a prática de elogiar Pedro II e, através dele, a forma de governo que representava. Nesse contexto, o *Diário Ilustrado* anunciava que estava "a caminho da Europa o venerando velho D. Pedro de Alcântara, ex-chefe de um império poderoso, convertido em república pelos vaivéns do destino", explicando que, "só a força o ilustre ancião" tivera de "abandonar seu querido país", o qual lhe impusera o

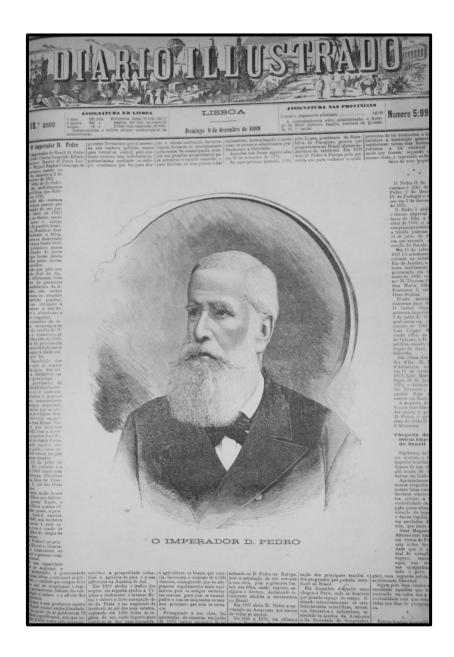
<sup>&</sup>lt;sup>112</sup> O NOVO TEMPO. Mangualde, 12 dez. 1889. A. 1. N. 9. p. 1.

 $<sup>^{113}</sup>$  O ECO. Lisboa, 3 jan. 1890. A. 1. N. 3. p. 1.

exílio, numa manifestação de força "desrespeitosa, inclemente, desapiedada e cruel", não recordando "virtudes provadas, serviços valiosos e bondades incomparáveis". O jornal considerava tais acontecimentos "como um de desumanidade e de ingratidão" do povo, que, "impaciente por iniciar um novo regime", não refletira, adotando um procedimento que viria a ser julgado pela história. Utilizando-se de seus textos e gravuras o periódico ilustrado deu ampla cobertura à presença do imperador e de sua família em Portugal<sup>114</sup>.

-

 <sup>&</sup>lt;sup>114</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 18. N. 5.972. p. 2.; 8 dez. 1889. A. 18. N. 5.991. p. 1.; e
 <sup>9</sup> dez. 1889. A. 18. N. 5.992. p. 1.





Ainda a respeito do imperador decaído, manifestou-se *O Constituinte*, considerando que no Brasil ocorrera uma "mutação política", justificando tal denominação por ter sido "inesperada e incalculada a insurreição", que surgira "mais ao acaso do que por preceitos de um plano bem organizado". Segundo o jornal, o próprio "espírito erudito" do imperador abrira espaço para que se se desenvolvessem variadas ideias no país, inclusive as antimonárquicas. Apontava também que o Brasil, "a despeito de toda a sua consideração, pelos serviços que prestara, e pelo lustre com que soubera iluminar a sua história, em lhe tornar ilustre o nome", não quisera ou não pudera "amparar a queda desastrosa e inglória, que os inimigos prepararam" para Pedro II. Na opinião da folha, era "realmente inexplicável a inércia e quase que indiferença, com que a grande nação" deixara "apear do trono o monarca, que era o herdeiro e o guarda das suas tradições e da sua glória"<sup>115</sup>.

Mais veemente era *A Ilustração Portuguesa* ao questionar o motivo de um "braço autoritário" se erguer "contra um imperador", ferindo "barbaramente um velho" e, ao arrebatar "da fronte do monarca a coroa que ele herdara dos seus maiores", rasgara "uma chaga sangrenta no peito do moribundo". A folha qualificava tal ato como "um paroxismo de febre revolucionária", do povo brasileiro que, assim, desmentira "as suas prestigiosas tradições, a sua legendária caridade e o fulgor atraente que irradiava o seu nome". Defendia ainda que, para fazer a república, o Brasil não precisaria ter "esquecido o respeito devido ao inteligente e bondoso, filósofo coroado e soberano democrático"

 $<sup>^{115}</sup>$  O CONSTITUINTE. Braga, 20 nov. 1889. A. 10. N. 924. p. 1.

imperador, sempre "profundamente devotado aos interesses da pátria", perturbando, "com os seus gritos sediciosos o tranquilo resvalar para a grande noite do túmulo de um velho, duplamente sagrado pelo seu título de majestade" e mais ainda "pela soberania humanitária da sua obra de pacificador e de libertador". Para o periódico, o Brasil esquecera também "a missão gloriosamente exercida pelo vivo, e, no seu medonho desvario", não hesitara "em arrancar o cetro das mãos de um quase cadáver e trocar-lhe a púrpura pela mortalha"<sup>116</sup>.

Também o *Correio da Manhã* expressou seu pensamento a respeito de D. Pedro II, descrito como "o homem ilustre que presidira aos destinos daquele vasto e florescente país" e afirmando "que, fossem quais fossem os destinos futuros do Brasil, nunca ele poderia nem quereria apagar da sua história essa página brilhante do império, nem esse nome sacrossanto do imperador"<sup>117</sup>. Já a *Esquerda Dinástica* manifestava a sua "mais sincera simpatia pelo príncipe destronado", destacando que "se honrava com ele a nação brasileira" e não seria "a perda de uma coroa" que poderia "ofuscar as qualidades eminentes de D. Pedro de Bragança". O periódico previa que o Brasil viria a recordar "sempre quem era o rei que faltava no trono", dando-se conta que "outra individualidade" não se aprumaria sobre o mesmo pedestal. De acordo com o jornal, poderia "quebra-se um cetro, mas não se rasgar uma história", de maneira que "o nome

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA. Lisboa, 2 dez. 1889. A. 5. N. 45. p. 3-4.

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 8 dez. 1889. A. 6. N. 1.551. p. 1.

do imperador" pertencia "à história do Brasil e da civilização" e, para apagar seu nome seriam "impotentes as baionetas que esmigalharam uma coroa"<sup>118</sup>.

Mesmo *O País*, em sua fugaz aparição, exalçou a ação do imperador exilado e considerou injusta a sua queda. Segundo a opinião do jornal, "no reinado de D. Pedro não se devia ter proclamado a república, mas também não no de sua filha", enquanto ela continuasse "a obra de seu augusto pai", pois considerava que a república não era necessária. Destacava que aquela seria um "triste república", pois se iniciara "por uma revolta de um exército indisciplinado, levado à bulha pelos despeitos de um homem" que fizera "a revolução, não como um patriota, mas como um ato vingativo", bem como pela ação de "fracos republicanos" que teriam incentivado oportunisticamente a anarquia. Diante de tais considerações a folha concluía que o Brasil ainda haveria de "amargurar a sua imprudência" para com o imperador, vindo a sofrer "não os grandes, os ricos, os poderosos", que tinham "tudo a ganhar com semelhante democracia, mas os pequenos e os iludidos", que julgavam "república sinônimo de liberdade", pois eles viriam a ser "os oprimidos" e então haveriam "de clamar contra o falso regime" que tanto os influenciara<sup>119</sup>.

Assim, as publicações de caráter monarquista utilizaram-se de diversas estratégias discursivas "para valorizar a forma de governo reinante em Portugal e enfrentar ardorosamente os inimigos do regime monárquico". Esse "discurso político antirrepublicano sustentou argumentos" que tinham por meta "apontar

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> ESQUERDA DINÁSTICA. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 2. N. 477. p. 1.; e 7 dez. 1889. A. 2. N. 495. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>119</sup> O PAÍS. Lisboa, 8 dez. 1889. A. 1. N. 1. p. 1-2.

para os profundos males que a mudança das instituições poderia trazer a um país, de maneira que o caso brasileiro" viria a constituir "a prova concreta de tais moléstias nacionais". Promovendo o combate aos adversários e tecendo "profundas críticas à jovem república, tais folhas tinham um intento bem mais profundo" o qual correspondia à "defesa exacerbada da monarquia em Portugal, que sofreria ainda maiores contestações a partir da transformação institucional ocorrida no Brasil"<sup>120</sup>.

# Os periódicos republicanos

O 15 de Novembro de 1889 traria o significado de um marco simbólico e "constituiria verdadeiro motivo de júbilo pelas publicações republicanas portuguesas", as quais "passaram a desenvolver uma série de estratégias discursivas no sentido de aprofundar os questionamentos e as críticas ao *status quo* luso daquele final de século. Nesse sentido, "encarada como uma 'festa republicana', a mudança institucional brasileira se transformaria em verdadeiro mote essencial à construção discursiva entabulada pelo republicanismo" luso por meio da sua imprensa, "buscando criar um clima de otimismo e euforia" para com aquilo que consideravam como uma vitória; promover um "conflito discursivo ao combater ardorosamente as ideais expressas por meio das folhas monarquistas" e, o mais fundamental, "demonstrar que aquela jovem república

\_

ALVES, Francisco das Neves. O discurso político das folhas monarquistas lisboetas acerca da proclamação da República no Brasil. In: ALVES, Francisco et all (orgs.). História Política: Brasil & Rio Grande do Sul: estudos históricos. Rio Grande: Editora Pluscom, 2013. p. 30.

deveria servir como um exemplo a ser seguido pela sociedade portuguesa"<sup>121</sup>, intentando desmentir cada um dos argumentos lançados pelos jornais antirrepublicanos e valorizar a forma republicana em detrimento da monárquica.

A "festa republicana" advinda da transição institucional brasileira, foi traduzida muito a contento nas páginas de uma das mais importantes folhas republicanas lusitanas, *O Século*. A primeira notícia publicada pelo jornal veio na forma de uma nota telegráfica, afirmando "República proclamada sem conflitos", mas, já na edição seguinte, a exultação tomava conta do periódico, que chegava a utilizar-se de letras garrafais, no formato de uma "manchete", recurso muito pouco utilizado à época, para refletir a relevância do evento abordado. De acordo com tal espírito, a folha afirmava que acabara "de ser finalmente proclamada a república no Brasil", de modo que "ao império, tornado impossível e intolerável ao generoso povo brasileiro", sucedera "a política instituição dos homens livres, a pura democracia". Declarava ainda que naquela terra onde havia pouco "se proscrevera a condição servil das raças africanas", não poderia "continuar por largo tempo a consagrar a servidão política ao arbítrio supremo de um ditador dissimulado nas enganosas aparências da soberania constitucional" "122".

-

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> ALVES. *Olhares impressos...*, 2012. p. 108.

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> O SÉCULO. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 9. N. 2.791. p. 1.; e 17 nov. 1889. A. 9. N. 2.792. p. 1.



Uma das questões mais exaltadas pelas folhas republicanas, destacando que a monarquia deixara de existir no contexto americano foi também abordado por *O Século*, ao exclamar que se expungira "finalmente da Carta do Novo Mundo aquela macula, que infamava, com uma exceção contranatural e odiosa, a civilização da América", de maneira que fora obliterada "a tradição, que ainda vinculava uma vasta região americana, à sujeição monárquica de uma família privilegiada". Lembrando a Doutrina Monroe, o jornal explicava que "o antigo presidente" formulara havia "muitos anos o princípio de que a América" só pertencia aos americanos e complementava tal ideia, enfatizando que, "na concisa expressão deste aforismo" ia "naturalmente consubstanciado o pensamento de que a América, a terra da virgem e grandiosa natureza, a terra do futuro, a segunda pátria da civilização na humanidade", não poderia "consentir

as decrépitas instituições, os preconceitos sociais e as abusões oprobriosas, que na velha Europa encadearam durante longos séculos" e ainda dominavam "com afrontosa supremacia os destinos na maior parte das nações" 123.

Referindo-se à conjuntura lusa, O Século dizia que, exatamente na mesma hora na qual ascendia um soberano em Portugal, "os brasileiros menos crentes nos benefícios das dinastias, e menos fervorosos em associar-se à sua fortuna", haviam deposto "do seu trono o imperador". De acordo com o periódico, "os brasileiros estavam desde muito cansados de ser súditos", já que "na América não poderia haver mais do que cidadãos", num quadro pelo qual "o partido republicano crescia assombrosamente por todas as províncias do Brasil" e, em "todas as categorias sociais, desde as mais subidas às mais obscuras, engrossavam diariamente as fileiras da república". Comparando as contingências luso-brasileiras, a publicação republicana destacava que "os brasileiros, ou os portugueses da América, mais esforçados ou mais favorecidos, mais briosos ou mais felizes do que os seus irmãos da Europa, conseguiram implantar nas terras de Santa Cruz a suspirada instituição". E complementava a asserção, afirmando que se ainda não fora fundada a república em Portugal, ao menos poderia ser dito "com nobre orgulho, que desta velha e viciosa instituição pátria veio afinal a desentranhar-se além dos mares uma nova democracia, a cuja sombra" alcançaria "desenvolver-se e prosperar na sua riqueza e na sua cultura o generoso povo brasileiro"124.

<sup>&</sup>lt;sup>123</sup> O SÉCULO. Lisboa, 17 nov. 1889. A. 9. N. 2.792. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>124</sup> O SÉCULO. Lisboa, 17 nov. 1889. A. 9. N. 2.792. p. 1.

Também mantendo o espírito antimonárquico, a Aurora do Minho noticiava que "as primeiras notícias no Brasil surgiram em Portugal como uma bomba de dinamite", causando "em todo país admiração", assim como "em todas as nações civilizadas, que não esperavam tão cedo uma reação enérgica da democracia contra a aristocracia – o embate da república contra o império". A folha também traçava o paralelo entre os dois países, afirmando que, enquanto "Portugal saudava com fervor o nascimento de mais um infante – um esteio da realeza e um consumidor do cofre nacional", no Brasil "baqueava desastradamente do trono um ramo anoso da árvore de Bragança". Destacava ainda que, "no mapa vastíssimo da América, rasgara-se a última página da história de uma monarquia, que vivera isoladamente no meio das repúblicas prósperas do novo mundo, e que lhe apontavam para um futuro auspicioso", já que, "naquele vasto império, chispava o fogo latente que devia fazer um dia grande explosão - fazendo em estilhaços a monarquia, e formando dos seus restos uma república nova e florescente"125. Com abordagem próxima, o Correio de Alcobaça fazia referência à "sedição que acabara de derrubar um trono decrépito", o qual estaria havia "tanto tempo condenado à ruína pela grande massa liberal do império", que se encontrava "revolta por não poder encarar com desprendimento a submissão cada vez mais acentuada dos futuros imperantes aos princípios de uma seita religiosa", inaceitável aos "progressos intelectuais

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> AURORA DO MINHO. Braga, 24 nov. 1889. A. 3. N. 130. p. 1.

do presente século" e contrária "aos mais sagrados direitos do homem pensante e livre"<sup>126</sup>.

Para a imprensa antimonárquica lusa, a república trazia por significado o progresso e a adaptação aos novos tempos vividos pela humanidade. Nesse sentido, O Século dizia que tinha "plena fé que o Brasil" entraria, "finalmente, num período de revivescência" que o faria "acompanhar a prosperidade e o engrandecimento das repúblicas vizinhas, das quais, em Portugal", se fazia "um juízo muito errado, muito fora da verdade histórica e dos acontecimentos palpitantes" da época. Para o jornal, "republicano, o Brasil já não poderia considerar-se um país isolado no seio da América, representando as velharias monárquicas que, na Europa", só vinham concorrendo "para o retrocesso político e para a tirania mansa exercida no espírito timorato e irresoluto das massas populares". No mesmo diapasão, afirmava que, "republicano, o Brasil apressaria o advento da república portuguesa, porque os irmãos de além-mar" haveriam de "fazer causa comum com o movimento democrático" que se acentuava no âmbito lusitano, e que era "preciso fazer crescer para que a honra e a independência de Portugal" não corressem "o risco de afundar-se no mar eminente de uma bancarrota que a monarquia" vinha havia "muito traiçoeiramente preparando". Como em um brado, a folha exortava que todos levantassem o seu protesto e se emancipassem "da tutela realista todos que tinham interesses ligados a esta boa terra portuguesa, explorada" havia "meio

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup> CORREIO DE ALCOBAÇA. Alcobaça, 24 nov. 1889. A. 1. N. 30. p. 2.

século por um constitucionalismo gêmeo daquele" que os brasileiros acabaram "de expulsar, gloriosa e heroicamente, do seu território colossal e majestoso" 127.

Buscando difundir a ideia de um republicanismo internacional, o jornalismo republicano português adotava o caso brasileiro como uma lição que deveria reproduzir-se pelo mundo, notadamente no que tange à Portugal, servindo o 15 de Novembro como um catalizador para a expansão do ideal antimonárquico:

Uma revolução que principia e leva a cabo a sua obra sem sangue e sem retórica é uma revolução que transforma o viver as condições da sociedade sem a ferir nem abalar. É uma revolução digna do aplauso universal dos homens livres, é um modelo que os povos ainda hoje encadeados ao cepo das velhas instituições devem profundamente meditar.

A revolução brasileira começa por ostentar-se incruenta e empenhada na pacificação e na concórdia das províncias e dos cidadãos, assegurando a umas a autonomia, sem rompimento da mística unidade nacional, e aos outros a liberdade e as garantias da paz, da ordem e do trabalho. (...) O povo, o exército, a armada decretam a abolição do regime imperial e a deposição da dinastia de Bragança. (...)

O terror monárquico pode povoar de sonhos tétricos a mórbida imaginação dos que já hoje se reputam como vencidos, ou ameaçados em Portugal, só porque uma nova monarquia desapareceu do mapa onde estavam delimitados os feudos e morgados das ambiciosas dinastias. É desculpável o desgosto dos que presam acima da liberdade, o título humilhante de vassalos. Mas não é lícito moralmente a gente discreta e pensadora, invocar a inverosimilhança e o absurdo como seus auxiliares na suspirada demolição da nascente república americana. (...)

A vitória da república nessa forte nação, que é filha dileta e primogênita de Portugal, ensina aos republicanos portugueses, como a fé ardente na pura

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> O SÉCULO. Lisboa, 26 nov. 1889. A. 9. N. 2.801. p. 1.

democracia, a perseverança na pregação, a discrição aliada à fortaleza, a disciplina com plena consciência, a porfia sem temeridade e a moderação sem tibieza, podem, auxiliadas pelos erros da monarquia e pela corrente republicana que vai arrastando no seu curso as decrépitas instituições, reproduzir um dia noutros climas o grande acontecimento do Brasil<sup>128</sup>.

Na mesma direção ia *A Sentinela da Fronteira* que, ao noticiar que estava "proclamada a república no Brasil", declarava que "o povo brasileiro, irmão de raça, pelo idioma, pelas tradições e pelo temperamento", acabara "de dar ao mundo um grande exemplo e de praticar um ato nobilíssimo de patriotismo e de justiça", o qual deveria ser seguido por Portugal. A publicação destacava ainda que "os monárquicos reconheceram por fim que não podiam por mais tempo lutar contra a democracia" e todos deveriam aprender com "esta grande lição". A folha portuguesa, em tom de exortação, encerrava com palavras de ordem que bem definiam sua oposição ao regime vigente em Portugal: "A monarquia é uma afronta para os povos livres. Hurra pelo Brasil! Viva a república! Abaixo a monarquia, que é o governo dos corruptos!"129.

O Povo de Aveiro, por sua vez, considerava a "proclamação da república brasileira" como um fato com que deveriam "exultar todos os republicanos portugueses", destacando que, "pelo lado patriótico", consolava o fato de "que um povo da raça lusa" compreendesse e executasse "tão resolutamente os deveres" impostos pela "civilização moderna". Argumentava ainda que, "pelo lado

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> O SÉCULO. Lisboa, 24 nov. 1889. A. 9. N. 2.799. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> A SENTINELA DA FRONTEIRA. Elvas, 23 nov. 1889. A. 9. N. 561. p. 2.

partidário, atendendo às íntimas relações de todas as categorias" existentes entre Portugal e Brasil, tal transição iria "influir de um modo notável sobre o desenvolvimento das ideias democráticas" contexto lusitano. Apontava assim que teria se dado um "duplo motivo de júbilo" para aqueles que ansiavam "por uma nova era de esplendor e progresso para esta infeliz nação lusa, tão abatida e tão explorada pelo ciganismo monárquico". Na opinião do jornal, com a monarquia, "o Brasil permanecia num deplorável estado de atraso relativamente às repúblicas vizinhas" diante do que, o povo resolvera "de vez manter o seu direito de que fora esbulhado", expulsando "do trono os usurpadores da soberania da nação". Assim, saudava "a república brasileira e com ela uma nova etapa no caminho luminoso da civilização"<sup>130</sup>.

Ao encontro de tais ideias, expressou-se *O Alenquerense*, ao apontar a transformação institucional brasileira como "o fato culminante que prendia todas as atenções", destacando que "em toda a vastíssima região do Novo Mundo" imperava "a forma de governo democrática". No sentido da lição promovida pelo Brasil, o periódico felicitava "a nação irmã pela sua libertação definitiva, pela conquista final da sua emancipação", desejando que os lusitanos aprendessem com aquele "rasgo de energia máscula a sacudir o jugo" que lhes aviltava, "de uma oligarquia sem pudor, nem consciência". Para o jornal, dera-se "a reforma ao decrépito imperador", o que fora uma "bela lição para o partido republicano português, já tão forte, tão unido, tão disciplinado", bem como um "grande estímulo" para a continuidade da "luta contra essas instituições

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> O POVO DE AVEIRO. Aveiro, 24 nov. 1889. A. 8. N. 412. p. 1.

caducas", que levavam "o melhor da seiva" nacional e corrompiam "no mais íntimo dos sentimentos" do povo. Destacava que "o partido republicano português" exultava "pelo triunfo que alcançaram os seus correligionários brasileiros", fazendo "votos pela consolidação e prosperidade da sua nova república" e felicitando "os republicanos brasileiros pela sua gloriosa vitória", que despedaçara "um trono sem sacrificar uma única vida". Mais uma vez lançando mão do sentido exclamatório das palavras de ordem, a publicação bradava: "Hurra! Pelo partido republicano brasileiro! Hurra! Pela ventura e prosperidade da grande nação irmã!"<sup>131</sup>.

Outra dentre as mais significativas publicações lusas de cunho republicano, *Os Debates* também lançou mão do dispositivo gráfico das letras garrafais, em formato de "manchetes" para divulgar a república no Brasil e reforçou afincadamente o pressuposto de que a mudança brasileira deveria constituir um modelo a ser seguido por Portugal e pelo mundo. Ao referir-se à transformação institucional brasileira, o periódico qualificou-a como um fato "da mais subida importância na ordem social e política e de um extraordinário alcance para a vida interna e externa da nacionalidade portuguesa". Utilizandose da história, a folha citava as revoluções brasileiras, nas quais teria sido "proclamado o credo democrático e hasteada a bandeira republicana", mas todas foram submetidas de "maneira tirânica" pelo governo monárquico<sup>132</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> O ALENQUERENSE. Alenquer, 21 nov. 1889. A. 2. N. 98. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> OS DEBATES. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 2. N. 403. p. 1-2.; e 17 nov. 1889. A. 2. N. 404. p. 1.

N.º 403

LISBOA — Sabbado 16 de novembro de 1889

Anno II

Condições d'Assignatara — Continente, ilhas adjacentes o Africa Occidental, anno 18000 réis; semestre 18500

Annuncios o publicações — Preço por linha: na 1º pagina 100 réis; na secção dos annuncios, 20 réis — Neis; trimestre, 780 réis — Africa Otental o Brazil (monda forte), anno, 6,000 réis; semestre, 3,000 réis — Para os demáis

mero avulsor No dia da publicação, 10 réis; nos outros dias, 20 réis — Bedacção e administração — Rua Serpa Pinto. 48 2.º. E. pa Pinto. 48. 2.º. Esquerdo.

# Proclamação da Republica no Brazil

# Viva a Republica!

Foi proclamada a Republica no Brazil. O povo brazileiro, esse povo nosso irmão pela raça, pelo idioma, pelas tradições e pelo temperamento, acaba de dar ao mundo um grande exemplo e de praticar nm acto nobilissimo de patriotismo e de justica. Siga Portugal o seu exemplo.

Os monarchicos reconheceram por fim que não podiam por mais tempo luctar contra a democracia. Aprendam todos n'esta grande lição.

A monarchia é uma affronta para os povos livres.

Hurrah pelo Brazil! Viva a Republica!

Abaixo a monarchia, que é o governo dos corruptos!

N.º 404

LISBOA - Domingo 17 de novembro de 1889

Anno II

# OS DEBATES

Condições d'Assignatura—Contineab, illas adjacentes o Africa Cedidental, anno 34000 réis; ésmentre 14000

Annuncios e publicações—Preço por linha: na 1.º pagina 100 réis; na secção dos annancios, 20 réis—rea no deministração—Ran pod deministração—Ran pod deministração—Ran pod deministração—Ran pod deministração—Ran pod deministração—Control de 1800 politicação, 10 réis; nas outros dias, 20 réis—Redação o administração—Ran pod deministração—Ran pod deministração—Ran pod deministração—Ran pod deministração—Para pod deministração—Ran pode deministração—Ran pod deministração — Ran pod deministração — Ran pod deministração—Ran pod deministração — Ran pod deministração—Ran pod deministração — Ran pod de

## Hurrah pela Republica Brazileira!

Confirma-se que a Republica foi proclamada no Brazil e que esta transformação política, que honra o povo brazileiro, agora livre da tutella dos Braganças, se operou com grande enthusiasmo, FICANDO DESDE LOGO ASSEGURA-DA A ORDEM PUBLICA.

O governo provisorio da nação brazileira ficou constituido por homens superiores e em extremo populares no Brazil, e conhecidos no estrangeiro pela sua dedicação á causa democratica e pelo seu patriotismo. Aqui registamos os nomes d'esses benemeritos, que por todos os motivos são dignos do applauso e da sympathia dos republicanos portuguezes:

Marechal Manuel Diodoro da Fonseca — presidente sem pasta.

Dr. Aristides da Silveira Lobo — ministro do interior.

Quintino Bocayuva — ministro dos negocios externos.

Dr. Ruy Barbosa — ministro da fazenda.

Major Benjamin Constant Botelho de Magalhães — ministro da guerra.

Almirante Eduardo Wanderkolk — ministro da marinha.

Dr. Campos Salles - ministro da justica.

Demetrio Ribeiro ministro da agricultura.

Saudamos com enthusiasmo estes nossos eminentes correligionarios brazileiros.

O movimento que rébentou no Rio de Janeiro, foi quasi ao mesmo tempo secundado primeiro em S. Paulo e no Rio Grande do Sul, e depois em muitos pontos do Brazil. Está, pois, assegurada a victoria da democracia brazileira.

## VIVA A REPUBLICA!

Insistindo no tema recorrente, este jornal republicano considerava o caso brasileiro como "eloquente lição aos que, tripudiando sobre os restos desta pobre nação portuguesa, tão desmembrada pelos egoísmos monárquicos, tão desonrada pelos bandoleiros da corte", julgavam que não teria "fim a sua orgia dissoluta e porca', e apregoavam, "no desvairamento do vício, a decadência e o esfacelamento do partido republicano". Em tom ameaçador, o periódico desafiava os adversários a esperar, pois "o ajuste de contas" iria chegar, não devendo eles folgar tanto, pois estaria "prestes a bater a hora histórica das mudanças dos destinos". Na mesma linha, declarava que, em termos de "propaganda republicana, um padrão de glória para aquele nobilíssimo povo", os portugueses tinham muito de aprender com os brasileiros" e explicava que "a monarquia brasileira era uma vergonha no meio das florescentes repúblicas do rico e belo continente americano" e que finalmente caíra, "e com ela a melhor das amarras da monarquia portuguesa" 133.

Tal tese também se fez presente nas páginas do periódico *O Fura-Vidas*, segundo o qual era "um fato consumado o estabelecimento da República dos Estados Unidos do Brasil", pois os "irmãos de além-mar, com uma rapidez" assombrosa e "com um sangue frio sem exemplo nos anais da história, depuseram a forma monárquica e fundaram a republicana no pequeno espaço de poucas horas", e tudo "sem distúrbios, sem sangue, sem comoções de terror, mas antes no meio de uma alegria frenética de entusiasmos e vivas". O jornal exaltava os seus "irmãos nas crenças e aspirações que assim souberam dar ao

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> OS DEBATES. Lisboa, 16 nov. 1889. A. 2. N. 403. p. 1-2.

mundo monárquico uma lição de cordura e coragem" que seria "uma glória histórica do futuro da nascente república". Na concepção da folha, "sem alteração da ordem pública, e com a coragem que inspiraram as nobres ideias do amor pela pátria, os brasileiros depuseram a realeza e fundaram o único e verdadeiro governo" que convinha "às aspirações da humanidade" 134.

Além disso, O Fura-Vidas considerava que eram, "em toda a parte, os governos monárquicos sem tino governativo, sem crenças capazes de lhes inspirarem ideias de grande alcance humanitário", correndo "para o abismo, envoltos no manto da realeza", que serviria "de mortalha, irremediavelmente, a todos os homens" que formavam "as camarilhas de todos os reis". Segundo ele, não faltavam "em Portugal gerências monárquicas" que deploravam "a sorte do Brasil", mas ressaltava que eram passíveis de dó tais "desgraçados, lagrimejando sandices e misérias, entoando lamentações sentidas pelo futuro dessa grande república", que seria "nobre no seu futuro, como fora heroica em seu nascimento". No mesmo sentido, dizia que havia em Portugal "tantas dores de barriga", como pelo Brasil havia "expansões de alegria e coragem" e, como "republicano sincero" manifestava suas "esperanças no futuro", regozijando-se "com o bem estar dos irmãos brasileiros", a quem desejava "as mais belas prosperidades no gozo de uma paz sem limites", para que conseguissem "atingir o grande progresso" a que aspiravam. E, em exortação, "do ocidente do Velho Mundo", levantava, "em saudação sincera, um viva à República Brasileira!"135.

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> O FURA-VIDAS. Lisboa, 1º dez. 1889. A. 1. N. 39. p.1.

<sup>&</sup>lt;sup>135</sup> O FURA-VIDAS. Lisboa, 1º dez. 1889. A. 1. N. 39. p.1.

A Opinião também tecia seus comentários nesse sentido, afirmando que não corriam "muito favoráveis para os tronos os ventos", pois "de um instante para o outro o imperador brasileiro" — o qual "certamente não gozava lá do mesmo alto prestígio", que, tal "como uma lenda", fruía "na Europa — foi deposto, e amável e tranquilamente despachado para o velho continente". Em seguida, a folha passava a discorrer sobre as dificuldades que a monarquia enfrentava em vários dos países europeus, afirmando que tal fenômeno se acentuava, mormente na Espanha, na Itália, na Alemanha e mesmo em Portugal<sup>136</sup>. Em sentido similar, a *Revista Eborense* noticiava a "grandiosa alteração porque passara o Brasil", a partir da qual ele iria acompanhar "as mais adiantadas nações e os mais fervorosos empreendimentos da civilização". O periódico clamava a verem-se naquele espelho todos os que aventavam "ideias e pensamentos tão errôneos", acreditando na "sempre hedionda monarquia", deixando "de ver, analisar e mostrar claramente que o Brasil" ia, em passos gigantes, "caminhando para o zênite da civilização e progresso" 137.

O tema era abordado ainda por *O Látego*, ao explicar que "não era esperada tão cedo", mas também não causara "grande estranheza nem sensação a radical mudança" que acabara "de operar-se na constituição política" do Brasil, que mostrara "ao mundo civilizado que a pátria" era "mais alguma coisa que um feudo de qualquer magnata", e que era aos povos que competia escolher quem os deveria governar e dirigir, "consoante os seus legítimos interesses e justas

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> A OPINIÃO. Setúbal, 1º dez. 1889. A. 1. N. 26. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> REVISTA EBORENSE. Évora, 24 nov. 1889. A. 1. N. 13. p. 1.

aspirações". Dizia que era "um nobre exemplo que o povo brasileiro, historicamente infante", dera "diante do mundo todo", promovendo a "condição fatal para a realização das suas justas aspirações", devendo "todas as nações imitar num dia mais ou menos próximo" tal exemplo oferecido pelo Brasil, devendo todas copiar "o cavalheirismo brasileiro"<sup>138</sup>.

Outro ponto recorrente na imprensa republicana lusitana ao tratar da transição brasileira foi o empreendimento de um conflito discursivo com as publicações monarquistas. Nessa linha, *O Século* destacava que os jornais monárquicos ficaram "atarantados com a notícia da revolução republicana", parecendo não compreender que "a monarquia constitucional" era "fundamentalmente um governo de transição", e não tinha o "caráter de estabilidade dos sistemas definitivos", e chegavam "a insinuar a ingratidão do povo brasileiro para com o pobre velho", que sentia "o trono faltar-lhe debaixo dos pés". Provocativamente, o jornal afirmava que "os aduladores da monarquia" estavam "experimentando duas impressões estranhas e imprevistas", lisonjeando "a realeza decaída" e maldizendo "a revolução triunfante", diante do que respondia que "a revolução republicana no Brasil deveria servir de lição a todos os governos e a todas as instituições" e que se manteria "firme e gloriosa a república sul-americana"<sup>139</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup> O LÁTEGO. Funchal, 20 nov. 1889. A. 1. N. 48. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> O SÉCULO. Lisboa, 17 nov. 1889. A. 9. N. 2.792. p. 1.; 10 dez. 1889. A. 9. N. 2.815. p. 1.; e 19 dez. 1889. A. 9. N. 2.824. p. 1.

Mantendo essa pauta, *O Século* denunciava que "vários especuladores monárquicos, com fins mais financeiros que políticos", vinham espalhando "boatos aterradores acerca da ordem pública no Brasil", passando a desmentilos. O jornal também acusava possíveis planos restauradores que estariam sendo perpetrados em Portugal, repelindo a ideia do "imperador, sua família e seus satélites estarem fazendo de Lisboa um centro de reação contra a república". Ainda a esse respeito, o periódico declarava que não era "para estranhar as insidiosas suspeições com que os monarquistas em Portugal" procuravam "persuadir que a república lutava desde o seu berço com insuperáveis contradições nas terras do Brasil". Em contraposição, a folha dizia que a república estava fundada e "a restauração monárquica era tão impossível, como a volta dos Bourbons ou dos Bonapartes a um solo estabelecido sobre os destroços da República Francesa", ou ainda "como a ressurreição do senhorio britânico no solo abençoado e fecundíssimo da poderosa democracia norteamericana"<sup>1140</sup>.

Também em combate às apreciações das folhas monárquicas, *O Alenquerense* criticava as manifestações realizadas em Portugal trazendo censuras e menoscabando a nova forma de governo brasileira. Na sua opinião, "a proclamação da república federal do Brasil fora a coisa mais natural deste mundo, e se havia fenômeno de causar espanto, era a existência" de uma "monarquia, única de todo um continente, cercada de repúblicas

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> O SÉCULO. Lisboa, 20 dez. 1889. A. 9. N. 2.825. p. 1.; 23 dez. 1889. A. 9. N. 2.828. p. 1.; e 29 dez. 1889. A. 9. N. 2.833. p. 1.

florescentíssimas, e recebendo de quase todas elas exemplos civilizadores". Para o jornal, tal "anomalia que vexava aos olhos de todo o mundo, era o mais frisante exemplo da degradação da raça" e questionava os motivos dessa "hostilidade, latente ou manifesta, contra a emancipação do Brasil". E respondia à própria questão, destacando que o motivo para aquela antipatia era o receio de que a revolução brasileira pudesse "promover pelas relações íntimas dos dois países, a queda da monarquia lusa, batida em brecha por um partido forte, disciplinado", que contava "associados em todas as terras importantes do país", e que estava "corroída por meios tradicionais, incompatíveis com a civilização" contemporânea. Nesse sentido, considerava risível "essa imbecilidade crônica da imprensa monárquica, movida por tão baixos sentimentos, e de tão mesquinha compreensão"<sup>141</sup>.

O periódico *Os Debates* também participou ativamente do confronto com o periodismo antirrepublicano. A folha acusava os jornais monarquistas de estarem mentindo, ao enaltecer "os progressos do Brasil ao pé do esfacelamento das repúblicas espanholas", destacando que a isso chegara "a ignorância" de tais "sábios". Em contrapartida, afirmava que, "apesar de todas as revoluções, as repúblicas espanholas progrediram a olhos vistos, muito mais do que o Brasil, não obstante terem muito menos recursos do que este grande país" e passava a apresentar vários dados comparativos entre o império brasileiro e os demais países latino-americanos. A partir de tais comparações, concluía que "em melhoramentos materiais e morais" o Brasil não estava "mais adiantado do que

 $<sup>^{\</sup>rm 141}$  O ALENQUERENSE. Alenquer, 28 nov. 1889. A. 2. N. 99. p. 1.

as repúblicas suas vizinhas", aquelas que viviam "esfaceladas e anárquicas segundo os talentos prodigiosos" portugueses. Com ironia dizia que "decididamente os brasileiros foram uns ingratatões acabando com a monarquia"<sup>142</sup>.

Com palavras fortes, *Os Debates* atacava os adversários, exclamando que "a maioria dos jornais monárquicos portugueses, apanhados de improviso" pela "bomba retumbante da proclamação da república no Brasil, perderam completamente a tramontana, e, qual tímida manada de antílopes, começaram a correr", sem orientação, "cada um para seu lado, saltando barrancos e precipícios, esbarrando aqui e acolá e chegando mesmo alguns a ficar de todo estatelados pelas encostas e planícies". Segundo o jornal, os inimigos, "apelaram para o sentimentalismo pacóvio", falando na consideração necessária ao velho imperador, ao que contrapunha, destacando o custo que a casa monárquica significava para o país. Afirmava ainda que as folhas monarquistas "começaram a berrar que a república do Brasil" viria "a ser uma calamidade para a colônia portuguesa" que teria suas posses em risco, diante do que discordava, afirmando que a república traria progresso ao Brasil que também poderia ser usufruído pelos lusos ali residentes<sup>143</sup>.

Também com base no enfrentamento, *O Fura-Vidas* alertava que "o estabelecimento da república no Brasil" estava "dando repasto aos ódios da grei monárquica", que direcionava "furiosas diatribes contra o novo regime".

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> OS DEBATES. Lisboa, 19 nov. 1889. A. 2. N. 406. p. 1.; 20 nov. 1889. A. 2. N. 407. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> OS DEBATES. Lisboa, 21 nov. 1889. A. 2. N. 408. p. 1.

Destacava que quando seus adversários "receberam as primeiras notícias, apanhados em flagrantíssimo descuido, não encontraram palavras para estigmatizarem o fato", limitando-se "a regougar algumas razões de cabo de esquadra ou jeremiadas insulsas, lamentando a sorte do ex-imperador e pondo em dúvida o bom acolhimento" que a nova forma de governo encontraria "em todas as províncias". E permanecia na narrativa crítica, enfatizando que os seus opositores, "depois, passada a primeira impressão, pensaram que o seu procedimento não era de monárquicos" que se presavam, "e começaram a escoucear a república brasileira com o mesmo afã" com que lambiam "as botas a quem lhes deixava meter as mãos nos cofres públicos". Diante de tais atos, o periódico vaticinava que tais insultos viriam a ser retribuídos "devidamente em ocasião oportuna"<sup>144</sup>.

Participou ainda ativamente do debate *A Opinião* ao descrever que ia "pela alta imprensa uma celeuma diabólica" e, referindo-se aos jornais monarquistas, dizia que "a transcendente questão" que trazia "absorvidas as atenções quase gerais dessas altas cabeças" cifrava-se "na preocupação de que a revolução no Brasil" viesse a trazer repercussões para Portugal. Perante tal perspectiva, o jornal passava a detalhar as discussões, acabando por reagir contra as folhas monarquistas e a defesa do *status quo*, contra o qual se colocava e tecias considerações fortemente negativas. Nesse sentido, no intuito de tirar a razão das publicações antirrepublicanas que atacavam o Brasil, a folha questionava como poderia não haver quem berrasse "violentamente contra este

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> O FURA-VIDAS. Lisboa, 24 nov. 1889. A. 1. N. 38. p.1.

estado de coisas", que se tornava "cada vez mais violentamente desonesto e ignóbil", a partir de "ganâncias enfartáveis" que se moviam "como engrenagem capital do mecanismo político da sociedade" portuguesa<sup>145</sup>.

Mantendo uma linha editorial praticamente didática, os jornais republicanos publicavam sistematicamente matérias para desmentir e deslegitimar as teses levantadas pelos adversários. Um dos pressupostos continuamente repetidos pelos monárquicos, de que a república seria sinônimo de guerra e desmembramento para o Brasil, *O Século* declarava que não mais iria perder "tempo discutindo esta tolice", que revelava "ou uma absoluta ignorância das doutrinas políticas", que os levava "a confundir a autonomia com o desmembramento, ou uma suprema má fé", que os conduzia "a mentir capciosamente para ilusão dos ingênuos". Segundo o jornal, "só pela federação cada povo" poderia ter "entregue a si mesmo a gerência dos seus interesses especiais, e o parasitismo oficial" deixaria "de absorver egoisticamente todas as riquezas e todas as atividades" e, por tal motivo, o Brasil se constituíra "em república federativa" 146.

Buscando reverter a acusação quanto a uma possível fragmentação do Brasil, tão propalada pelas publicações monarquistas, *Os Debates* dizia que fora "exatamente a monarquia, comprimindo o sentimento nacional", que provocara "largas desordens e sangrentas guerras civis no Brasil". Afirmava ainda que fora a forma monárquica que, "transviando o curso natural das transformações

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> A OPINIÃO. Setúbal, 8 dez. 1889. A. 1. N. 27. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> O SÉCULO. Lisboa, 20 nov. 1889. A. 9. N. 2.795. p. 2.

sociais" acabara por criar "as tendências separatistas", as quais teriam se manifestado em várias das províncias ao longo da história, e que só poderiam ter sido evitadas "por meio da federação". Para a folha republicana, "só deixando-se larga expansão às aspirações livres e autonomistas do povo brasileiro", se tornaria "possível dar-se àquele grande país, com a paz necessária, o progresso e o esplendor" que merecia<sup>147</sup>.

Outro ponto recorrente no jornalismo monárquico que se referia à surpresa da instauração da república no Brasil, que para ela ainda não estaria preparado foi também alvo de combate das folhas republicanas, que intentavam demonstrar a historicidade do republicanismo brasileiro. A esse respeito, *O Século* afirmava que tal fato não fora "tão inesperado como à primeira vista" poderia parecer, uma vez que "o partido republicano combatera sempre ali com toda a força do seu entusiasmo, e com todo o entusiasmo da sua crença, trabalhando na aceleração da transformação evolutiva do país", de modo que "na parte diretiva do partido estava já tudo inteligentemente previsto". De acordo com tal pensamento, considerava que a monarquia fora arrebatada e passara "ao livro dos registros mortuários", ao passo que a república em "um fato consumado", qualificando-a como um "assombroso e fausto acontecimento", que enchia "de júbilo os republicanos portugueses" e enturvava "de mágoas os partidários da realeza". Além disso, sustentava que "a república existia latente na larva do império" e bastara "a enérgica iniciativa e a audaz resolução dos

 $<sup>^{\</sup>rm 147}$  OS DEBATES. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 2. N. 405. p. 1.

republicanos brasileiros" para que regime imperial "se desfizesse, como se fora múmia enleada frouxamente em tênues e carcomidas ligaduras"<sup>148</sup>.

A tal respeito manifestou-se também *Os Debates*, ao afirmar que se enganavam aqueles que supunham "que o movimento republicano não tinha longas raízes e velhas tradições na grande nação brasileira". Na concepção da folha, "era velho e cheio de tradições gloriosas o movimento republicano no Brasil" e para comprovar a asserção, passava a citar a presença de ideais republicanos em vários momentos da história brasileira, desde os primórdios do século XIX e fazendo referência aos focos rebeldes do período regencial brasileiro. Retomando o tema, o periódico reforçava a ideia do "quanto eram antigas as aspirações republicanas no Brasil", bem como eram "gloriosas as tradições do partido" que passara a ocupar "o poder naquele grande país". Em relação aos adversários, dizia que poderia ser apenas "a ignorância dos jornalistas" o motivo para "desencadear-se em despautério bravio sobre os últimos acontecimentos". Defendendo seu ponto de vista, a folha declarava que, acima de tais "despautérios e ódios ruins" estaria "a verdade histórica, imutável e soberana nos seus formidáveis e incontáveis ensinamentos"<sup>149</sup>.

No mesmo sentido, posicionou-se *A Opinião*, sustentando a perspectiva de "que o republicanismo era o sentimento quase geral da nação brasileira" constituía "um fato indubitável", pois "a ideia republicana" alastrava-se havia "muito nas terras de Santa Cruz e o proselitismo avolumava-se enormemente,

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> O SÉCULO. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 9. N. 2.793. p. 1.; e 20 nov. 1889. A. 9. N. 2.795. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> OS DEBATES. Lisboa, 17 nov. 1889. A. 2. N. 404. p. 1-2.; e 18 nov. 1889. A. 2. N. 405. p. 1-2.

dia a dia, como uma grande maré de águas vivas". Segundo a folha, "o Brasil monárquico tinha por assim dizer, os dias contados, como a vida do imperador", e com ele "seria enterrado o império", de modo que "a república era certa e fatal". Para corroborar sua tese, dizia que "as necessidades de todo o país reclamavam a aberta descentralização, a franca autonomia das províncias, a organização federativa enfim". Nesse sentido, seria passível de comemoração a chegada da república que representaria a culminância de um processo mais longo, o qual caracterizava "a forte vitalidade do Brasil e o seu notável adiantamento intelectual" 150.

Diante de qualquer possibilidade de uma ideia restauradora em relação ao Brasil, porventura levantada nas linhas ou entrelinhas das folhas monarquistas, a imprensa republicana se colocava em guarda, como o fez *O Século*, ao se referir a "uma esperança, que sorria aos crédulos sebastianistas da religião dinástica". Segundo o jornal, "as monarquias europeias e os seus representantes haviam ficado estupefatos com a inopinada revolução", pois teria ferido "no íntimo do peito o desastre acontecido ao seu parente e confrade", criando-se "então a epopeia da intervenção", pela qual "a Europa monárquica, pela mão poderosa dos seus reis e imperadores, ia ruir impetuosa e vingadora contra a infantil república americana". Diante disso, o periódico reagia, afirmando que a América era, "em todos os seus governos independentes e autônomos, uma vasta confederação republicana, solidária pelos vínculos morais" e eram "os Estados Unidos uma potência colossal", que atuava como "a mãe de todas as

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup> A OPINIÃO. Setúbal, 29 nov. 1889. A. 1. N. 25. p. 1.

democracias americanas", de maneira que "a cruzada contra a nova república do Brasil seria uma afronta e uma provocação à portentosa nação da América setentrional", que já teria mostrado a sua força. Concluía, assim, que os governos monárquicos não conseguiriam eliminar "o perigoso exemplo", afogando "na terra brasileira a nascente democracia"<sup>151</sup>.

Monarquismo e restauração eram então encarados pelas folhas republicanas como inimigos de primeira hora e, em muitas vezes, esses adversários foram personalizados na figura de D. Pedro II. Nessa linha, O Campino afirmava que "o espírito excessivamente cavalheiresco do jornalismo português", vinha deixando "passar sem uma palavra de reprovação o acolhimento benévolo, ou mais do que benévolo", dado ao "ex-imperador do Brasil". Dizia o jornal que "o sabugismo monárquico de uns, a cortesia de outros, a ignorância de muitos e a fragueza inqualificável do governo", tinham "feito com que o imperador destronado e expulso do Brasil", tivesse gozado em Portugal "de todas as considerações e de todos os respeitos de que desfrutava quando representava a nação brasileira". De acordo com a folha, tais procedimentos estariam trazendo muitos prejuízos à colônia portuguesa no Brasil, perseguida constantemente, alertando que tal comportamento iria "lançar lenha na fogueira de ódio que crepitava na América, ameaçando queimar os portugueses" e avisando que se havia "algum apreço à vida e à fazenda dos portugueses de além-mar", deveriam ser postas "parte as vaidades

<sup>&</sup>lt;sup>151</sup> O SÉCULO. Lisboa, 1º dez. 1889. A. 9. N. 2.806. p. 1.

monárquicas" cuidando-se "apenas em manter as melhores relações com qualquer governo que o Brasil" tivesse escolhido<sup>152</sup>.

Já *O Século*, referia-se ao "sombrio meditar do imperial exilado", ao pensar em tudo que estava a perder e no abandono que acabaria tendo de parte dos áulicos. Diante de tais percepções, o periódico previa que daquele mal que assolava Pedro II poderiam provar outros soberanos, em alusão direta ao português, prevendo que aquilo acontecera com o "velho", viria a ocorrer também "com o mais novo dos monarcas, se a revolução o derrubasse", concluindo com uma expressão exclamativa e incisiva: "Ai! pobres reis que creem na sinceridade dos cortesãos, e que chegam a crer na afeição dos áulicos!..."

Também a *Aurora do Minho* enviava uma mensagem ao rei português, por meio do comentário sobre o imperador decaído do Brasil, enfatizando que "os interesses e a prosperidade de um país" não poderiam ser sacrificados "ao egoísmo e à inépcia de um monarca" que quisesse "viver somente para reinar e ver como lhe ficava bem na fronte a coroa da realeza", de modo que tal soberano deveria ser destronado, como um "órgão nocivo do funcionalismo social" 54.

A contraposição aos elogios realizados pelo jornalismo monárquico para com D. Pedro II era outra das metas dos periódicos republicanos, como *Os Debates* que não aceitava a tese da ingratidão do povo brasileiro, "cantada em

<sup>&</sup>lt;sup>152</sup> O CAMPINO. Vila Franca de Xira, 4 jan. 1890. A. 12. N. 553.

<sup>&</sup>lt;sup>153</sup> O SÉCULO. Lisboa, 8 dez. 1889. A. 9. N. 2.813. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>154</sup> AURORA DO MINHO. Braga, 1º dez. 1889. A. 3. N. 131. p. 1.

## O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

coro pelas gazetas monárquicas", diante do que apontava vários elementos que considerava nocivos da administração imperial brasileira, destacando notadamente questões envolvendo o centralismo político-administrativo e a concentração de poderes nas mãos do imperador. No mesmo sentido, "quanto à sua majestade ser o mais fiel observador da constituição" e "não fazer governo pessoal", descrevia as inversões ministeriais ocorridas no Brasil, por determinação imperial, promovendo agitações no seio da nação. Considerava que a "política de D. Pedro II" fora "sempre de mentiras e de corrupções", referindo-se ao "despotismo manso do ex-imperador do Brasil, que se afirmava por uma corrupção franca e pelo mais desaforado exercício do poder pessoal". A folha via Pedro II como "um ditador cheio de manhas, cujo espírito, incontestavelmente acanhado", não tinha "as qualidades nobres e generosas" que lhe eram atribuídas em Portugal, pois exercera "a ditadura da corrupção", que nunca salvara "nenhum regime e que, antes pelo contrário", tinha "facilitado muitas vezes a queda das instituições" que daquilo viviam<sup>155</sup>.

\*\*\*\*\*\*

Assim, a mudança para a república no Brasil "foi observada a partir dos mais diversificados olhares nos mais variados recantos da nação portuguesa". Os jornais lusos mostraram essa transformação por meio das "manifestações mais moderadas e aquelas que pretendiam manter uma certa neutralidade calcada no caráter informativo-noticioso" e, por outro lado, "pelo prisma do

\_

<sup>&</sup>lt;sup>155</sup> OS DEBATES. Lisboa, 18 nov. 1889. A. 2. N. 405. p. 1.; 20 nov. 1889. A. 2. N. 407. p. 1.; e 7 dez. 1889. A. 2. N. 424. p. 1.

partidarismo, com o engajamento entre as tendências monarquistas e as republicanas", de modo que "aquele final de 1889 constituiria mais um passo decisivo na batalha monarquia X república que se arrastaria pelas décadas seguintes no âmago do jornalismo lusitano"156. Cada periódico ou conjunto de jornais, por meio de um profundo editorial, de uma breve nota ou de uma manchete ou uma ilustração, entre tantas outra formas de expressão, demarcou suas estratégias discursivas. Ainda que tenha servido de mote a acirradíssimo debate, "a república estava feita e era fato consumado", entretanto, viriam as crises que afetaram o Brasil republicano e, mais uma vez, a imprensa lusa manifestaria diferentes olhares sobre tal fato"157, colocando novamente em lados opostos a imprensa monárquica e a republicana.

-

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup> ALVES, Francisco das Neves. Política e representações discursivas: o conflito entre republicanismo e monarquismo na imprensa portuguesa acerca da República Brasileira. In: *Revista Historiae*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011. v. 2. n. 2. p. 42.

<sup>&</sup>lt;sup>157</sup> ALVES. *Olhares impressos...*, 2012. p. 150.

## A CRISE REVOLUCIONÁRIA BRASILEIRA E A IMPRENSA LUSITANA

A consolidação da república no Brasil passaria por um de seus momentos mais decisivos no ano de 1893, no qual as agitações e crises desencadeadas a partir dos primeiros tempos republicanos chegariam ao seu ápice. A imprensa portuguesa mais uma vez iria se manifestar a respeito dos episódios brasileiros. Os jornais informativos e moderados permaneciam em seu esforço de buscar a propalada neutralidade noticiosa ou ao menos não emitirem opiniões mais efusivas. As folhas monárquicas avançavam ainda mais em suas críticas, enxergando na deflagração da guerra civil a confirmação de todas as suas opiniões pessimistas a respeito da mudança institucional brasileira, elaboradas desde 1889. Os periódicos republicanos mais uma vez intentariam abafar a intensidade dos acontecimentos no Brasil, insistindo que as crises eram normais, representando uma etapa a ser vencida e garantindo a continuidade da república. Já as publicações voltadas ao humor, na sua maioria, estancariam no que tange a suas visões críticas, incisivas, ferinas e jocosas, adotando uma postura mais moderada tendo em vista o enfrentamento bélico que agitava o Brasil.

## O periodismo noticioso e moderado

O intrincado quadro de guerra no Brasil fez com que "a imprensa portuguesa predominantemente noticiosa e moderada" buscasse "mais ainda demonstrar sua imparcialidade e neutralidade informativa, visando não se imiscuir no debate opinativo" a respeito daquele tão complexo "momento da vida brasileira"<sup>158</sup>. Nesse sentido, se tais periódicos já tinham procurado ser fortemente cuidadosos em 1889 e 1891, as precauções redobraram-se em 1893, tendo em vista a crise política e bélica pela qual passava a jovem república. Um dos tópicos mais abordados por esses jornais esteve vinculado às notícias vindas do Brasil, tanto no que tange à confiabilidade das mesmas, quanto à certeza de que o contexto d'além-mar não era nada auspicioso. Tais folhas buscaram recorrentemente demonstrar aquilo que consideravam como um caráter neutro embasado na imparcialidade, ou ainda uma certa moderação ao comentar os fatos sobre aquele país. Os possíveis prejuízos para Portugal e malefícios para a colônia lusitana no Brasil eram também temas presentes nas páginas desse jornalismo. E outra proposta constante nos textos publicados por tais representantes do periodismo luso era a manifestação do desejo de que o Brasil conseguisse obter a pacificação, voltando a uma existência de normalidade e prosperidade.

A obtenção de notícias, a sua credibilidade, o grande interesse em Portugal por informações e a constatação de que a situação no Brasil era extremamente difícil foram temáticas recorrentes na redação das publicações noticiosas e moderadas. Nessa conjuntura manifestou-se o *Jornal do Comércio*, ao explicar que "os importantes e graves sucessos que ocorriam "no Rio de Janeiro e com repercussão por todo aquele vasto país", chamavam "naturalmente a atenção para os jornais" que se preparavam, "para principiar a

-

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup> ALVES, Francisco das Neves. *Olhares impressos – a república brasileira sob o prisma da imprensa lusitana: repercussões e ruptura diplomática (1889-1895).* Lisboa: ICES, 2012. p. 206-207

deslindar a série de notícias contraditórias que o telégrafo" vinha comunicando "e para poder fazer dos acontecimentos um ideia tão exata quanto possível" Em perspectiva similar, o *Diário de Notícias* afirmava que "as reticências do cabo submarino" deixava todos "debaixo da mais cruel das incertezas e da mais dolorosa ansiedade", pois "a falta de notícias a respeito da angustiosa situação da república brasileira" era "inteiramente o contrário do prolóquio francês – 'nenhuma notícia é uma boa notícia" 160.

Nesse sentido, *O Primeiro de Janeiro* dizia que no Brasil estavam se "sucedendo graves acontecimentos", de modo que lhes "escurecer a importância" seria uma "loucura" A folha considerava que, "mau grado a escassez das notícias", tendo elas "um cunho oficial, as poucas" que chegavam serviam "para se ter a certeza de que aquele país" atravessava "uma situação angustiosa"<sup>161</sup>. Ainda quanto às informações, a *Autonomia* destacava que preferia abster-se de transcrever as notícias acerca do Brasil, por não considerálas "fidedignas", lamentando "a utilização do recurso da revolução e a possibilidade de bombardear-se o Rio de Janeiro", enfatizando que tudo poderia "ser resolvido pela via normal das urnas"<sup>162</sup>. *A Pátria* também se referia ao tema, informando que continuavam "a ser contraditórias as notícias sabidas sobre o estado da república sul-americana", num quadro pelo qual "os telegramas de diversas procedências, umas políticas e outras bolsistas" ainda desnorteavam

<sup>&</sup>lt;sup>159</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 21 set. 1893. A. 40. N. 11.937. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>160</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 11 set. 1893. A. 29. N. 9.954. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>161</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 17 set. 1893. A. 25. N. 222. p. 1.

 $<sup>^{162}</sup>$  AUTONOMIA. Marinha Grande, 22 out. 1893. A. 5. N. 211. p. 1.

"mais a opinião", que continuava "indecisa, sem prever" qual seria "o fim de uma situação cuja causa ainda não" estava "perfeitamente definida". De acordo com esta folha, as agências de notícias eram lacônicas ou tendenciosas, ao passo que a imprensa portuguesa vinha dizendo "coisas curiosas sobre o caso, bordando-as de considerações que, quando não" eram "sugestivas", eram "risíveis"<sup>163</sup>.

Uma vez obtidas as informações, mesmo sem adotar uma posição mais veemente ou essencialmente opinativa, os jornais noticioso não se furtavam em esclarecer que a situação vivida pelo Brasil era de extrema gravidade. Nessa linha, *O Conimbricense* afirmava que eram "gravíssimos os acontecimentos", de modo que havia "muito tempo que naquele país" não havia "sossego". Apontava que "a guerra civil" estava "flagelando o Brasil", considerando que "a situação era aflitiva" e tal enfrentamento teria "necessariamente de durar ali por muito tempo", além de utilizar-se de outros qualificativos para designar tais fatos, como "grave", "lamentável" e "medonha crise" 164. *O Comércio do Porto* destacava que permaneciam "interrompidas as comunicações telegráficas do Rio de Janeiro para a Europa", e por tal faltavam informes "acerca dos gravíssimos acontecimentos" que ali se davam 165.

O tom de preocupação também era manifesto por *O Valenciano*, segundo o qual, "as negras nuvens" que iam se "avolumando no horizonte do Brasil" eram

<sup>&</sup>lt;sup>163</sup> A PÁTRIA. Lisboa, 8 fev. 1894. A. 1. N. 1. p. 1.

 $<sup>^{164}</sup>$  O CONIMBRICENSE. Coimbra, 16 set. 1893. A. 46. N. 4.801. p. 1.; 10 out. 1893. A. 46. N. 4.808. p. 1.; e 4 nov. 1893. A. 46. N. 4.815 p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>165</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 9 set. 1893. A. 40. N. 214. p. 1.

"precursoras de graves acontecimentos" parecendo-lhe "inevitável a revolução" que custaria "tantas vítimas", podendo, inclusive, implantar "a miséria neste potentado irmão". A folha enfatizava que continuavam a ocorrer ali "incidentes de uma gravidade transcendente, fazendo estar em constantes embaraços esta importante nacionalidade", comentando que "os boatos de guerra sortiram o seu efeito, fazendo imediatamente baixar o câmbio", uma vez que essas seriam "as consequências rápidas dos sucessos do Brasil", afetando "poderosamente a sua vida econômica. Na mesma linha, a publicação de Valença dizia que "graves complicações políticas" iam "dia a dia tornando mais angustiosa a vida desta poderosa nação", na qual, a partir das "revoluções e das lutas fratricidas", poderia se "derramar tanto sangue e depauperar a existência econômica" de um "país poderoso". O jornal destacava ainda que havia uma continuidade de tal situação, sem que nada pudesse "aniquilar este mal", vindo-se a atingir "a paz" que era "a grande força progressiva dos povos livres" 166.

Já *O Ocidente* lamentava que, quando se imaginava que ficariam "serenados os espíritos mais inquietos", com "um tranquilo refazimento das forças da nação", ocorrera o contrário, e, a tal "esperança" haviam "se seguido terríveis decepções", agravando-se "as dissenções" até "a insurreição" que vinha tomando "a importância de uma guerra civil". Tal "folha ilustrativa e informativa passou a desenvolver uma significativa 'cobertura jornalística' acerca dos fatos no Brasil, prestando informações, transcrevendo documentos e realizando uma ampla divulgação iconográfica", ao estampar "gravuras dos

<sup>&</sup>lt;sup>166</sup> O VALENCIANO. Valença, 14 set. 1893. A. 14. N. 1.384. p. 1.; e 17 set. 1893. A. 14. N. 1.385. p. 1.

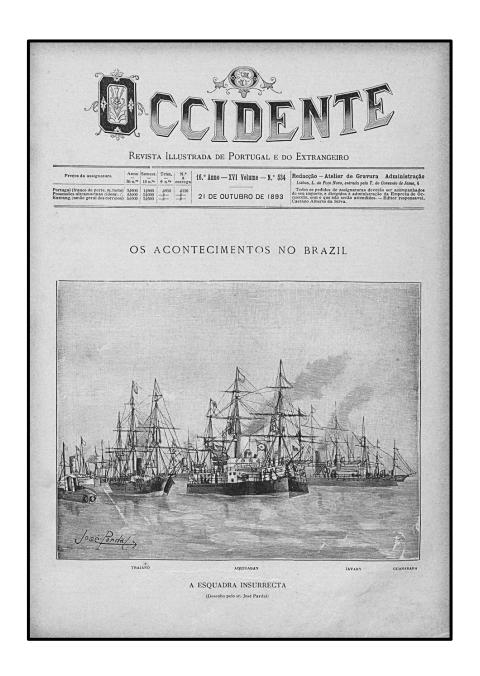
## O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

navios da esquadra insurreta e vistas do Rio de Janeiro, incluindo o bombardeamento da cidade", além de "retratos dos opositores Floriano Peixoto e Custódio de Melo"<sup>167</sup>, demonstrando uma perspectiva em torno da personalização do conflito que se desenrolava entre o governo e os rebeldes<sup>168</sup>.

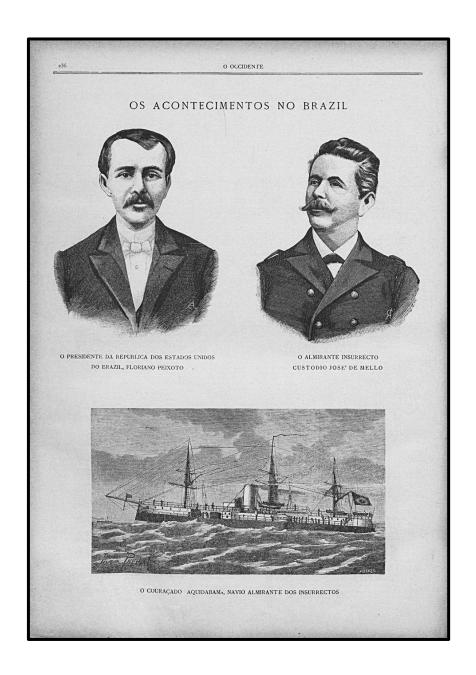
\_

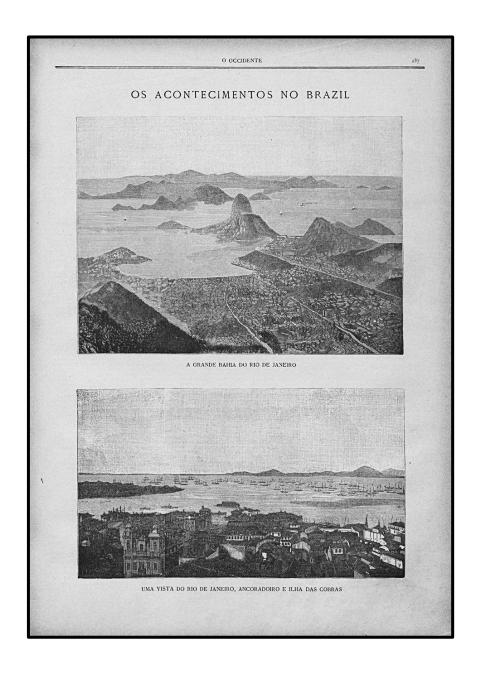
<sup>&</sup>lt;sup>167</sup> ALVES, 2012. p. 208.

<sup>&</sup>lt;sup>168</sup> O OCIDENTE. Lisboa, 21 out. 1893. A. 16. N. 534. p. 1-5; e 1° jan. 1894. A. 17. N. 541. p. 4-5.

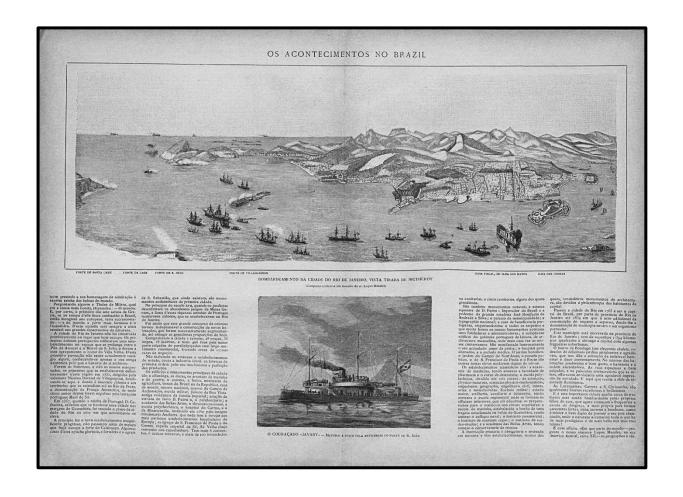


## O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO





## O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO



Relatando os acontecimentos no Brasil, notadamente no que tange às forças de insurretos e governistas, *O Progresso* de Lamego, se dizia desesperançado da perspectiva de que a revolta no Brasil durasse pouco, explicando que, "até contra a expectativa" que tinha, observava "que a

conflagração" começava "a estender-se até aos outros estados da grande república, tornando, assim, tão demorado o restabelecimento da paz", que não seria "fácil prever quando" chegaria "essa almejada fase dos atuais sucessos" 169. O Artista, por sua vez, também noticiava o bombardeamento do Rio de Janeiro pelos rebeldes, em ataque "contra o governo da União sul-americana", imaginando a grave prolongação do conflito entre "a resistência de Floriano Peixoto" e "a insurreição da marinha" 170. De acordo com O Meridional, as preocupações com a gravidade dos fatos no Brasil estendiam-se ao contexto internacional, detalhando que "a revolução" estava "preocupando as grandes potências europeias cujos súditos no Brasil" eram "muitos milhares" 171. Mesmo antes da deflagração do movimento, a Espada do Norte informava que já fermentava "desde algum tempo uma revolução" estando "as autoridades de sobreaviso" 172.

Era de lástima a manifestação do periódico *O Independente*, ao informar que "o Brasil, o formoso país" que constituía "a terra da promissão", passara a ser "o teatro sangrento da mais incruenta das cenas" que formavam "o drama da vida de um povo e a mácula mais indelével da história de um país, a guerra civil", considerando que era "triste ver neste belo país repercutirem em frêmitos dolorosos os lúgubres e sanguinolentos gritos do ódio e da guerra"<sup>173</sup>. Já *O* 

<sup>&</sup>lt;sup>169</sup> O PROGRESSO. Lamego, 30 set. 1893. A. 9. N. 434. p. 1.; e 11 nov. 1893. A. 9. N. 440. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>170</sup> O ARTISTA. Viseu, 17 set. 1893. A. 3. Série 2. N. 114. p. 3.

 $<sup>^{\</sup>rm 171}$  O MERIDIONAL. Montemor-o-Novo, 1° out. 1893. A. 3. N. 117. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>172</sup> ESPADA DO NORTE. Melgaço, 29 dez. 1892. A. 1. N. 52. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>173</sup> O INDEPENDENTE. Lisboa, 26 set. 1893. A. 1. N. 2. p. 1.

## O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

*Progresso* de Angra do Heroísmo destacava que "as notícias do Rio de Janeiro" indicavam "que a situação" era "ali gravíssima", parecendo "que os estragos causados na cidade pelo bombardeamento" seriam "maiores do que diziam as informações do governo" e constando "que a revolução ia se alastrando", com a adesão de outros estados<sup>174</sup>.

Com abordagem parecida, *O Pico* dizia que continuava "no Brasil a luta fratricida cada vez mais acesa e renhida, tornando-se dia a dia mais duvidoso o resultado e mais problemática a época" na qual chegaria "a uma conclusão", pois "aquela luta tanto" poderia "morrer num dia, como durar um ano". Para a folha, ninguém poderia afirmar, "mas o certo" era "que o desenlace não" poderia "fazerse esperar muito, porque a situação" era "insustentável sob todos os pontos de vista"<sup>175</sup>. Também *O Distrito de Coimbra* enfatizava que "infelizmente" continuava "aquele grande e riquíssimo país a sofrer os horrores da guerra civil, a pior e mais devastadora calamidade" que poderia "assolar um povo"<sup>176</sup>. *O Madalense* apontava para um contexto lúgubre segundo o qual estaria constatado "que o Rio de Janeiro tinha sido novamente bombardeado, havendo muitas vítimas e enorme pânico na população", além de achar-se "completamente paralisado todo o movimento comercial", de maneira que, "pelo aspecto" que vinham assumindo "os acontecimentos do Brasil", via-se "que a

<sup>&</sup>lt;sup>174</sup> O PROGRESSO. Angra do Heroísmo, 1º out. 1893. A. 1. N. 1. p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>175</sup> O PICO. Cais do Pico, 7 jan. 1894. A. 1. N. 2. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>176</sup> DISTRITO DE COIMBRA. Coimbra, 27 fev. 1894. A. 1. N. 23. p. 2.

luta que o ensanguentava" entrara "num período renhido, que por certo" abreviaria "a sua duração" 1777.

Outro aspecto atinente ao discurso das publicações noticiosas e moderadas era o de ressaltar a imparcialidade, a neutralidade e a moderação como características intrínsecas de suas abordagens, exaltando ainda mais esses pressupostos, tendo em vista a delicada situação de então. Nessa linha, o *Jornal do Comércio* intentou manter o caráter essencialmente noticioso, com transcrições de telegramas, documentos oficiais e jornais, mormente na forma de notas, chegando a admitir "ser grave a situação do Brasil", mas dizia preferir que a informação fosse "dada com toda a cautela"<sup>178</sup>. No sentido de demonstrar a sua imparcialidade, *O Conimbricense* afirmava que era "inteiramente alheio à parte política da luta no Brasil porque cada nação" deveria governar-se e dirigir-se "como melhor" entendesse<sup>179</sup>. A atitude cautelosa era também proposta pelo jornal *O Primeiro de Janeiro:* 

Temos ali muitos interesses e muitos concidadãos, achamo-nos presos aquele país por tantos laços, que não conservar as melhores e as mais afetuosas relações com aqueles que o dirigem, criar pela imprensa incompatibilidades e dissidências, parece-nos um erro enorme e um mau serviço. É necessária a maior prudência, porque ninguém sabe o que será o dia de amanhã: é necessário que, no Brasil, aqueles que são os dominantes, os que se impõem, não vejam no nosso país um foco

<sup>&</sup>lt;sup>177</sup> O MADALENSE. Madalena, 20 jan. 1894. A. 1. N. 5. p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup> JORNAL DO COMÉRCIO. Lisboa, 8 set. 1893. A. 40. N. 11.926. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>179</sup> O CONIMBRICENSE. Coimbra, 17 mar. 1894. A. 47. N. 4.852 p. 1.

## O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

de más-vontades, um elemento de propaganda contra as suas instituições. Cada um governa-se como quer. (...)

Portanto, é preciso que não vamos, na imprensa, além da narração dos fatos, que não nos desentranhemos em apreciações cujo fim seja desvirtuar a república brasileira e malsinar a forma de governo daquele país irmão. Entendemos que é um mau serviço. (...) Supomos, em nossa consciência, que damos um bom conselho: parece-nos que andamos avisadamente no expender esta opinião; do nosso caminho não nos afastaremos — os outros que façam o que quiserem! Estão no seu direito, como nós estamos no nosso. (...)

Queixem-se os monárquicos ou aplaudam-nos, increpem-nos os republicanos, isso em nada altera o nosso modo de proceder. Estaremos sempre, correndo quaisquer riscos e sem jamais implorar piedade, ao lado dos que, sem os devorar a paixão partidária, sem os consumir quaisquer receios, defenderem a causa do povo e servirem os legítimos interesses do país<sup>180</sup>.

A pregação em torno da prudência também foi realizada pela *Gazeta Militar* que considerava temerária a ação da imprensa partidarista, de cujas opiniões mais acirradas havia a possibilidade de advir dificuldades. Segundo tal periódico, começara a imprensa lusa "o regabofe de se desenfastiar da política de lareira e de soalheiro, à custa dos acontecimentos do Brasil", uns observando "as coisas do império florescente de outrora", outros se fazendo "estrênuos defensores da inquieta república". Afirmava que os jornais "monárquicos e republicanos" pouco se importavam "com os verdadeiros interesses da nação irmã", de modo que temia que "os ânimos dos irmãos de além-mar" viessem a se azedar "com a chalaça" em que se entretinham "as gazetas conterrâneas", não olhando "pelo melhor dos prismas este cavaco". Conjeturava ainda que tal

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 17 set. 1893. A. 25. N. 222. p. 1.; e 21 set. 1893. A. 25. N. 225. p. 1.

conversa poderia ser "inofensiva na aparência", mas também poderia constituir "o fermento de uma época de provação" e "muito principalmente" para Portugal, em um quadro pelo qual o maior prejudicado seria o povo português que teria de responder às falas "de uns sujeitos que se deram o prazer, à falta do melhor assunto, de se ocupar das vidas alheias". Diante disso, a publicação propunha que o jornalismo engajado se calasse e deixasse "o Brasil escolher a forma de governo que melhor" lhe aprouvesse, considerando que o país era dos brasileiros, devendo-se levar em conta "a verdadeira felicidade de um povo que por tantos laços" estava ligado aos lusitanos<sup>181</sup>.

Também *O Correio do Porto* propunha cautela e chegava a antecipar a possibilidade de rompimento luso-brasileiro, tendo em vista os excessos praticados pelo jornalismo português. Nesse sentido, dizia que "a revolta no Brasil não" estava "dando ensejo para Portugal" estreitar "as suas relações com aquele grande e poderoso estado", graças "à forma nada decorosa e delicada como a maioria da imprensa" lusitana vinha se dirigindo "para com o povo brasileiro desde o dia em que ali foi proclamada a república e, muito especialmente, a propósito da rebelião", naquele ano de 1893. Na visão do jornal, deveria ser muito sentida "a quebra de relações íntimas e cordiais com o Brasil", pois era certo que, "cortadas por completo essas relações, grandes" seriam "os males que inevitavelmente" sofreriam os lusos. Perante tal circunstância, o periódico enfatizava que deveria haver "da parte dos portugueses, todas as

 $<sup>^{\</sup>rm 181}$  GAZETA MILITAR. Porto, 30 dez. 1893. A. 17. N. 848. p. 1.

atenções e deferências para com os brasileiros, porque assim" o exigiam "os deveres, as tradições honrosas e a íntima aliança" que deveria ser estreitada<sup>182</sup>.

Propondo a moderação, *O Tempo* censurava a prática de muitos jornais de "demonstrar a preferência" em se tratando dos acontecimentos no Brasil e afirmava que não os acompanharia "nesse caminho", por entender "sempre arriscado e incorreto colocar os defeitos dos homens sob a responsabilidade das instituições" que representavam, e defendia "que a única forma de fazer respeitar quaisquer instituições", seria governar bem e cada país de acordo com as suas escolhas<sup>183</sup>. Já *A Nova Era* referia-se ao acirramento do debate junto ao periodismo luso, afirmando que "a luta fratricida travada no Brasil" alegrava "os partidários da restauração do império" e provocava "o mau humor dos republicanos" e considerava isso como um desserviço à nação lusa<sup>184</sup>. De forma sucinta, o *Distrito de Coimbra* reiterava que não tinha "predileções por nenhuma das facções" que se digladiavam no Brasil<sup>185</sup>. E, na mesma direção, ia *A Pátria*, ao justificar que diligenciaria "sempre estar imparcial na apreciação" dos fatos no Brasil, limitando-se à "apreciação conscienciosa desses acontecimentos", com a publicação de informações com "procedências acreditáveis" "186.

Ainda compôs a pauta dos jornais informativos lusos em suas referências a 1893 um destaque aos possíveis prejuízos que a crise brasileira poderia trazer

<sup>&</sup>lt;sup>182</sup> O CORREIO DO PORTO. Porto, 27 nov. 1893. A. 9. N. 30. p. 1.

 $<sup>^{183}</sup>$  O TEMPO. Lisboa, 16 set. 1893. A. 5. N. 1.488. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>184</sup> A NOVA ERA. Lisboa, 19 nov. 1893. A. 1. N. 3. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>185</sup> DISTRITO DE COIMBRA. Coimbra, 27 fev. 1894. A. 1. N. 23. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>186</sup> A PÁTRIA. Lisboa, 8 fev. 1894. A. 1. N. 1. p. 1.

para Portugal. Um dos periódicos que se manifestou nesse sentido foi *O Conimbricense*, para o qual "desgraçadamente Portugal" era "um dos países que mais" sofriam com a rebelião no Brasil, pois "as relações" dos lusitanos eram "muito grandes com aquele povo", estando naquele país "numerosos portugueses" que, se adquirissem fortuna, mandavam "parte dela às suas famílias" e, com a guerra isso ficaria inviabilizado. Referia-se também às "importantes relações comerciais" que ficariam paralisadas "fatalmente com a guerra", bem como "as remessas de mercadorias e o recebimento dos valores correspondentes", ficariam cada vez mais difíceis, tudo isso trazendo "consequências gravíssimas" 187.

Tal publicação coimbrã também lamentava que "os negócios" estavam "quase completamente paralisados e Portugal" sofria "as duras consequências dessa situação", citando um quadro de crise agrícola, demissões, fome, dificuldades de abastecimento, interrupções nas atividades agrícolas, comerciais, industriais e bancárias, bem como apontando o profundo risco que estariam a correr os capitais investidos e a colônia lusa no Brasil. A tese era reiterada pelo periódico, destacando que Portugal não poderia "ser indiferente aos acontecimentos do Brasil na sua parte econômica", pois "nenhuma nação, na proporção da sua importância", tinha como a lusitana "mais interesses ligados aquele país". Considerava que "os resultados da situação do Brasil" vinham sendo "fatais para Portugal" e desejava o restabelecimento da paz, uma

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup> O CONIMBRICENSE. Coimbra, 16 set. 1893. A. 46. N. 4.801. p. 1.

vez que, "direta e indiretamente" todos se beneficiariam "com o sossego e prosperidade do Brasil" 188.

Em direção similar, *O Primeiro de Janeiro* diante dos "graves acontecimentos" no Brasil, dizia sentir "profundamente por essa nação" que era "irmã e, por alguns séculos", vivera "adstrita" com os portugueses e também porque dali Portugal "colhia quantias enormes que tanto contribuíram para a sua prosperidade", situação agravada pelo fato de que, diante de uma "temerosa crise econômica e financeira" a nação lusitana via "fechar-se por largo tempo uma das fontes da sua prosperidade e exaurir-se uma das suas esperanças" Repisando tais argumentos, *O Valenciano* enfatizava que Portugal atravessava "uma das crises mais medonhas e assustadoras" que poderia "inquietar um povo", e via "cada vez mais angustiosa a sua existência, faltando-lhe esse sangue vital, que vinha do Novo Mundo, insuflar as suas artérias enfraquecidas", tudo por causa de "uma luta que ninguém" poderia "avaliar da sua gravidade", naquela "hora de terror e de miséria" 190.

Também *O Correio do Porto* ia direto ao ponto, afirmando que "ninguém ignorava que os portugueses" viviam "na mais absoluta dependência do Brasil" e que, "sem os meios que de lá" vinham, seriam "quase um povo de indigentes", porque os seus "recursos naturais" eram "insuficientíssimos para acorrer às

<sup>&</sup>lt;sup>188</sup> O CONIMBRICENSE. Coimbra, 10 out. 1893. A. 46. N. 4.808. p. 1.; e 17 mar. 1894. A. 47. N. 4.852 p.

<sup>&</sup>lt;sup>189</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 17 set. 1893. A. 25. N. 222. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>190</sup> O VALENCIANO. Valença, 17 set. 1893. A. 14. N. 1.385. p. 1.

necessidades" de então<sup>191</sup>. Observando a guerra civil brasileira, *O Progresso* de Lamego dizia que "as consequências desse estado de coisas" seriam "bem fáceis de prever, não só para o Brasil, como para Portugal", que estava "tão intimamente ligado às prosperidades e desgraças daquele país, que qualquer alteração que ali" se desse traria reflexos para esta<sup>192</sup>. Ainda a respeito do tema se pronunciava *O Louletano* ao destacar "as últimas notícias recebidas dos Estados Unidos do Brasil", com o qual os lusos estavam "ligados por interesses comerciais e cuja luta muito" se tinha "feito sentir no mercado" português, de modo que desejava que em breve terminasse "este estado de coisas"<sup>193</sup>.

Dentre essas preocupações das folhas noticiosas com os efeitos da crise brasileira junto à nação lusitana, estava aquela vinculada à colônia portuguesa no Brasil. Nessa perspectiva, *O Comércio do Porto* relatava que "os desastres que por acaso" pudessem "afetar o Brasil" iriam repercutir-se "em Portugal como desastres de um povo amigo e irmão", já que, "nos estados da vasta república" estavam estabelecidos, trabalhando e fazendo "frutificar as suas aptidões e os seus capitais, muitos milhares de portugueses" que olhavam "o Brasil como uma segunda pátria, onde muitíssimos deles foram achar condições de vida mais favoráveis do que na própria Europa". Diante de tal contingência, a folha alertava para "quanta ansiedade e inquietação" deveriam "ter produzido em todo o território português as notícias do conflito político levantado no Brasil e

<sup>&</sup>lt;sup>191</sup> O CORREIO DO PORTO. Porto, 27 nov. 1893. A. 9. N. 30. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>192</sup> O PROGRESSO. Lamego, 11 nov. 1893. A. 9. N. 440. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>193</sup> O LOULETANO. Loulé, 19 nov. 1893. A. 1. N. 46. p. 2.

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

chegado à lamentável extremidade da luta armada, da guerra civil, da guerra fratricida"<sup>194</sup>.

Tal questão era também expressa por *O Primeiro de Janeiro* que dizia sentir a situação brasileira "por milhares de indivíduos emigrados para aquele país e em cuja sorte tanto" deveria "influenciar os males" que afligiam tal nação<sup>195</sup>. Ainda antes mesmo do espocar revolucionário, A Folha de Sintra pregava que fosse evitada a emigração portuguesa para o Brasil, de modo que os emigrados não precisariam "arriscar suas vidas", enfrentando "revoltas contra instituições políticas e sociais", sem poder usufruir de "direitos e regalias" que escasseavam<sup>196</sup>. Por sua vez, *O Louletano* levantava a questão do tratamento dos estrangeiros no Brasil, apontando para um possível tratamento diferenciado em relação aos lusos, ao relatar que fora "concedida uma recuperação pecuniária importante por causa da morte de um súdito italiano, e tendo sido vítimas destas lutas civis alguns portugueses", não houvera "uma satisfação ou uma reparação para as viúvas e órfãos dos mortos", diante do que questionava se seriam "as vidas dos portugueses menos consideradas do que as dos italianos" e se eram "estes mais dignos de respeito e consideração para os brasileiros" do que os lusitanos<sup>197</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>194</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 21 set. 1893. A. 40. N. 224. p. 1.

 $<sup>^{195}</sup>$  O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 17 set. 1893. A. 25. N. 222. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>196</sup> A FOLHA DE SINTRA. Sintra, 30 jun. 1892. A. 1. N. 1. p. 2-3.

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> O LOULETANO. Loulé, 19 nov. 1893. A. 1. N. 46. p. 1.

Tendo em vista essa série de dificuldades advindas da crise brasileira, um dos elementos discursivos mais destacados pelas folhas informativas e moderadas lusas foi a manifestação do desejo de uma breve recuperação da normalidade no Brasil com a pacificação das rivalidades internas e da guerra civil. De acordo com essa linha de pensamento, *O Comércio do Porto* declarava que, "tornando-se eco dos sentimentos do povo português", fazia votos de que em breve se encontrasse "este povo no labutar comum, entregue à sua faina diária de movimentar extraordinariamente este grande centro comercial". Tal folha fazia "votos para que os homens de estado do Brasil, as classes influentes e mais ilustradas", se compenetrassem "seriamente da necessidade, superior a tudo, de terminar imediatamente com a revolução" por qualquer "modo e sacrifício", desde que "salvaguardada a unidade da pátria". Insistindo no tema, o jornal dizia que só desejava "que todos os filhos deste grande país, tão rico e florescente, tão abundante de tudo quanto" pudesse "constituir a felicidade humana", encontrassem "na razão e no patriotismo os conselheiros" que os levassem "a refletir nos males" que poderiam "causar a esta abençoada terra" 198.

A aspiração pela paz no Brasil era também expressa pelo *Diário de Notícias* que imaginava o dia em que estaria "solidificada a república e entrada nas vias normais", restabelecida "a paz" e vulgarizada "a confiança" e fazia votos para que "as feridas da guerra civil" se curassem "sem profundo cautério", e sem que ficassem "inolvidáveis cicatrizes". Para a folha era o "sangue de irmãos" que

<sup>&</sup>lt;sup>198</sup> O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 16 set. 1893. A. 40. N. 220. p. 1.; 21 set. 1893. A. 40. N. 224. p. 1.; e 29 set. 1893. A. 40. N. 231. p. 1.

estava "correndo e às suas desgraças" não poderiam os lusos "ser indiferentes", já que "a nacionalidade brasileira era o orgulho da nacionalidade" portuguesa, de modo que o seu "maior prazer" e a sua "maior glória" seria que "a sua bandeira ostentasse a primazia entre as repúblicas do sul da América". Apelando para os céus, o periódico pedia que Deus ouvisse os seus desejos e desse "ao Brasil a serenidade necessária para manter a sua prosperidade e o seu decoro"<sup>199</sup>.

No mesmo sentido, orientava-se *O Primeiro de Janeiro* que manifestava o desejo de que "as tristezas da hora presente" fossem sucedidas por "dias de prosperidade e ventura". A publicação portuense também fazia "votos para que o povo brasileiro, o irmão d'além do Atlântico", se visse "livre rapidamente deste torvo pesadelo", uma vez que não seria "assim que as nações" deveriam despertar "para as artes da paz, para as lutas incruentas da civilização e do trabalho, os dois grandes fatores da felicidade dos povos". A folha dizia ainda que o fim das "provações" e da "luta travada entre os irmãos d'além-mar", era "o desejo veemente de todos os portugueses", assim como eram os daquele jornal e "de todos aqueles" que conheciam e admiravam "os imensos recursos daquele enorme país"<sup>200</sup>.

Em igual direção ia *O Independente* ao afirmar que era um "apelo sagrado" que impetrava "a Deus a bendição suprema", que viesse, "luminosa e suave, aclarar a negrura daqueles cérebros, moderando os ímpetos dos seus corações infrenes", uma vez que, "ninguém mais do que os portugueses" sentiam

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 11 set. 1893. A. 29. N. 9.954. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>200</sup> O PRIMEIRO DE JANEIRO. Porto, 24 set. 1893. A. 25. N. 228. p. 1.; 11 out. 1893. A. 25. N. 242. p. 1.

"na alma o sincero desejo de ver o encapelado e tormentoso oceano da política brasileira, transformado em lago sereno e tranquilo", sobre o qual tremulasse "desfraldada aos ventos da paz e da concórdia, a bandeira bicolor da 'ordem e do progresso". Associando tal desejo à situação portuguesa, o mesmo jornal declarava que, "entrando o Brasil no caminho de prosperidades e de progressos que as suas enormes riquezas" lhe garantiam, "viria necessariamente melhorar o estado, já de si desgraçado, das definhadíssimas finanças" lusitanas<sup>201</sup>. No mesmo sentido, o *Distrito de Coimbra* dizia que fazia "sinceros e ardentes votos" para "o Brasil retomar pacificamente o lugar que de direito" lhe pertencia "entre os povos do Novo Mundo"<sup>202</sup>. E, *O Agricultor Açoriano*, bem de acordo com sua especialidade editorial, via a possibilidade de recuperação brasileira na própria base de sua economia agroexportadora, destacando que, apesar da "cultura do café" estar em "grande desenvolvimento" em outros países latino-americanos, era ainda do Brasil o grande destaque "na exportação" de tal produto<sup>203</sup>.

Assim, diante do quadro de enfrentamento bélico no Brasil, as folhas portuguesas voltadas ao predomínio do noticioso e/ou a uma prática de moderação ao referir-se aos fatos naquele país, elas que já vinham optando pela caminho basicamente informativo, apuraram redobradamente seus filtros, intentando demostrar uma isenção quanto às forças em conflito no cenário brasileiro, bem como realizar algumas censuras em relação às publicações lusas

<sup>&</sup>lt;sup>201</sup> O INDEPENDENTE. Lisboa, 26 set. 1893. A. 1. N. 2. p. 1.; e 14 jan. 1894. A. 2. N. 14. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>202</sup> DISTRITO DE COIMBRA. Coimbra, 27 fev. 1894. A. 1. N. 23. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> O AGRICULTOR AÇORIANO. Ponta Delgada, jan. 1894. A. 1. N. 1. p. 7.

engajadas com as causas monárquica ou republicana, considerando que tais atitudes poderiam ferir suscetibilidades em relação ao Brasil. Apesar da observação de que a jovem república passava por graves acontecimentos e a constatação dos prejuízos sofridos por Portugal a partir de tais condições, tais periódicos preferiram restringir as análises e privilegiar as informações, manifestando o ardente desejo do retorno à normalidade no país americano. Nesse sentido, "se a guerra impunha certos cuidados na expressão das opiniões, os noticiosos tornaram-se ainda mais diligentes em sua constante busca pela imparcialidade"<sup>204</sup>.

# As publicações monárquicas

A imprensa monarquista portuguesa, "que já potencializara intensamente os fatos de 1891, considerados como a crise definitiva da república", a partir da deflagração da guerra civil, dois anos depois, passou a reforçar ainda mais a ideia de que "o modelo republicano levara o Brasil à beira do caos, estando ele com os seus dias contados". Recorrentemente, as folhas monárquicas reiteraram os "argumentos dos malefícios da forma republicana de governo e mais abertamente chegaram a propor a restauração como solução à caótica situação imputada ao país". O autoritarismo, "a crise político-institucional e financeira e a guerra eram alguns dos males que tais publicações insistiam em apontar como oriundos da transição ocorrida em 1889", além da manutenção de

<sup>&</sup>lt;sup>204</sup> ALVES, 2012. p. 213.

confrontos discursivos movidos contra os jornais adversários e da "estratégia de apontar o caso brasileiro como uma lição a ser observada por aqueles que viessem a questionar" o regime reinante em Portugal<sup>205</sup>.

O espocar da guerra civil brasileira serviria como fator legitimador de grande parte da orientação discursiva das publicações antirrepublicanas e de suas previsões entabuladas desde 1889, reforçadas em 1891 e que atingiriam seu ápice em 1893. A visão de tais periódicos era a de que o Brasil adentrara o caos, estava à beira do abismo ou ainda entregue à anarquia. Os malefícios da guerra civil, do autoritarismo e dos riscos de ruptura institucional e territorial eram vistos como única e exclusivamente fatores advindos da mudança na forma de governo. Não foram poupados argumentos na busca de demonstrar o quanto fora errônea a decisão dos brasileiros na mudança do regime imperial ao republicano e mesmo para apontar as sequelas que eles estariam a enfrentar por ter aquiescido com aquela "aventura".

Com seu caráter tradicional e conservador, *A Nação* reproduzia tais premissas, afirmando que "o tempo e a experiência, os grandes mestres da vida", vinham se incumbindo "de mostrar com um zelo, que não perderia por menos inflamado", o quanto fora "infeliz para os irmãos da Santa Cruz o mau passo da mudança de instituições". Segundo tal folha, "os desastres" sucediam-se e acumulavam-se "num desencadear vertiginoso", de modo que era "bem lastimável a sorte daquele povo", que se encontrava "amesquinhado e oprimido com o embate dos vagalhões revolucionários de um sem número de ambiciosos,

<sup>&</sup>lt;sup>205</sup> ALVES, 2012. p. 190-191.

que todos, dado o mau passo", se julgavam "com direito de sair a campo, sem exemplo de meios, para lutar pelos próprios interesses e suas particulares conveniências". Lembrando Pedro II, o jornal dizia que "o pobre velho, que a lufada da revolução atirou para longe da pátria e fez morrer com as faces escaldadas de tanta lágrima saudosa", deveria "considerar-se bem vingado no túmulo", além de não deixar de lado o contexto nacional, apontando que aquela seria a "bela perspectiva de felicidade para Portugal", caso germinasse "a semente da república"<sup>206</sup>.

Também *O Tribuno Popular* dizia acreditar "que a luta" se prolongaria, "e que aquela infeliz nação" veria "ainda correr mais sangue e desorganizar as suas finanças, e enfim, derruir o seu crédito já tão abalado na América e na Europa". De acordo com o jornal, "evidentemente a proclamação da república naquele país" fora "um erro fatal", porque trouxera "uma forma de governo que não era adaptável àquele povo", ou porque fora "temporã demais, e o país ainda não estava bem preparado para recebê-la". Para a folha, "os acontecimentos tristes que depois da proclamação" tinham ocorrido, com "revoltas sucessivas, os desastres financeiros e econômicos", que não davam "uma semana de tranquilidade àquela nação, postos em confronto com a prosperidade e tranquilidade anteriores", constituíam "uma lógica irrespondível". Manifestando desesperança, o periódico encerrava com uma expressão de vaticínio negativo: "Se ao menos esta fosse a última..."<sup>207</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup> A NAÇÃO. Lisboa, 10 set. 1893. A. 47. N. 11.834. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>207</sup> O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 16 set. 1893. A. 37. N. 3.914. p. 2.

Ao apresentar os embates bélicos no Brasil, *A Terceira* relatava que aquele era "o triste quadro" que traduzia "a situação angustiosa daquelas cidades", ainda havia "poucos anos prósperas e pacificas". Com palavras fortes, o jornal dizia que "a luta de ambições desenfreadas, derivada da anarquia das ideias e da podridão dos mais graduados marechais da república" constituía "o cancro" que corroía "o país" e o colocava "no perigo de um desmembramento, solução mais provável da campanha travada entre o exército e a armada". Afirmava ainda que "o povo que não" fizera "a república, nem a desfaria se estivesse feita", assistia "impávido aos horrores da ditadura militar, assustado com as alternativas de vitória deste ou daquele chefe, mais poderoso" em um dia, "para ficar aniquilado" no seguinte, "logo que as baionetas" mudassem "de direção". Na opinião da folha, com tal situação "depauperando o país", se não terminasse "em breve", ocorreria "o esfacelamento de uma nação que bem poderia ser uma das mais poderosas do mundo"<sup>208</sup>.

Essa visão extremamente pessimista quanto aos destinos do Brasil estarem beirando o escatológico, com as constantes ameaças de anarquia, guerra e esfacelamento, demonstrando o quanto teria sido maléfica a mudança na sua forma de governo, foram bem sintetizadas nas palavras da publicação *A Crença Liberal:* 

<sup>&</sup>lt;sup>208</sup> A TERCEIRA. Angra do Heroísmo, 21 out. 1893. A. 35. N. 1.792. p. 1.

O Brasil debate-se nas convulsões da guerra civil.

Era de esperar que isto assim sucedesse, visto que foi por uma revolução militar que a república se implantou naquela vasta e feracíssima região, fadada pela natureza para ser uma das mais ricas e felizes do mundo.

O velho e sábio imperador, a quem o Brasil devia mais de 40 anos de paz e de prosperidades constantes, foi deposto do trono e expulso com a mais refece ingratidão.

O país, passado o primeiro período de estonteamento que lhe causara a mudança rápida e inesperada das instituições, e se sentido caminhar para o abismo do descrédito, para onde foi levado pelos ambiciosos trunfos da governança, começou a agitar-se, ao mesmo tempo em que, nas altas regiões do poder, se travava luta acesa e renhida.

Os resultados aí se estão vendo. É a guerra civil, a pior de todas as guerras. Aquela que arma irmãos contra irmãos e faz correr rios de sangue, só para satisfação de uns sujeitos que, para se guindarem às cumeadas do poder, não duvidam caminhar por sobre montões de cadáveres.

Deus proteja o Brasil, bem digno de melhor sorte.

Deixou-se porém cair nas garras da militança, e desde já se pode prever que o desmantelamento do colossal império sul-americano será a consequência fatal do estado anárquico a que o levaram os *Deodoros* e os *Florianos* de vária espécie.

Não foi a vontade geral da nação quem expulsou das terras de Santa Cruz o mais liberal e, diga-se mesmo, o mais democrata soberano do universo.

Não. Foram as ambições desmedidas e insofridas dos titulares da militança, apoiados na força inconsciente da soldadesca desenfreada.

Toda a vez que, na remodelação política de um Estado, não entra como simples e exclusivo fator o sentir íntimo dos seus habitantes de todas as classes, a desordem, com todo o seu cortejo de horrores, é a consequência necessária e fatal desse ato.

E eis porque o Brasil está anárquico.

Eis porque ele se está dando ao mundo em espetáculo bem pouco edificante.

Nem mais nem menos do que nas outras repúblicas da América do Sul, onde as revoltas, as sedições e os conflitos de toda a espécie, são o pão nosso de cada dia.

É esta uma das "belezas" do sistema republicano, à sombra do qual a qualquer é lícito aspirar a tornar-se o chefe supremo da nação, pouco lhe importando os meios de que tenha de servir-se para o conseguir.

A lista civil dos monarcas e de suas famílias é o cavalo de batalha dos republicanos. É o seu argumento de escacha, e é sempre contra ela que arremessam as suas mais aceradas setas.

Mas se o sistema monárquico é a mais segura garantia de estabilidade das instituições, e, portanto, da paz e do bem estar dos povos, abençoado dispêndio, que, ainda assim, como acontece em Portugal e em vários outros países, mais serve para derramar benefícios do que para luxuosas ostentações, ou para aferrolhar, como se vê nas repúblicas e do que podemos citar exemplos recentes e bem conhecidos.

Se se fizesse bem a conta aos prejuízos enormes que o Brasil tem sofrido desde que dali foi expulso o bondoso e respeitável D. Pedro II, veríamos que esse cômputo daria para muitas dezenas de anos da lista civil e olhe-se que se não fazem referências se não aos prejuízos materiais, porque os de outra espécie são incalculáveis. (...)

A mudança política fez-se por meio de uma revolta militar, no meio da indiferença da massa geral da população.

Sob a monarquia, o Brasil poderia ainda por muito tempo conservar-se unido; mas com o atual regime não é provável.

Há estados que podem ter existência autônoma porque são ricos e têm receitas muito superiores às despesas. Há, porém, outros que têm déficit constante e carecem de viver à custa alheia.

Isto assim não pode continuar, porque numa nação tão vasta, a ação central, desprestigiada como anda, é sempre fera e ineficaz e daí a

## O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

origem do descontentamento que por toda a parte se nota, e que cada vez mais vai lavrando.

Deus proteja o Brasil!<sup>209</sup>

Tal perspectiva era também expressa nas páginas da *Correspondência de Coimbra*, segundo a qual "a situação do Brasil" encontrava-se, "de dia para dia, mais deplorável, em resultado do debate das paixões individuais", as quais lançavam "mão de todos os elementos, não hesitando ante os meios mais condenáveis, para satisfazerem a sua vaidade, os seus caprichos ou as suas ambições". De acordo com as convicções da folha conimbricense, "a anarquia política" que vinha se alastrando dia a dia "em todos os estados da república", acabara por "produzir uma guerra civil de lastimáveis consequências, cujo resultado", fosse "pelo chefe da república", fosse "pelo chefe dos insurretos", não poderia "ser garantia segura de se entrar num período de ordem, de trabalho e de concentração de forças"<sup>210</sup>.

A visão extremamente negativa em relação aos rumos brasileiros se fazia presente ainda no discurso do *Diário Ilustrado* que se referia aos "acontecimentos tenebrosos ocorridos no Brasil", que enchiam os lusitanos "de profunda tristeza, pelos interesses" que ligavam os portugueses "àquele grande povo" e tendo em vista que "as discussões" que saqueavam "esse país" magoavam "tanto, como se fossem na mãe-pátria". A folha apontava para um

<sup>&</sup>lt;sup>209</sup> A CRENÇA LIBERAL. Lisboa, 13 out. 1893. A. 32. N. 3.044. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>210</sup> CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 19 set. 1893. A. 22. N. 74. p. 1.

ambiente confuso existente na jovem república, onde "espíritos desorientados, ambições insofridas, os sectários do novo sistema, os espertos, os tolos, todos" queriam "pescar no mar turvo dos seus desejos nunca saciados e para isso tanto" lhes importava "que a terra se empapasse em ondas de sangue", como singrasse "num mar bonançoso, sem vagas revoltas, sem tormentas infindas". Diante disso, o periódico questionava quando teria "o Brasil o bom senso de cuidar a sério dos seus interesses, pondo de lado as lutas intestinas que tanto" o enfraqueciam, fazendo-lhe "perder no convívio das nações ilustradas", encontrando-se "por toda parte apenas capitais retraídos, desordem, motins, revoltas sufocadas aqui, para despertarem acolá", enquanto cada vez mais se afastavam "a paz e o sossego". Ao concluir o artigo, o jornal deixava ao público "uma interrogação permanente", perguntando — O que será o dia de amanhã? Que Deus salve o Brasil!"<sup>211</sup>.

Ainda pintando a situação brasileira em cores negras, esta publicação diária lisbonense destacava que as notícias recebidas do Brasil revelavam "que esta república" atravessava "uma crise perigosíssima", pois "o presidente, general Floriano Peixoto, confiado no auxílio do exército", não fazia "caso dos desejos das câmaras" e estava "cada vez mais resolvido a impor-se à representação federal". Com base em tais constatações, o jornal conjetura que não era de estranhar que tivesse "rebentado no Rio de Janeiro uma insurreição popular e que as forças terrestres, num dado momento", se vissem "obrigadas a combater o movimento popular", num contexto em que rebentava "a guerra civil

<sup>&</sup>lt;sup>211</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 9 set. 1893. A. 22. N. 7.348. p. 2.

e a crise política" adquiria "uns foros que nem os mais pessimistas" teriam conseguido prever. Insistindo no tema, a folha enfatizava que era "a maior e a mais cruel das incertezas" o que restara em relação ao Brasil e, se havia uma "certeza", era a de que o país passava por "uma crise tenebrosa, e que a sua situação" era "das mais graves" que poderia "atravessar uma nação" 212.

Tal veemência em apontar as circunstâncias caóticas que estariam a cercar o cenário brasileiro era também realizada pela publicação religiosa O Progresso Católico. Para a folha, "num momento de delírio" cuspira "de si o Brasil o governo monárquico", saudando "com entusiasmo infantil o advento da república", mas haviam se iludido aqueles que acreditaram "que o verdadeiro progresso era o condão auspicioso dos Estados Unidos da América do Sul". Comentava que na jovem república improvisara-se "uma bandeira, que era um formoso rótulo de garrafa"; obliterara-se "o clássico *Deus guarde* nos documentos das várias repartições para o substituir pela igualdade e fraternidade"; pusera-se "um rei de espadas naquele mesmo trono onde havia um rei de paus"; dissera-se "à religião católica - 'Passe por lá muito bem'", e elevara-se "à altura de religião do estado a religião de Augusto Comte". A folha considerava que os novos donos do poder não se acertavam entre si, e, com isso, deveria dar-se "adeus à república, tal como a ideavam os imbecis ou os ingênuos", estando a ocorrer "uma verdadeira desgraça para a pátria", de modo que, "por longo período" não haveria "para ela nem um simulacro de repouso"<sup>213</sup>.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>212</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 11 set. 1893. A. 22. N. 7.350. p. 2.; e 22 set. 1893. A. 22. N. 7.361. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>213</sup> O PROGRESSO CATÓLICO. Guimarães, 1º out. 1893. A. 15. N. 19. p. 9-10.

Referindo-se à divulgação acerca da guerra civil no Brasil, *O Elvense* opinava que fora "enfim violado o segredo obstinado dos diplomatas da nação brasileira, que em todas as potências da Europa se recusavam a dar notícia dos acontecimentos que ameaçavam a estabilidade do seu país". Na visão da folha, tal "silêncio era indício seguro de que algum sucesso desastroso estava em fermentação", ainda "mais que desde longa data se previa uma luta intestina nesse país que, derrubando num dia o império, apelidando-o de nefasto e esbanjador", levantara "no outro a república, à frente da qual" apareceram "unicamente homens cheios de ambição, mas sem patriotismo". Nessa linha o periódico acreditava que seria "bastante desesperada a situação desse desgraçado país", sem que fosse possível calcular as consequências da guerra civil, em uma luta que dava "ao mundo espetáculos sangrentos"<sup>214</sup>.

Até mesmo folhas que haviam se esforçado por manter uma postura mais moderada e informativa até então, acabariam por revelar mais abertamente sua postura monárquica, como foi o caso de *O Jornal do Povo* de Oliveira de Azeméis, segundo o qual "a situação no Brasil" era "cada vez mais difícil", já que "o governo da república" estabelecera-se "ali num momento imprevisto pelo acaso das circunstâncias". No mesmo sentido, o periódico considerava que "a república apareceu no Brasil de surpresa, como por encanto, como as aparições de mágica", de maneira que seria "de prever que as lutas, que o novo ideal político deveria ter provocado antes do seu definitivo triunfo", deveriam "aparecer depois do seu estabelecimento na ordem temporal por uma espécie de

<sup>&</sup>lt;sup>214</sup> O ELVENSE. Elvas, 17 set. 1893. A. 14. N. 1.317. p. 1.

salto dado na evolução política", em um quadro pelo qual "o período revolucionário", que deveria "preceder a consolidação das novas instituições democráticas", abrira-se "logo depois da proclamação do novo regime". Observando a possibilidade da implantação da ditadura no Brasil, a folha denunciava que estava a ocorrer "uma contradição e um absurdo, em que para se estabelecer o governo republicano descentralista, liberal e democrático", estaria sendo "necessário arvorar a ditadura despótica, pela concentração dos poderes do Estado". Numa visão pessimista, o jornal constatava que as condições brasileiras não vinham melhorando e vaticinava que não era "provável que o período da revolução" terminasse "em breve espaço de tempo" 215.

Ao observar a expansão da guerra civil brasileira, *O Manuelinho de Évora* explicava que continuava "a ser alarmante e deplorável a situação do Brasil", o qual estaria a percorrer "exatamente o caminho que seguiram as outras repúblicas americanas", de modo que acabaria "pelo fracionamento também". De acordo com o periódico, o Brasil conservara-se "unido enquanto o seu governo" estivera "nas mãos de um velho", mas, à medida que passou a ser dirigido por "um governo de força, com o apoio do exército, começaram as desinteligências, que terminaram fatalmente pela divisão do grande império em muitos estados rivais, antagônicos, que mais tarde ou mais cedo" viriam a se digladiar "em lutas sanguinolentas". Dessa forma, destacava que aquilo que ocorrera significava "o progresso destes retrocessos", prevendo que "a América portuguesa" teria "o

<sup>&</sup>lt;sup>215</sup> O JORNAL DO POVO. Oliveira de Azeméis, 9 set. 1893. A. 13. N. 1.310. p. 1.; e 23 set. 1893. A. 13. N. 1.314. p. 1.

destino da espanhola que de colônias se tornaram independentes e, ainda depois, se fracionaram". Com certa ironia, a folha destacava que era "curioso o que se" estava "passando no Brasil, debatendo-se, em lamentável guerra civil, as forças fiéis e infiéis, mas nada constando da atitude do povo", que deveria "ser afinal o supremo juiz num estado" que dizia "ser democrático"<sup>216</sup>.

A Civilização corroborava com tal perspectiva, ao enfatizar que eram "cada vez mais aterradoras as notícias vindas do Brasil", onde se estavam "dando acontecimentos de uma gravidade extrema"<sup>217</sup>. Não deixava por menos O Imparcial de Coimbra ao relatar que "as notícias ultimamente recebidas do Brasil" eram, "em verdade, lamentáveis" estando "aquele país ameaçado de uma revolução, e de ser dividido em estados independentes". O jornal coimbrão considerava que os enfrentamentos seriam uma constante no Brasil, repetindo "o modo de vida dessas infelizes repúblicas sul-americanas que continuamente" estavam se "digladiando, não governando ali as leis e a opinião pública, mas a audácia oligárquica". Este periódico previa que "a luta fratricida" permaneceria "terrível e devastadora", sem que fosse possível imaginar o seu "desejado termo" e opinava que era "profundamente deplorável, tristíssimo e desolador que desavenças" acabassem por se traduzir "numa luta sangrenta, sem que o país a provocasse nem a quisesse, pois que à grande massa da população brasileira pouco importava" quem estivesse no poder. Reiterando seu prognóstico, a folha conimbricense afirmava que no Brasil faltava "um governo sério e econômico",

<sup>&</sup>lt;sup>216</sup> O MANUELINHO DE ÉVORA. Évora, 28 set. 1893. A. 13. N. 648. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>217</sup> A CIVILIZAÇÃO. Guarda, 19 set. 1893. A. 13. N. 627. p. 1.

prevalecendo "a anarquia absoluta e completa", com "rebeliões contínuas e sangrentas"<sup>218</sup>.

Tais convicções eram também sustentadas pelo periódico O Alto Minho ao apontar para a "sangrenta e terrível convulsão de anarquia" na qual se encontrava "o grande povo brasileiro" e, ao mesmo tempo, destacar que tal situação não era de surpreender e estaria prevista desde novembro de 1889. Diante disso, dizia lamentar "os acontecimentos gravíssimos que entenebrecem o futuro daquele grande país", a respeito dos quais não se poderia "fixar uma orientação precisa e definida sobre" o que viria a ser "o destino dessa nação" que fugira "à tranquilidade do império para se lançar nas aventuras de uma república anárquica e tumultuosa". A folha também destacava o seu lamento pela atitude do "povo brasileiro" que permitira que se despedaçasse "o trono de um soberano democrata, para por no seu lugar uma cadeira presidencial", em uma ação de resultados nefastos, como os ocorridos "sob o regime dessa república, implantada por uma aventura de caserna e por uma insubordinação da soldadesca". Além disso, fazia votos para que aquele povo viesse "a arrepender-se um dia da leviana complacência" com que sancionara "essa desastrosa aventura militar"<sup>219</sup>.

No mesmo sentido, manifestava-se a publicação *Portugal, Madeira e Açores* ao destacar que era "excepcionalmente grave e entrecortada de

<sup>&</sup>lt;sup>218</sup> O IMPARCIAL DE COIMBRA. Coimbra, 16 set. 1893. A. 11. N. 1.471. p. 3.; e 24 out. 1893. A. 11. N. 1.487. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>219</sup> O ALTO MINHO. Monção, 22 set. 1893. A. 11. N. 19. p. 1.

tristíssimos lances a situação do Brasil", a qual tinha nas "dissenções intestinas" a sua "causa imediata", ao passo que "as mediatas" iriam "filiar-se no ato insensato e impolítico da mudança de regime" e na "rivalidade, cada vez mais acentuada e latente entre os exércitos de terra e mar". Tal folha destinada ao reino em sua porção continental e aos distritos insulares diagnosticava que o Brasil estava "atravessando uma das crises mais angustiosas e terríveis", dentre aquelas que poderiam "afligir uma nação", à medida que em seu seio sofria com "uma sanguinolenta guerra civil, com a desordem financeira, com a indisciplina militar, com a anarquia política, com o tripudiar desenfreado de ambições" e, além disso, "com o incremento" de um "movimento separatista"<sup>220</sup>.

O tom de pesado pessimismo quanto aos destinos da jovem república era também reproduzido pelo Correio da Manhã, segundo o qual o Brasil vinha expiando "cruelmente o erro capital da sua revolução republicana", incorrendo em um "erro profundo" a partir do qual, como "resultados das doutrinas e da revolucionária", "experimentando iniciativa estava quatro anos crudelissimamente", desde que "o potente império esfacelou-se". O jornal apontava para as notícias "sumamente graves", considerando que "a prorrogação do estado de sítio" significava "simplesmente que, apesar de todos os despachos otimistas mandados para a Europa pelo governo, a sublevação estava bem longe de ter sido dominada". Com veemência, o periódico vaticinava que o Brasil não entraria tão cedo "num regime de ordem e de paz", de maneira que "aqueles infelizes irmãos" viriam a "beber até as fezes o cálice da sua tão

<sup>&</sup>lt;sup>220</sup> PORTUGAL, MADEIRA E AÇORES. Lisboa, 20 set. 1893. A. 9. N. 428. p. 1-2.

saborosa república", pela culpa de terem transformado aquele "glorioso império na mais desgraçada das repúblicas<sup>221</sup>.

Na mesma toada, o jornal *Novidades* declarava que continuavam "preocupando a atenção pública os gravíssimos acontecimentos do Brasil", de forma que estariam a se confirmar todas as suas previsões anteriores, segundo as quais "com a mudança das instituições" não lucrara "nada aquele país, e, pelo contrário", tinha "perdido", a partir daquela "febre de pronunciamentos e de revoltas" igual àquela que tinha "constantemente agitado, convulsionado e até pervertido a vida política das nações sul-americanas". Considerava que, frente a "uma revolta intestina, a situação da república brasileira" era "deveras triste", ficando, inclusive, "numa posição perigosa diante das outras repúblicas sulamericanas", que poderiam "querer aproveitar-se dos despojos do leão". Ainda que tivesse previsto aquele "conflito latente", a folha afirmava que ele rebentara "mais depressa do que se supunha, e bem terrivelmente para os interesses daquele país". Além da crise política, o periódico analisava as dificuldades econômicas brasileiras, considerando que a queda do câmbio produzira-se "numa proporção tão extraordinária e aterradora, que nem sequer no período terrível da Guerra do Paraguai fora atingida", ficando o país "de rastos", sem que se soubesse quanto tempo levaria "para se recuperar da enorme perda sofrida"222.

 $<sup>^{221}</sup>$  CORREIO DA MANHÃ. Lisboa, 12 set. 1893. A. 10. N. 2.754. p. 1.; 29 set. 1893. A. 10. N. 2.771. p. 1.; e 6 out. 1893. A. 10. N. 2.778. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>222</sup> NOVIDADES. Lisboa, 9 set. 1893. A. 9. N. 2.890. p. 1.; 12 set. 1893. A. 9. N. 2.892. p. 1.; e 19 set. 1893. A. 9. N. 2.898. p. 1.

Outra publicação que considerava "a situação no Brasil cada vez mais difícil" era *A Província*, segundo a qual , "o governo da república" estabelecera-se "ali num momento imprevisto pelo acaso das circunstâncias", advindo daí "uma temerosa insurreição, tornando de dificílima solução o problema da pacificação". O periódico conjeturava que, "acima de tudo" havia "um elemento perturbador, cuja importância" era "capital", ou seja, "a crise do novo regime" deveria se "estabelecer pela sua força expansiva e pela de resistência do antigo", mas tal "período preparatório deveria ter-se manifestado antes do estabelecimento da república" e, ao contrário, "pelo imprevisto do sucesso, não houvera tempo para manifestar-se antes", redundando nas lutas que então se manifestavam. Tal folha prognosticava como improvável "que o período da revolução" terminasse "em breve espaço de tempo", prevendo que se prolongaria "por muito tempo a luta intestina no Brasil", antes que se consolidassem "as novas instituições"<sup>223</sup>.

Na mesma linha, *O Arcoense* dizia que não poderia "dar boas novas" do Brasil, pois estavam a confirmar-se "os receios de que ali se passavam acontecimentos graves", com uma "situação deveras lastimosa". Destacava ainda que eram "cada vez mais inquietadoras as notícias" chegadas da jovem república assolada pela revolta, a partir da qual "muitos brasileiros" teriam de "pagar com a morte a satisfação das ambições dos aventureiros" a que estava entregue aquela nação "digna de melhor sorte". Apesar de possuir certas "suspeitas" acerca das informações vindas do Brasil, a folha ressaltava que se

<sup>&</sup>lt;sup>223</sup> A PROVÍNCIA. Porto, 15 set. 1893. A. 9. N. 210. p. 1.; e 23 set. 1893. A. 9. N. 217. p. 1.

poderia "ter a certeza de que as coisas ali" corriam "de mal a pior", de modo que não tinha "melhorado em nada a situação", pois continuava "desenfreada e acesa a guerra civil com todos os seus horrores", como bombardeamentos, elevação de preços e fome, reinando "o terror e o pânico" e permanecendo o "mesmo estado de revolução"<sup>224</sup>.

A opinião do *Jornal de Viana* era também no sentido de "que as notícias" vindas do Brasil comoveram o país sem o surpreender", apontando para "fatos cuja gravidade" não admitia "dúvidas e cuja importância", quanto "à sua nefasta influência sobre a vida econômica e social do Brasil" seria "decisiva". Na perspectiva do periódico, "o Brasil continuava a tentar como em um jogo – de um lado a fortuna, do outro a morte" e, analisando os motivos daquela "espantosa luta fratricida", afirmava que não era "pela defesa de alguma ideia generosa" ou "pela conquista de algum imortal princípio", mas apenas por vaidades pessoais e pela luta pelo poder. A folha questionava o que fora "feito da união" da época do império e onde estava "a grandeza sonhada" por aquele "enorme e maravilhoso país, obra prima da natureza". Ao que respondia que "a união" transformara-se em "guerra e a grandeza e a prosperidade da pátria", em "miséria e desgraça de todos". Acusava que, "por uma simples revolta de caserna, expulsaram ignominiosamente o imperador", não havendo luta, mas se antes não correra sangue, ele chegara "em ondas ardentes pelo Brasil inteiro, como num vendaval de insânia e de crime", de modo que "a revolução pacífica,

<sup>&</sup>lt;sup>224</sup> O ARCOENSE. Arcos de Valdevez, 17 set. 1893. A. 8. N. 390. p. 2.; 24 set. 1893. A. 8. N. 391. p. 2.; 1° out. 1893. A. 8. N. 392. p. 2.; 8 out. 1893. A. 8. N. 393. p. 2.; e 15 out. 1893. A. 8. N. 394. p. 3.

que tanto exaltavam os jacobinos românticos, a cômica revolução" transformara-se, "só pela rivalidade e pela ambição de alguns homens, na mais espantosa e sanguinolenta das tragédias de ruínas e de mortes"<sup>225</sup>.

Tal constatação se fazia presente ainda nas páginas do Jornal de Penafiel, de acordo com o qual estavam "produzindo enorme sensação os acontecimentos gravíssimos do Brasil, cujos destinos vieram a cada vez mais ser agravados com a crise profunda" ocorrida a partir da "proclamação das instituições democráticas". A folha diagnosticava que "a má orientação dos últimos governos e principalmente a luta enérgica dos partidos políticos que ali" se digladiavam "em continuados embates de terrível ambição", constituíam "a causa primordial do espetáculo doloroso" pelo qual aquela nação entrara em "um período de desassossego e mau estar", que poderia "conduzir ao desmembramento das suas forças constitutivas e daí à ruína e perdição da sua poderosa e eficaz influência social". Previa também que, "a prolongar-se essa situação anormal, mais graves e terríveis provações" estariam "destinadas ao povo brasileiro", com as ameaças de agravamento da guerra civil e com o "separatismo que ali" começava "a radicar-se", levando "à queda de uma nação poderosa" e ao "desaparecimento de um povo glorioso e nobre". O periódico destacava "o horror" de tal situação, com a continuidade de "uma luta acesa, terrível e duradoura", colocada "em detrimento dos interesses nacionais" e

<sup>225</sup> JORNAL DE VIANA. Viana do Castelo, 14 set. 1893. A. 7. N. 706. p. 1.; 5 out. 1893. A. 7. N. 712. p. 1.; e 8 out. 1893. A. 7. N. 713. p. 1.

podendo vir a "atrofiar o desenvolvimento daquele grande e rico país" e levar "a população a um abatimento" do qual poderia "resultar sua ruína total"<sup>226</sup>.

Já *O Monitor* elegia como o assunto "mais palpitante da atualidade, a querra intestina" que ia "se alastrando por alguns dos principais estados da república federal". Este jornal considerava que, diante das "desgraças do Brasil", ninguém em Portugal poderia "ser indiferente", por tratar-se da "mais dura das lutas", estando a jovem república "atormentada de intrigas, sacudida de orgulhosas pretensões e posta a preço por envilecida turba de agitadores insubmissos na sua mesma odiosa ambição de poder"227. A "sublevação no Brasil" era também tratada pela Tarde, apontando que aquele "rico país" estava, "desde a mudança do seu regime governativo, a braços com as maiores dificuldades, não conseguindo ainda trazer aos tempos da república uma parcela sequer, do bem que por tanto tempo" gozara "nos tempos do império". Para a folha, "a implantação da república no Brasil" nascera "de um ato condenável, uma verdadeira traição militar", que lançara "nos exércitos este gérmen da indisciplina, que só na força" fazia "constituir a razão e o direito", aproximando tal país das "ingovernáveis" nações latino-americanas e atirandoo em uma "sangrenta luta fratricida" que estava "enodoando as páginas da sua história"228.

-

<sup>&</sup>lt;sup>226</sup> JORNAL DE PENAFIEL. Penafiel, 3 out. 1893. A. 7. N. 97. p. 1.; e 24 out. 1893. A. 7. N. 103. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>227</sup> O MONITOR. Leça da Palmeira, 3 set. 1893. A. 6. N. 361. p. 1.; e 17 set. 1893. A. 6. N. 363. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>228</sup> TARDE. Lisboa, 7 set. 1893. A. 6. N. 1.744. p. 1.; 18 set. 1893. A. 6. N. 1.753. p. 1.; 3 out. 1893. A. 6. N. 1.766. p. 1.; e 11 out. 1893. A. 6. N. 1.773. p. 1.

As apreciações pouco alvissareiras sobre o Brasil eram também realizadas por *O Nacional*, ao destacar que "os acontecimentos" naquele país eram "deveras para lamentar", sendo as notícias ao seu respeito "lidas com avidez e apreciadas com profunda tristeza", tendo em vista "as torturas" pelas quais passava. Enfatizava que as maiores dificuldades brasileiras eram a "ambição e a cobiça insaciáveis" e a ação dos partidos, que não pensavam "senão em assenhorar-se do poder para se locupletarem", o que tornava improvável o final de tal situação para breve<sup>229</sup>. Sobre o mesmo tema, *O Vimaranense* afirmava que eram "realmente bem desoladoras as novas" chegadas do Brasil, considerando que não havia "dúvida" de que tal situação era "uma evidente prova do desamor e inexperiência dos proclamadores do regime estabelecido em 15 de novembro", a quem faltara "a longa prática, o tino e a prudência que tanto e em tão grande escala" revelara o "grande brasileiro D. Pedro de Alcântara", levando o país a "acontecimentos gravíssimos" e ao possível desmembramento de seu território<sup>230</sup>.

A Gazeta de Provezende, mesmo alguns meses antes do espocar da revolta, já enfatizava que o Brasil, após "três anos abalado pelo golpe de estado" que exterminara "a monarquia dos Bragança em terras americanas", oferecia "ao observador um espetáculo grandioso" de onde se tiravam "deduções proveitosas, conclusões lógicas e consequências" que falavam "eloquentemente à consciência", destruindo "muitas vezes arraigadas convicções". Nessa linha,

<sup>&</sup>lt;sup>229</sup> O NACIONAL. Braga, 23 set. 1893. A. 14. N. 1.293. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>230</sup> O VIMARANENSE. Guimarães, 19 set. 1893. A. 3. N. 262. p. 1.; e 6 out. 1893. A. 3. N. 267. p. 1.

considerava que "a forma republicana, que prometia os melhores frutos", vinha sendo "adulterada pelos vultos dirigentes" que se deixavam "arrastar pelas paixões políticas e pelas ambições partidárias", originando-se daí uma "série de desarranjos" que mantinha "na incerteza e em contínuas oscilações a sociedade brasileira"<sup>231</sup>.

A abordagem era mantida também pelo periódico de Penafiel *O Comércio*, segundo o qual Portugal mantinha-se "numa ansiedade indescritível", preocupada "com os acontecimentos nas vastas regiões do Brasil". A folha apontava que "os desastres e as angústias daquele povo irmão, a violência das paixões e a fúria das ambições" presentes naquele país não poderiam deixar de "preocupar muito seriamente e de causar graves apreensões" entre os portugueses. Considerava que "as bases morais daquela nação, tão rica, tão cheia de recursos e tão digna de melhor sorte", estavam "profundamente aluídas", pois aqueles que presenciaram a "grande transformação política" ali operada, passaram a sentir "o arrependimento de haver colaborado numa obra", que estava "dando funestos resultados". Ainda que desejasse "dias de mais ventura para o povo brasileiro", a folha dizia ser "necessário prever sempre o pior"<sup>232</sup>.

Outra proposição bastante recorrente às publicações monarquistas era realizar um contraponto entre a forma monárquica e a republicana, utilizando o Brasil como fator de comprovação dos benefícios da primeira e dos males advindos da segunda. Foi o caso de *O Faialense* que abandonou a postura mais

<sup>&</sup>lt;sup>231</sup> GAZETA DE PROVEZENDE. Provezende, 23 abr. 1893. A. 2. N. 54. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>232</sup> O COMÉRCIO. Penafiel, 20 set. 1893. A. 1. N. 10. p. 1.

informativa de 1889 e 1891 para demarcar sua visão monarquista, considerando que "a situação do Brasil" encontrava-se, "dia a dia, mais deplorável, em resultado do debate das paixões individuais", que lançavam "mão de todos os elementos, não hesitando ante os meios mais condenáveis, para satisfazerem a sua vaidade, os seus caprichos ou as suas ambições". Partindo para o paralelo, a folha apontava que o país abandonara "a paz" da época imperial, e, ao "mudar de regime", só obtivera "maiores dificuldades" e entregara-se à "anarquia política"<sup>233</sup>.

As comparações eram tecidas também pela *Correspondência de Coimbra* ao descrever que o Brasil trocara um "império pacífico, liberal, próspero e tolerantíssimo do mais simpático dos soberanos, bom, honesto, inteligente e patriota", como seria Pedro II, por uma "revolução republicana nascida de uma insurreição de quartel infame e desprezível, capitaneada por alguns especuladores e pedantes", que estava fazendo a "desgraça temporária" do país<sup>234</sup>. Seguindo o mesmo padrão, o *Diário Ilustrado* dizia que o Brasil dera um "ensinamento duro e cruel", uma vez que "florescia, alcançara glórias, se tornara respeitado, desenvolvendo-se em todos os campos da atividade humana no tempo do império", mas soçobrara "com a república, inundando-se de sangue", destruindo "todos os seus adiantamentos" e "elevando-se a maior altura na

<sup>&</sup>lt;sup>233</sup> O FAIALENSE. Horta, 8 out. 1893. A. 37. N. 2. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>234</sup> CORRESPONDÊNCIA DE COIMBRA. Coimbra, 3 out. 1893. A. 22. N. 78. p. 1.

rampa da desordem e da anarquia do que todos os outros países seus vizinhos, que pela desordem" se vinham notabilizando<sup>235</sup>.

Outro periódico que empregava a estratégia do quadro comparativo era A Folha da Manhã que cobrava onde estariam "as belezas da república e a tranquilidade e a paz que ela" viria consolidar, defendendo que tal situação só fora obtida nos tempos imperiais, nos quais, mesmo quando houve revoltas, "nenhuma delas" atingira "um caráter tão sombrio e triste", como a de então, quando estava "a república a bater-se consigo mesma, a dilacerar a pátria" que antes gozara "de uma paz fomentadora da riqueza nacional" 236. Na mesma linha se posicionava o jornal Novidades, ao lamentar a queda de um "império, que tantos anos de paz e de prosperidade dera ao Brasil", as quais teriam sido substituídas por "anarquia política, indisciplina militar, desordem financeira e especulação desenfreada" da república, que teria "assolado aquele país, comprometendo o seu bom nome e os seus mais caros interesses, arriscando a sua unidade, e quase, em parte pelo menos, a sua independência". Desse modo, tal folha considerava que "nem um único resultado satisfatório" derivara "da mudança de regime", constituindo "uma verdade iniludível" o fato de que "desastres de toda ordem" seguiram-se "à implantação da república"<sup>237</sup>. No mesmo tom se manifestava o *Jornal da Lousã*, opinando que o Brasil tinha "bem caro pago a perfídia" de ter expatriado um "velho, amigo e benfeitor razoável e

<sup>&</sup>lt;sup>235</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 22 set. 1893. A. 22. N. 7.361. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>236</sup> FOLHA DA MANHÃ. Barcelos, 28 set. 1893. A. 15. N. 735. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>237</sup> NOVIDADES. Lisboa, 15 set. 1893. A. 9. N. 2.895. p. 1.

justo", implantando uma república de "luta contínua e destrutiva" no lugar "da obra de tantos anos de paz imperial"<sup>238</sup>.

Contrapor monarquia e república foi também a ação da *Folha de Vila Verde*, ao se referir à "grave a situação do Brasil", ameaçado pela revolta, a guerra civil, a crise e o desmembramento, num conjunto de "extremos, perigos e horrores", enfatizando que isso ocorria em um país que já fora "rico, florescente, gozando todas as delícias da liberdade e da prosperidade" e, ao mudar a forma de governo, vira-se "despojado das riquezas, que a pródiga natureza lhe tinha dado, do sossego, da paz e da tranquilidade". Defendia que o Brasil desperdiçara tudo o que adquirira "com um esclarecido império", para ver-se "arruinado, com os seus irmãos em luta sangrenta, e com o seu brilhante futuro comprometido por um falso ideal de governo, que em lugar de criar abnegações e patriotismo", só trouxera "ambições e rapinas". Opinava ainda que o Brasil deixara "a coroa imperial" por um "barrete frígio" que poderia transformá-lo "em vasto e ensanguentado tabuleiro de xadrez", no qual se jogava "a sorte dos ditadores", ficando à beira "do caos" e "fragmentado em pequenos estados irrequietos e revolucionários"<sup>239</sup>.

Já a *Tarde* ia diretamente ao ponto, declarando que o Brasil saíra da "tranquilidade imperial" para aconchegar-se na "anarquia republicana"<sup>240</sup>. Tal

<sup>&</sup>lt;sup>238</sup> JORNAL DA LOUSÃ. Lousã, 4 nov. 1893. A. 9. N. 438. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>239</sup> FOLHA DE VILA VERDE. Vila Verde, 8 out. 1893. A. 9. N. 401. p. 1.; e 15 out. 1893. A. 9. N. 402. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>240</sup> TARDE. Lisboa, 8 set. 1893. A. 6. N. 1.745. p. 1.

ideia era corroborada pelo *Correio Elvense*, ao afirmar que era regida "a formosa nação americana por instituições rasgadamente liberais", com "as leis, o hábito de tolerância, o exemplo do chefe do estado, de alma bastante larga para todos os perdões e todas as clemências" e "a tradição democrática do povo", de modo que se assemelhava, "pelo seu governo, a mais feliz e genuína das repúblicas"; mas, ao trocar de regime, o Brasil vira-se "dilacerado pela mais triste e devastadora guerra civil" e em uma "luta fratricida da ambição do poder", que o levara a uma "situação triste e desesperada"<sup>241</sup>. A *Semana Alcobacense* também se referia às benfeitorias de "uma monarquia de quase quatro séculos", trocada, "num golpe de mão", por uma república que sequer conseguia garantir a continuidade de seus governantes<sup>242</sup>.

De acordo com tal pensamento, *O Lojista* apontava para um país que até "poucos anos" era "florescente e rico da seiva das nações, em cuja composição" entravam "a paz, o trabalho, o comércio e a indústria, com forças iguais", e, ao mudar suas instituições, ficara "dividido em facções diversas, agitado por paixões tumultuosas, derramando esterilmente o sangue de seus habitantes e depauperando a própria riqueza e as particulares, em lutas intestinas"<sup>243</sup>. A *Gazeta de Torres Vedras*, por sua vez, destacava que o Brasil só tivera "homens de estado" à época imperial, e, ao implantar a república, para a qual "não estava preparado", o fizera apenas com militares e "alguns paisanos" e "o povo não

<sup>&</sup>lt;sup>241</sup> CORREIO ELVENSE. Évora, 7 out. 1893. A. 4. N. 418. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>242</sup> SEMANA ALCOBACENSE. Alcobaça, 14 jan. 1894. A. 4. N. 193. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>243</sup> O LOJISTA. Lisboa, 27 set. 1893. A. 2. N. 74. p. 2.

estava educado para ela", do que teria redundado a corrupção, "a prostração completa na vida econômica comercial e financeira", a desgraça e a guerra civil. Tal folha defendia ainda que o Brasil deixara uma monarquia "de liberdade, paz e prosperidade", por uma "incruenta revolução" que lhe trouxera "perdas de vidas, agruras de expatriação, ruínas de fortunas pessoais, estagnação do comércio e paralisação da riqueza" e poderia custar "ainda constantes e incalculáveis desastres, incertezas e nebulosidades"<sup>244</sup>.

Criticando a ação dos governantes brasileiros, o *Diário de Elvas* acusavaos de não quererem "abandonar seus postos", preferindo "desgraçar a sua pátria,
a largar o *penacho*" conquistado com "a garra adunca". Segundo a folha, os
republicanos "expulsaram vilmente o falecido e nobilíssimo imperador D. Pedro
de Bragança, clamando que procuravam assim trazer a felicidade ao seu país",
de maneira que "o império do Brasil, cheio de paz e de prosperidade e livre como
nenhum outro país", fora "derrubado", por aqueles que só se orientavam por
"ambições torpíssimas" e "que viram unicamente na república o meio de serem
eles os *donos* do Brasil", com "o poder de o *explorarem* à vontade, ainda que
tivessem de passar por cima dos cadáveres dos cidadãos e soldados mortos pela
revolução e pela guerra civil". Nessa linha, o jornal afirmava que ninguém
poderia negar que "o império do Brasil era a ordem e a prosperidade", ao passo
que a república era e continuaria "sendo a anarquia e a desgraça constante"<sup>245</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>244</sup> GAZETA DE TORRES VEDRAS. Torres Vedras, 12 out. 1893. A. 1. N. 19. p. 1-2.; e 26 out. 1893. A. 1. N. 21. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>245</sup> DIÁRIO DE ELVAS. Elvas, 18 set. 1893. A. 1. N. 67. p. 1.

Ao realizar essa sistemática oposição à forma de governo brasileira, as folhas monárquicas chegaram a pregar a restauração da monarquia como única maneira possível de salvar o país da crise. Nesse sentido, O Tribuno Popular informava que "cartas particulares" asseguravam que ia se "acentuando no Brasil o movimento de restauração monárquica", havendo quem acreditasse "que uma intervenção estrangeira" seria "inevitável", colocando-se no poder o príncipe Augusto de Saxe, um descendente de D. Pedro II, o qual teria "grandes simpatias na marinha e em geral no país"<sup>246</sup>. A proposta era também defendida pelo *Diário Ilustrado*, ao exclamar que "a situação política do desgraçado país, vítima do regime republicano, que mais uma vez, para sua vergonha", fizera "um ensaio de sangue e lama no governo dos povos", ia "de mal a pior". O mesmo jornal explicava que os males haviam iniciado quando fora "expulso por efeito de uma revolta de caserna o santo imperador". Tal periódico dizia não ter certeza se o príncipe Augusto de Saxe estava a caminho do Brasil, "a fim de pôrse à frente de uma reivindicação monárquica", defendendo que se ele ainda não fora, deveria ir, já que o Brasil poderia "ansiar pela sua chegada, levado pela confrontação de um passado glorioso com um presente de misérias"247.

Ainda acerca da restauração, o *Diário Ilustrado* criticava a imprensa republicana por afirmar que tal movimento tinha seu epicentro em terras portuguesas. Segundo o jornal, "Portugal, monárquico", fora "o primeiro país da Europa que, após a proclamação da república no Brasil" reconhecera "o regime

<sup>&</sup>lt;sup>246</sup> O TRIBUNO POPULAR. Coimbra, 7 out. 1893. A. 37. N. 3.920. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>247</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 8 out. 1893. A. 22. N. 7.376. p. 2.

ali adotado, desde que o sufrágio da nação se pronunciou por ele", sendo "o exemplo de Portugal logo após seguido pelas nações da Europa". Diante disso, asseverava que não se deveria "falar em conspirações" que não existiam, "lançando desconfianças e animadversões onde só" deveria "existir o mútuo respeito e cordialidade de sentir". Mesmo assim, o periódico lisboeta declarava que não poderia "deixar de reconhecer que, em vista do lastimoso quadro" no qual se encontrava o Brasil, "e também na presença das curtas páginas da história daquela república", teriam "razão os que" sonhavam "com a restauração imperialista, acreditando achar-se nela o remédio aos males" que afligiam "a pátria". Desse modo, considerava que a "lição, conquanto pequena", porque era "curta ainda a vida da república", vinha sendo "grande nos seus efeitos e por demais dolorosa" para ser "desprezada"<sup>248</sup>.

A notícia do embarque de Augusto de Saxe para a América era também dada pelo *Comércio de Portugal*, destacando que tal viagem fora "empreendida no momento em que aquele grande país" se estorcia "nas medonhas convulsões de uma séria revolta militar" que poderia "decidir o seu destino". Em oposição aos adversários, dizia que para os que não acreditavam na restauração no Brasil, aquela informação deveria "ter causado enorme surpresa", não ocorrendo "o mesmo para os que sempre acreditaram que, passada a vertigem" na qual se produzira "aquele acontecimento funesto para a liberdade, para o sossego e quiçá para a independência do país", ele viria a se reabilitar, "fazendo sentar no

<sup>&</sup>lt;sup>248</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 24 nov. 1893. A. 22. N. 7.424. p. 2.; e 20 dez. 1893. A. 22. N. 7.449. p. 2.

trono, de onde ingratamente fora expulso o melhor dos monarcas e o melhor dos homens, um príncipe do seu sangue, para continuar as tradições gloriosas" que constituíam "a história do reinado de D. Pedro II, o magnânimo"<sup>249</sup>.

A respeito do mesmo tema, o *Comércio de Portugal* apontava que a restauração era "desejada pela grande massa da maioria da nação", a qual representava "o trabalho honesto, a atividade inteligente e o patriotismo desinteressado". Buscava explicar também que até mesmo "os velhos republicanos confessavam, sem rebuço, ainda que com profunda mágoa, que haviam sido iludidas as suas esperanças, desmentidos os seus propósitos", e "falseados os seus ideais". A folha considerava "que o maior erro do Brasil fora acreditar na lenda ridícula de que a monarquia era planta exótica e improdutiva no solo americano", quando em "verdade ela seria a única forma de governo que poderia dar garantias seguras a nacionais e a estrangeiros, de paz, de ordem, de liberdade e de desenvolvimento"<sup>250</sup>.

Com base em tais apreciações, o mesmo jornal afirmava que tudo aquilo seria "a prova real" de que no Brasil o que existia não era "uma república democrática e tolerante, como a desejavam os sinceros republicanos brasileiros, mas uma ditadura feroz", que atacava "a constituição e a segurança individual", não se limitando "a acumular de favores os amigos do ditador, mas a perseguir os que não" o incensavam, além de fazer de "uma política de rancores e de ódios a única preocupação do poder", que descurava e anarquizava "a administração"

<sup>&</sup>lt;sup>249</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 7 out. 1893. A. 15. N. 4.263. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>250</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 7 out. 1893. A. 15. N. 4.263. p. 1.

e sacrificava "o futuro do país". Assim, o *Comércio de Portugal* compreendia que a única solução para a crise brasileira seria "fatalmente a restauração monárquica", pois era isso o que queria "o povo brasileiro e, até agora, a sua voz" não fora "ouvida, abafada pelas baionetas e pelos canhões do exército e da armada", considerando como certo que, com a restauração, viriam "melhores dias para esse belo e simpático país"<sup>251</sup>.

Na mesma direção ia *A Correspondência do Norte*, ao vislumbrar a possibilidade da restauração no Brasil, para o qual estariam sendo preparados "novos e imprevistos acontecimentos", esclarecendo que, para aqueles que "de perto acompanharam o movimento político do Brasil, depois do desastroso movimento de 15 de novembro de 1889", aquela "solução estava prevista". O jornal citava as boas relações do príncipe Augusto de Saxe com algumas das dinastias europeias e esboçava uma biografia do mesmo, afirmando que ele reunia as qualidades para "a missão salvadora de restaurar a ordem no Brasil e de cercar de novos brilhos a bandeira brasileira". A publicação defendia que a ordem só seria restabelecida quando "o império da liberdade, da justiça e da lei" fosse "restaurado, que a independência e a unidade da gloriosa nacionalidade brasileira" fossem "asseguradas e garantidas", de modo que "novos dias de grandeza e de prosperidade" surgiriam, "desafrontados de perigos, para aquele belo e opulento país"<sup>252</sup>. Mais direto, o *Comércio de Portalegre* dizia que o Brasil

<sup>&</sup>lt;sup>251</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 7 out. 1893. A. 15. N. 4.263. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>252</sup> A CORRESPONDÊNCIA DO NORTE. Braga, 11 out. 1893. A. 14. N. 1.305. p. 1.

já não queria o "barrete frígio", pois cansara dele, de modo que "os insurretos" pretendiam "declarar imperador o filho primogênito dos Condes D'Eu"<sup>253</sup>.

As amplas dificuldades advindas para o contexto lusitano era outro dos pontos que a crítica da imprensa monárquica portuguesa levantava em relação à crise, cuja culpa era imputada à forma republicana no Brasil. De acordo com tal premissa, o *Diário Ilustrado* afirmava que todos sabiam "que da república do Brasil" vinham para os lusos, "em grande parte, as suas desgraças, podendo dizer-se que, sem o ter, Portugal já sofria do sistema republicano". A folha ilustrada dizia que todo o país estava "de acordo com esta opinião" o que era constatável através de sua própria imprensa, já que, até mesmo o jornalismo republicano "nem sequer" se atrevia "a justificar aquela política, que começara por fazer sindicatos, que num momento transformaram indigentes políticos em milionários", e que acabara, "com muitas outras coisas tristes de permeio, por bombardear cidades com todos os horrores de uma guerra civil". O periódico completava a ideia, destacando que "nas províncias, que tinham na colônia do Brasil os mais poderosos meios de vida e de fomento agrícola e industrial" estavam sendo ainda mais sentidos "os efeitos da famosa regeneração pela república", havendo "desabafos e protestos eloquentíssimos" quanto ao assunto, constituindo "a voz do país, do norte ao sul", representando "a grande maioria dos portugueses"254.

<sup>&</sup>lt;sup>253</sup> COMÉRCIO DE PORTALEGRE. Portalegre, 26 nov. 1893. A. 4. N. 205. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>254</sup> DIÁRIO ILUSTRADO. Lisboa, 4 out. 1893. A. 22. N. 7.373. p. 2.

Seguindo tal linha de abordagem, *A Folha da Manhã* explicava que muito deveria aos portugueses "preocupar a crise medonha", pela qual passava o Brasil, pois não seriam "tão somente os interesses comerciais, os econômicos e os financeiros", que deveriam "causar o maior cuidado sobre os terríveis desastres" que estariam "esmagando" aquele país, e sim "os liames de família e os vínculos do sangue", os quais traziam os lusos "no maior sobressalto por causa dessa guerra desastrosa e formidável", que se acendia "sinistra e terrivelmente". Diante disso, concluía que "a guerra aberta no Brasil" atirava "para Portugal, projéteis" que trucidavam, aniquilavam, incendiavam e arruinavam<sup>255</sup>. A tal constatação chegava igualmente *O Jornal do Povo* de Oliveira de Azeméis, ao esclarecer que todos sabiam "que as desgraças do Brasil" se refletiam "também nos destinos de Portugal, e que a guerra civil brasileira" servira para "agravar a crise econômico-financeira" atravessada pelo país ibérico<sup>256</sup>.

Ao ressaltar essas inter-relações entre o agravamento da crise portuguesa a partir da brasileira, *O Imparcial de Coimbra* lastimava que parecia pesar sobre Portugal, "implacavelmente uma fatalidade irredutível". Nesse sentido, constava que "a situação política cada vez" mais se agravava no Brasil, sem que houvesse "esperanças de se verem apaziguadas as paixões e dissidências" que traziam "ensanguentado o solo daquele grande e riquíssimo país", de modo que, perante tais "notícias aterradoras, uma verdadeira calamidade" haveria "de pesar muito

<sup>&</sup>lt;sup>255</sup> FOLHA DA MANHÃ. Barcelos, 21 set. 1893. A. 15. N. 734. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>256</sup> O JORNAL DO POVO. Oliveira de Azeméis, 23 set. 1893. A. 13. N. 1.314. p. 1.

duramente" sobre os lusos. De forma sintética, o jornal enfatizava os efeitos da crise brasileira no contexto lusitano e exclamava que, "para cúmulo da desgraça" aparecera "a revolta do Brasil para mais lhe embargar os passos no caminho da sua reabilitação econômica e financeira"<sup>257</sup>.

O assunto era ainda abordado pelo periódico *O Monitor* ao afirmar que "a ruína econômica" lusa já não conseguia achar "paliativo ou remédio nos auxílios que do Brasil, desde longa data, estava acostumado a aceitar", ficando ameaçadas "as estreitas relações" com aquele "florentíssimo país, mas em via de esfacelo pela aspérrima e rude luta, que entre si" levantava "a ambição dos seus políticos"<sup>258</sup>. Na mesma linha, *A Tarde* enfatizava que, "depois da malfadada revolução que ali implantou a república, e dos governos detestáveis e facciosos" que se seguiram, "a baixa do câmbio, a sua natural consequência", vinha privando Portugal "da remessa anual de milhares de contos de réis", o que prejudicara "de uma maneira notável a sua economia interna"<sup>259</sup>. Já *O Concelho de Mafra* diagnosticava os graves problemas que afligiam as finanças portuguesas e concluía que "por sobre todas estas calamidades, vieram ainda os últimos acontecimentos do Brasil – a guerra civil – entenebrecer mais o caliginoso horizonte da pátria"<sup>260</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>257</sup> O IMPARCIAL DE COIMBRA. Coimbra, 21 set. 1893. A. 11. N. 1.473. p. 1.; e 24 out. 1893. A. 11. N. 1.487. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>258</sup> O MONITOR. Leça da Palmeira, 17 set. 1893. A. 6. N. 363. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>259</sup> A TARDE. Lisboa, 2 out. 1893. A. 6. N. 1.765. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>260</sup> O CONCELHO DE MAFRA. Ericeira, 24 set. 1893. A. 1. N. 30. p. 1.

No centro das abordagens da imprensa monárquica acerca dos reflexos da crise da jovem república em relação à Portugal, encontrava-se também a questão da colônia lusa no Brasil. Nessa perspectiva, o Comércio de Portugal declarava que "algumas folhas republicanas" mostravam-se, "por vezes, indignadas pelo que os jornais monárquicos" escreviam "com respeito aos acontecimentos do Brasil, denunciando-os como inimigos deste país e acusando-os de provocarem a indisposição dos seus naturais contra os compatriotas ali residentes". A folha reagia, dizendo que, "averiguadas bem as coisas, os jornais acusados nunca disseram uma palavra, que pudesse melindrar o simpático povo brasileiro", bem como "nunca deixaram de fazer votos sinceros pelas suas felicidades", de modo que jamais teriam justificado "o que uns facciosos inconscientes ou perversos" vinham espalhando nos seus periódicos "ou nas suas conversações em lugares públicos, para incitar a animosidade contra os portugueses". Diante disso, afirmava que "toda a irritação dos republicanos" lusitanos advinha "dos monárquicos tirarem na sua imprensa as conclusões lógicas" do que poderia "ser a república em Portugal", a partir do que ela fizera com o Brasil. Dessa maneira, concluía dizendo que seria "claro que não" tinham "a menor sombra de plausibilidade essas censuras feitas à imprensa monárquica e que absolutamente nenhuma responsabilidade" lhe poderia "caber dos excessos que porventura se tenham praticado no Brasil contra os inofensivos patrícios", que não tratavam "senão da sua vida" e

importavam-se "tanto com a política dali, como com aquela" que pudesse "fazer o imperador da China"<sup>261</sup>.

Também *O Comércio do Vez* denunciava que havia "estrangeiros maltratados pela gente de Floriano", apontando que "os partidários" do presidente brasileiro se mostravam "ostensivamente agressivos com os estrangeiros", mormente os portugueses que eram insultados e contra os quais havia "muita má vontade"<sup>262</sup>. Esse desassossego era também manifesto pelo jornal *Novidades*, para o qual "a situação da colônia portuguesa do Brasil" não poderia "deixar de preocupar bastante, desde que o princípio da autoridade" soçobrara "de todo no meio da desordem triunfante e da anarquia", diante do que alertava ao governo, renovando o pedido que vinha fazendo desde que "os prelúdios da insurreição começaram a desenhar-se" para que olhasse "atentamente pela sorte da colônia cuja segurança" estaria "correndo gravíssimo risco"<sup>263</sup>.

Ainda sobre o mesmo tópico, o periódico *Novidades* dizia que a América do Sul mantinha-se "num estado de constante ebulição", de maneira que, "acostumada já a essa espécie de periodicidade das revoluções sul-americanas, a Europa" costumava "acompanhar apenas com uma atenção distraída os acontecimentos políticos e as peripécias bizarras dessa parte do Novo Mundo". Entretanto, no caso brasileiro, a folha percebia que as preocupações tornavam-

<sup>&</sup>lt;sup>261</sup> COMÉRCIO DE PORTUGAL. Lisboa, 12 dez. 1893. A. 15. N. 4.317. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>262</sup> O COMÉRCIO DO VEZ. Arcos, 16 nov. 1893. A. 9. N. 358. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>263</sup> NOVIDADES. Lisboa, 21 set. 1893. A. 9. N. 2.900. p. 1.; e 7 out. 1893. A. 9. N. 2.914. p. 1.

se significativas, ainda mais por causa dos interesses da colônia lusa, o que obrigava todos "a seguir com particular cuidado" o que estava se "passando no velho império, com as suas províncias desmanteladas e desconjuntadas, transformadas em pasto da revolta e da anarquia"<sup>264</sup>. Já o *Correio da Tarde* sugeria que, diante da revolução no Brasil, o governo luso deveria estar "preparado para toda e qualquer eventualidade", não podendo ficar como "indiferente espectador" diante dos riscos à colônia lusitana, até porque, "de um momento para outro" poderiam "os acontecimentos do Brasil mudar de aspecto e nestas coisas antes prevenir do que remediar"<sup>265</sup>.

Olhar para o que era considerado como o caos do Brasil republicano e observar os ensinamentos, os exemplos e as lições que dali poderiam ser tirados para aqueles que pensavam em modificar a forma de governo portuguesa, era outra pauta recorrente junto à imprensa monárquica lusitana. A esse respeito, o Diário Popular dizia que seria bom que "o povinho ingênuo, o papalvo, o bom do Zé Povinho" fosse "seguindo atentamente a marcha dos acontecimentos no Brasil", de modo que pudesse "se identificar plenamente acerca dos chamados 'processos republicanos' e dos 'excelentes resultados'" que poderiam "advir para um país da implantação forçada de um novo regime político, apregoado por um bando de visionários, de audaciosos, de ambiciosos e de especuladores". Na concepção do jornal, "a implantação do regime republicano naquele país" fora "bem forçada", pois quem a fizera não teria sido "o povo, isto é, o elemento

<sup>&</sup>lt;sup>264</sup> NOVIDADES. Lisboa, 9 out. 1893. A. 9. N. 2.915. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>265</sup> CORREIO DA TARDE. Lisboa, 21 set. 1893. A. 5. N. 1.371. p. 1.

democrático brasileiro, nem tampouco as classes dirigentes e predominantes pelo seu saber, pela sua inteligência ou pelo seu dinheiro", ou seja, "o elemento aristocrático ou plutocrático". Assim, constatava que "a república no Brasil" fora "proclamada e implantada por um punhado de ambiciosos políticos e por um punhado de militares" tal qual a "arruaça militar" ocorrida no Porto havia pouco tempo. Considerava que "em nenhum dos casos o povo" se manifestara, ou seja, "nem no Brasil nem em Portugal o movimento revolucionário" saíra "do meio das camadas democráticas" e "num como noutro país a ideia republicana" não passara "de uma conspiração misteriosa das redações e dos quartéis" 266.

Ainda segundo a concepção do *Diário Popular*, aquela "república saída de uma revolta militar, sem o mais ligeiro assentimento da nação", vingara "infelizmente no Brasil", mas não vingaria "em Portugal", pois se isso viesse a ocorrer, "só Deus" saberia "quantas calamidades teria acarretado sobre a terra portuguesa, quantos males e quantas desgraças teriam vindo junto a esta série de crises econômicas e financeiras" pelas quais passava o país. A folha mais uma conclamava para que atentasse "maduramente o povinho ingênuo e papalvo no que desde os fins de 1889" se vinha passando no Brasil, e dissesse se não fora "um acaso verdadeiramente providencial", ter sido" abortada a revolta do Porto". O jornal afirmava que, como a república fora feita pelos militares, "nada mais natural" que eles quisessem fazer dela "um instrumento exclusivo das suas ambições e vaidades" e, "quanto aos republicanos civis", esses não passavam "de uns teóricos balofos, tendo a mioleira embrulhada nas mesmas

<sup>&</sup>lt;sup>266</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 12 set. 1893. A. 28. N. 9.466. p. 1.

espessas teias de aranha" em que andavam "envoltas as mioleiras dos republicanos portugueses"<sup>267</sup>.

Centrando fogo contra o novo regime brasileiro, o Diário Popular declarava que aquilo que os "revolucionários fizeram, ao acabar com o império", não fora "mais do que decretar o esfacelamento e a ruína de um imenso e próspero país, o mais vasto e rico da América do Sul, e que sob o sábio governo de D. Pedro II, estava destinado a um futuro de incalculáveis riquezas". Afirmava ainda que, sob tal forma de governo, o Brasil só iria "cada vez mais afundando", ao "continuar nas mãos de ditadores como Floriano, da mesma espécie nociva dos Deodoros"; ou permaneceria "à mercê das sublevações"; ou ainda "se, passada a era dos ditadores de terra e mar, por sua desgraça" caísse "nas mãos dos positivistas brasileiros" que tinham "a mania de querer ensinar ao mundo" como se implantava "uma república sobre bases essencialmente democráticas e científicas". O periódico sentenciava que, se não chegasse "rapidamente o momento em que os elementos conservadores do extinto império" pudessem "tomar conta e dirigir os negócios e acabar com todos os devaneios federalistas e com todas as audácias militares", todos poderiam "estar certos" de que aquilo que fora "o grande e próspero Brasil", desapareceria "em breve, para ceder o lugar a um punhado de republiquelhas degeneradas" como aquelas que havia "no mesmo continente americano". O jornal ressaltava que sua mensagem tinha por intento "ver se o povinho português, ingênuo e papalvo", punha "os olhos nos acontecimentos do Brasil, a fim de evitar que mais cedo ou mais tarde os

<sup>&</sup>lt;sup>267</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 12 set. 1893. A. 28. N. 9.466. p. 1.

republicanos de cá" fizessem "a este país o mesmo que ao Brasil fizeram os republicanos brasileiros" <sup>268</sup>.

Nesse mesmo sentido dos ensinamentos, *O Manuelinho de Évora* definia que os portugueses deveriam ver-se "bem e à vontade nesse espelho", que lhes defrontava no Brasil, pois, era verdade que ele estava longe, mas seria "tão grande e tão claro" que os lusos poderiam "facilmente ver nele reproduzido" o seu "destino, se a providência um dia" os desamparasse, "como desamparou aquela infeliz nação". Mantendo o tom de veemência, a folha exclamava que "a leviandade e a ambição" operavam "transformações tão completas", devendo servir "de exemplo o infortúnio daquela boa irmã", para que os lusitanos viessem a ter "juízo". Segundo o periódico, assim que mudara sua forma de governo, aquela "grande nação" não tivera "no decurso de guase cinco anos, nem mais um dia de ventura" e, tão "enorme desgraça" tinha de servir como "um grande exemplo". Permanecendo no sentido da exortação, a publicação dizia que deveriam ser colocados os olhos no Brasil para ver se não havia "absoluta necessidade de todos" estarem "precavidos contra qualquer cilada", que proporcionasse à Portugal, "as horas de amargura" pelas quais vinha e continuaria passando aquela "tão rica como poderosa nação" 269.

A constatação de que "a lição" vinha sendo "cruel para aqueles que julgaram ver na implantação da república no Brasil um fato indiferente, senão auspicioso, para o futuro daquela grande nação" era explicitada pelo jornal

<sup>&</sup>lt;sup>268</sup> DIÁRIO POPULAR. Lisboa, 12 set. 1893. A. 28. N. 9.466. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>269</sup> O MANUELINHO DE ÉVORA. Évora, 28 set. 1893. A. 13. N. 648. p. 2.

Novidades, que esclarecia não sentir "com isso o menor contentamento", mas não poderia "deixar de registrar o ensinamento desolador, que de tão triste espetáculo" era coligido<sup>270</sup>. A *Tarde* também dizia que as informações oriundas do Brasil eram "unânimes em patentear um exemplo" que deveria "servir de lição aos ingênuos e aos crédulos" que se deixavam "iludir com declamações balofas, e que levados na turba dos especuladores", iam "concorrendo para os desastres" que comprometiam "o bem estar de uma nação" e faziam "recear pelo seu futuro"<sup>271</sup>. O Lojista ia na mesma direção, afirmando que o Brasil dava um "tremendo ensinamento" aos que pensavam "ser necessária a revolução para realizar as conquistas, que tarde ou cedo" teriam "de trazer a evolução pacífica, pela qual homens e nações" poderiam realizar suas ambições. Tal folha conclamava para que pusessem "os olhos na situação dos estados brasileiros", todos aqueles que imaginaram "ser a revolução a cornucópia dos benefícios e a fonte ubérrima da prosperidade"<sup>272</sup>.

A mesma postura adotava *O Repórter*, segundo o qual o povo português deveria "por os olhos no descalabro" que se sucedera "à implantação da república no Brasil", com "quedas de ministérios e de presidentes, tumultos sanguinários, tentativas separatistas, insurreições militares", e tudo o mais que havia "surgido à superfície, como um tumor maligno, abalando o antigo império do Novo Mundo até aos fundamentos da sua organização social". Buscava

<sup>&</sup>lt;sup>270</sup> NOVIDADES. Lisboa, 15 set. 1893. A. 9. N. 2.895. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>271</sup> TARDE. Lisboa, 18 set. 1893. A. 6. N. 1.753. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>272</sup> O LOJISTA. Lisboa, 27 set. 1893. A. 2. N. 74. p. 2.

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

esclarecer que aquele "desgraçado painel", em que se desenhavam "as lutas egoístas da decantada democracia" estava ali "bem patente a todos os olhos" que o quisessem ver, e nele se poderiam "estudar as consequências de uma desordenada aspiração, sem bases" que a legitimassem. Considerava que "a mudança de um regime político" só deveria ser feita "pela natural evolução progressiva", que apenas poderia "partir da concepção de elevados ideais e nunca de mesquinhos interesses", de maneira que "os desastres do Brasil" poderiam "ser considerados, à face da superior justiça, como a expiação dos seus erros"<sup>273</sup>.

Ainda de acordo com a visão de *O Repórter* fora "má para o Brasil" e para Portugal "a mudança de instituições" brasileiras, mas considerava que "mais triste" seria "se esta dolorosa experiência de alguns anos" não servisse, "ao menos, para tomar agora por outro caminho de disciplina, de moralidade, de ordem, depois de meio século de paz e de prosperidade que lhe assegurara e lhe deixara o império". Para o jornal, o Brasil estava "atravessando a mais terrível crise da sua história política", devendo lembrar-se os portugueses, "seus irmãos pelo coração e pelo sangue", que era "da inconfessável ambição de alguns", que nascera "toda esta pavorosa situação", que ameaçava "arruinar aquela nação florescentíssima". Mantendo a perspectiva do ensinamento, a folha ordenava que todos vissem que lucrara "muito o Brasil com a mudança das instituições",

<sup>&</sup>lt;sup>273</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 9 set. 1893. A. 2. N. 501. p. 1.

ou seja, "do mais opulento império do mundo", poderia "tornar-se, a breve trecho, numa das mais desorganizadas repúblicas da América"<sup>274</sup>.

Assim, as publicações monárquicas lusas se utilizaram em larga escala da crise institucional no Brasil para comprovar suas teses antirrepublicanas. Tais periódicos intentavam demonstrar aos seus leitores quantos malefícios advinham de uma mudança na forma de governo e como poderia ser benéfica e recompensadora a manutenção do *status quo* reinante. Nesse sentido, tais folhas potencializavam as contingências brasileiras ao cúmulo máximo, mostrando em tintas tenebrosas e escatológicas que o Brasil enfrentava o caos e, à beira do abismo, poderia estar nos estertores de sua hora derradeira. Desse modo, "toda essa ampla mobilização do jornalismo monárquico luso teve como principal meta demonstrar que os fatos ocorridos no Brasil em 1893" estariam a constituir "a prova fidedigna de que a forma republicana de governo era inaceitável no Brasil e, principalmente, em Portugal"<sup>275</sup>.

# A imprensa republicana

Os elementos constitutivos da crise brasileira de 1893 significaram "um considerável baque para a imprensa republicana portuguesa, pois seus representantes tiveram de lançar mão de uma série de estratégias discursivas" visando "justificar que a república no Brasil ainda estava marchando a passos

<sup>&</sup>lt;sup>274</sup> O REPÓRTER. Lisboa, 14 set. 1893. A. 2. N. 505. p. 1.; e 20 set. 1893. A. 2. N. 510. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>275</sup> ALVES, 2012. p. 206.

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

firmes no caminho da sua consolidação". Em direção a tal intento, "as folhas republicanas diminuíram suas incursões no debate das questões brasileiras", chegando a promover um silenciar quanto a tais temas ou ainda preferiram "adotar uma postura" mais próxima da informativa. Entretanto, "quando não se podiam furtar de abordar o tema, buscaram suavizar a crise e reduzir seus efeitos, sem se esquecer de imputar parte da culpa pelas dificuldades aos restauradores", demonstrar uma certa normalidade para os acontecimentos no Brasil e apresentar a ideia de que não era a forma de governo a responsável pelas dificuldades brasileiras, além de "sustentar o conflito discursivo contra as folhas monárquicas"<sup>276</sup>.

Silenciar sobre obstáculos ocorridos no Brasil ou mesmo restringir-se a noticiá-los, sem emitir opiniões mais densas foi uma das estratégias colocadas em prática pelo periodismo republicano, no intento de abafar em parte a crise da jovem república. A folha que mais se utilizou de tal estratagema foi *O Século*, apresentando breves notas sobre o início da revolta no Brasil, apresentando as informações com reservas e limitando-se a fazer transcrições, sem nenhuma matéria editorial em todo o setembro de 1893, numa tentativa de amenizar os óbices enfrentados pela república no Brasil. O jornal se referia à falta de notícias, mas "como os acontecimentos do Brasil" interessavam "sobremaneira o país", e como não poderia "confiar em absoluto quer nos telegramas, quer nos jornais"

<sup>&</sup>lt;sup>276</sup> ALVES, 2012. p. 213.

que chegavam "daquela república", procuraria "obter informações junto aos passageiros" chegados à Lisboa<sup>277</sup>.

O Século iria persistir na argumentação de que continuavam "a carência e o desencontro de notícias". Recorrendo a uma visão reducionista da revolta no Brasil a uma disputa entre Floriano Peixoto e Custódio de Melo, e, supostamente, pela carência de informações confiáveis, o jornal dizia que não era "possível ainda, mesmo" que se desejasse, "formar uma ideia clara e completa dos acontecimentos no Rio de Janeiro". Argumentava ainda que existiam incertezas, se formavam boatos e se forjavam telegramas, conduzindo todos "à confusão, com intentos que não" poderia "definir". A toada permanecia a mesma, e o periódico afiançava que eram "absolutamente insignificantes as notícias sobre os acontecimentos do Brasil" que poderiam ser relatadas. Diante da ventilada possibilidade do retorno do príncipe Augusto de Saxe para o Brasil, a publicação afirmava que preferia "desconsiderar as notícias trazidas por outros jornais". Mantendo uma postura supostamente noticiosa, O Século iria mais uma vez recorrer a notícias trazidas pelos passageiros que chegavam à Lisboa, considerando que as mesmas não eram "animadoras". Já no último mês de 1893, o jornal permanecia argumentando que se continuava "como no primeiro dia, sem poder formar opinião segura sobre os sucessos" no Brasil, e "sem mesmo poder calcular" quando terminaria a luta, a qual qualificava apenas

<sup>&</sup>lt;sup>277</sup> O SÉCULO. Lisboa, 8 set. 1893. A. 13. N. 4.174. p. 1.; 9 set. 1893. A. 13. N. 4.175. p. 1; 12 set. 1893. A. 13. N. 4.178. p. 1.; e 4 out. 1893. A. 13. N. 4.200. p. 1.

como "um duelo entre exército e Marinha, no qual o país, o grande público, pouco interessado" estava<sup>278</sup>.

Como haviam feito em 1891, as folhas republicanas buscavam, em 1893, tentar demonstrar que havia uma certa normalidade nas circunstâncias do Brasil, dessa vez com bem mais dificuldades, tendo em vista a maior intensidade dos problemas. Nesse sentido, A Vanguarda reconhecia que estavam "se dando no Brasil acontecimentos cuja gravidade" não procuraria "contestar, mas cujas consequências", buscava assegurar, não seriam "funestas nem perigosas para a manutenção do regime republicano no sul da América", uma vez que se tratava "de um luta de classes mais ou menos justificada, que aliás" se poderia "dar em todos os regimes e de uma excitação do espírito público mais ou menos passageira, que por muitas vezes" se dera "no tempo do império"<sup>279</sup>. Em sentido próximo, A Voz Pública intentava justificar, utilizandose de exemplos da história, as crises pelas quais passavam as repúblicas até a sua consolidação. Desse modo, tal folha considerava que aquela "aparente instabilidade dos negócios do Brasil" significava que na jovem república havia "vida, amor à liberdade, responsabilidades e patriotismo enfim", ao passo que na monárquica Portugal, só haveria sossego, porque prevaleciam "bajulação, medo, miséria, despotismo e impunidade"280.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>278</sup> O SÉCULO. Lisboa, 5 out. 1893. A. 13. N. 4.201. p. 1.; 7 out. 1893. A. 13. N. 4.203. p. 1.; 10 out. 1893. A. 13. N. 4.206. p. 1.; 11 out. 1893. A. 13. N. 4.207. p. 2.; 12 out. 1893. A. 13. N. 4.208. p. 1.; e 2 dez. 1893. A. 13. N. 4.259. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>279</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 9 set. 1893. A. 3. N. 796. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>280</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 14 set. 1893. A. 4. N. 1.047. p. 1.

Segundo A Evolução, a revolta no Brasil era normal, pois, nas repúblicas, ela significaria a base da reação popular. Nesse sentido, considerava que o "estado de sublevação e resistência ao governo" seria natural, estando cada um a defender a sua perspectiva da causa republicana. A partir de tal constatação, a folha buscava demonstrar que até mesmo a guerra poderia trazer lições para Portugal, pois "aquele povo que os portugueses consideravam indolente, indiferente, fraco e sem educação cívica no tempo do império", respondia, ensinando aos lusos como se depunha "um governo, um trono, quando persistentes na administração" que arruinava e desgraçava "um país", como no caso do contexto lusitano. Dessa maneira, declarava que, em Portugal, todos viam "os grandes escândalos, os roubos, os assaltos ao tesouro público", e se queixavam "das injustiças e tricas dos governos e da escandalosa tributação" que recaía "sobre o povo" que não poderia suportá-la. E concluía que, apesar disso, a nação lusa permanecia com "o sangue empobrecido pela corrupção da educação cívica que lhes ministraram", e, por isso, pasmava "em vez de seguir o exemplo"281.

O jornalismo republicano português passaria a procurar alguns dos possíveis culpados pelas dificuldades brasileiras, tendo por objetivo isentar plenamente a forma republicana de ser imputada de tal culpabilidade e supostamente esclarecer a opinião pública lusa a tal respeito. Tal estratégia já era utilizada mesmo alguns meses antes do espocar da revolta, como o fez *O Debate* que se dizia "dominado pelo desejo veemente que desde muito"

<sup>&</sup>lt;sup>281</sup> A EVOLUÇÃO. Angra do Heroísmo, 11 out. 1893. A. 8. N. 319. p. 1.

alimentava, "de combater, de desfazer os juízos errôneos que a grande maioria dos portugueses" mantinham "a respeito das coisas do Brasil". Para o jornal, "esses inveterados preconceitos e essas falsas opiniões" vinham resistindo "tenazmente à ação evidenciada dos fatos, que desgraçadamente" tendiam "a perdurar", constituindo um legado ainda dos tempos coloniais, mas atalhava que tais percepções deveriam ser refeitas a partir do "estudo sincero e profundo da evolução que o país" tinha percorrido. Justificando a crise, a folha dizia que o Brasil era "um país infante" e "as passadas" que iniciara "na senda do progresso" eram "ainda oscilantes", diante do que necessitava "do concurso de todos os seus filhos, nos diversos ramos da atividade". Defendendo a causa republicana, o periódico declarava que, "no empenho e no encargo" de fazer o Brasil "conhecido dos portugueses", o seu "espírito de revoltado jamais" admitiria "uma farsa" 282.

O intento de isentar a república era também empregado pela publicação *O Povo de Aveiro*, ao apontar que não faltaria quem pretendesse "atribuir às instituições republicanas a causa dos sucessivos pronunciamentos do Brasil", contradizendo tal pressuposição, e citando os casos de estabilidade das repúblicas estadunidense, suíça e francesa. Destacava que se tratava de uma "questão muito diferente", uma vez que "se a república" era "muito superior, como forma política, à monarquia, nem por isso" deixava "de estar sujeita à desmoralização e corrupção dos homens", enfatizando as falhas da república oligárquica em contraposição ao ideal da república democrática. Em um recurso

<sup>&</sup>lt;sup>282</sup> O DEBATE. Porto, 6 mar. 1893. A. 1. N. 3. p. 1.; e 25 maio 1893. A. 1. N. 25. p. 1.

discursivo extremado, a folha afirmava que "as manifestações" que ocorriam "no Brasil, não surgiram ontem", pois "essa anarquia vinha de longe, vinha da monarquia", ou, em outras palavras, "a indisciplina era filha do império". Diante disso, o periódico garantia que "a reação, porém, tarde ou cedo" haveria "de surgir", momento em que "a república" entraria "no caminho sereno". Mantendo seu esforço discursivo, a publicação declarava que no Brasil haviam chegado "ao poder uma turbamulta de especuladores, republicanos que só queriam a república para comer", além de "monárquicos que tendo sido monárquicos para especular, se aproveitaram da república para o mesmo fim" e era aquele "o estado do Brasil", não devendo ser acusada "a república" e sim "a imoralidade, que tinha lavrado fundo, e muito fundo", só faltando "atear o incêndio" 283.

A Vanguarda igualmente buscava isentar a república e imputava a culpa das dificuldades ao militarismo. Segundo a folha, "a república governada por militares, quase sem o concurso dos antigos republicanos de princípios", ressentia-se "do mal" que era "inerente a todos os governos militares". Argumentava que, diante disso, "o povo, cansado de sofrer as imposições das casernas", almejava "por ter um governo verdadeiramente republicano", que garantisse "todos os direitos" e assegurasse "o respeito pelas leis", de maneira que "a reação do espírito público contra a ditadura do exército" seria "perfeitamente natural e justificada no Brasil". O periódico buscava evidenciar que não estava sendo contestada "a forma de governo do Brasil", pois ali "ninguém" pensava "a sério" em "restabelecer o império", sendo aquela "a forma

<sup>&</sup>lt;sup>283</sup> O POVO DE AVEIRO. Aveiro, 10 set. 1893. A. 12. N. 667. p. 1.; e 17 set. 1893. A. 12. N. 669. p. 1.

definitiva do governo daquele grande país e todos os brasileiros" queriam que ela fosse "mantida", uma vez que "o povo brasileiro" realmente se revoltara "contra a falsificação dos princípios democráticos e contra o abuso" dos que se encontravam "no poder"<sup>284</sup>. Já *A Voz Pública* intentava garantir que "a obra da emancipação brasileira" estava garantida e superaria a crise, devendo os brasileiros erguerem uma "muralha da China, contra a imbecilidade sebastianista" e buscar uma "administração mais regrada e o mútuo respeito entre o cidadão e o estado, entre a constituição e o poder civil e militar"<sup>285</sup>.

Com o arrefecimento da revolta, a imprensa republicana passaria a adotar com mais tranquilidade o lado do governo de Floriano Peixoto, sintetizando na vitória da legalidade, o triunfo da própria república, passando mais uma vez a imputar aos inimigos do regime a qualificação de restauradores sebastianistas. Promovendo uma guinada discursiva, *O Século* dizia que "a legalidade" triunfara "graças à persistência inabalável do presidente", de maneira que não se poderia compreender nem desculpar "o procedimento dos revoltosos num país livre e democrático, como os Estados Unidos do Brasil". O jornal argumentava que "o passo errado" dos insurretos só conseguira "dar alentos" aos que sonhavam "ainda com a restauração do império", a partir da adesão de monarquistas e "com a alegria manifesta na Europa pelos denominados sebastianistas do império brasileiro"<sup>286</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>284</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 11 set. 1893. A. 3. N. 798. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>285</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 16 set. 1893. A. 4. N. 1.049. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>286</sup> O SÉCULO. Lisboa, 25 mar. 1894. A. 14. N. 4.369. p. 1.

No mesmo sentido, O Século afirmava que "o triunfo alcançado pelo poder constituído sobre os insurretos" representava, "a manutenção da forma republicana, proclamada como a melhor garantia de ordem e progresso do povo brasileiro", bem como "a estabilidade da constituição federal e a integridade da pátria brasileira". O periódico constatava que, se "vencesse a ideia da restauração imperialista" ou "a aspiração de uma república unitária e centralista", traria um "resultado fatal e inevitavelmente a desagregação dos estados". Definindo os adversários que deveriam levar a culpa pela crise, o jornal argumentava que "as lutas civis, as ambições desregradas de uns, os sebastianismos de outros, vieram embargar o desenvolvimento logo aos primeiros passos" da jovem república, "mas, vencidos esses obstáculos", seria "de esperar que o Brasil" entrasse "de vez no caminho dos seus grandes e inadiáveis melhoramentos materiais e intelectuais". A partir de tal prognóstico, a folha dizia ter "plena confiança no futuro da grande república" e, se não surgissem "novas e imprevistas complicações, fruto de insofridas ambições ou de impaciências irrefletidas", seria "de crer que a grande nação brasileira" entrasse "definitivamente num período brilhante de desenvolvimento e de florescência"287.

O conflito discursivo também foi entabulado pelo jornalismo republicano, na busca de deslegitimar, desmentir e contradizer os pressupostos estabelecidos pelos jornais monárquicos. Nesse quadro esteve *O Século* ao afirmar que era "deplorável a atitude de uma parte da imprensa" lusa diante dos acontecimentos

<sup>&</sup>lt;sup>287</sup> O SÉCULO. Lisboa, 23 abr. 1894. A. 14. N. 4.398. p. 1.

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

no Brasil, "pelas consequências desastradas que daí" poderiam advir. A folha exigia que a imprensa portuguesa guardasse uma "certa neutralidade" diante dos fatos, declarando que não poderia "assistir sem profunda dor e indignação, à hostilidade revelada por uma grande parte da imprensa contra a república" Brasileira. Perante tais argumentos, o periódico aconselhava que deveriam moderar "os colegas monárquicos as suas fúrias", se não desejassem "que por causa delas" sofressem "os compatriotas que lá" estavam ou tinham "os seus haveres" 288.

Ao mesmo respeito, *O Século* declarava que "a campanha antibrasileira movida por uma parte da imprensa", não só excitava "a animadversão contra os portugueses", como tirava "aos amigos brasileiros a força moral para continuarem a mostrar o desenvolvimento da corrente" que era "hostil" aos lusos. A folha insistiria no tema, apontando várias vezes para "os riscos da difamação" ao Brasil, promovida por parte do jornalismo lusitano. Ainda sobre o tema, o periódico republicano afirmava que a continuidade da guerra civil no Brasil parecia "divertir muito certos jornais". Diante de tal comportamento considerado reprovável, a publicação antimonárquica dizia que "do não completo conhecimento dos fatos e, pior do que isso, das opiniões preconcebidas" resultava "sempre uma falsa e errônea interpretação dos acontecimentos"<sup>289</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>288</sup> O SÉCULO. Lisboa, 26 out. 1893. A. 13. N. 4.222. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>289</sup> O SÉCULO. Lisboa, 4 nov. 1893. A. 13. N. 4.231. p. 1.; 6 nov. 1893. A. 13. N. 4.233. p. 1.; 22 nov. 1893. A. 13. N. 4.249. p. 1.; 27 nov. 1893. A. 13. N. 4.254. p. 1.; e 19 fev. 1894. A. 14. N. 4.336. p. 1.

Outra publicação que buscava dar uma resposta ao periodismo monarquista, era *A Luta*, quando explicava que "as perturbações que, de quando em quando" assaltavam "a nascente república brasileira", vinham "sendo para os monárquicos nova e festejada mina", a qual exploravam, "para ver se de algum modo", conseguiam "enfraquecer e desprestigiar as auspiciosas instituições democráticas implantadas naquelas ricas e formosas regiões" sulamericanas, que não poderiam "fazer odiosa exceção e desolador contraste com as florescentes repúblicas do norte". Para a folha, a república haveria "de forçosamente abordar e saltar nas terras de Santa Cruz e estabelecer-se no Brasil logo que as circunstâncias permitissem e facilitassem a sua arribada", de modo que tais "circunstâncias vieram, e com elas" viera "também fatalmente o estabelecimento e a naturalização da república"<sup>290</sup>.

A Luta criticava ainda os "crentes sonhadores" e "velhacos calculistas que maliciosamente" especulavam "com a possibilidade impossível de uma restauração efêmera", prevendo que "o império" morrera "para sempre no Brasil". O periódico considerava que a monarquia brasileira morrera de forma natural, pela própria evolução histórica, de modo que seria "um erro atribuir ao militarismo, que simplesmente" guardara "o berço da república", e amparara "os seus primeiros e arriscados passos", diante "dos graves acontecimentos que os monárquicos tão pressurosamente" propalavam, apregoavam, exageravam e inventavam. A folha republicana considerava que esta atitude das gazetas monárquicas prendia-se à vontade de "abalar ou destruir as instituições

<sup>&</sup>lt;sup>290</sup> A LUTA. Funchal, 21 out. 1893. A. 6. N. 237. p. 1.

republicanas em proveito do império perpetuamente eliminado nas regiões da América", bem como "para escorar e fortalecer as decadentes e moribundas monarquias da Europa chegadas já ao último termo da sua estéril e inglória existência", com a "sua provecta e esgotada proliferação dinástica"<sup>291</sup>.

Também A Vanguarda destacava que as folhas monárquicas pretendiam "iludir a opinião pública, convencendo-a de que apenas com o regime monárquico um país" poderia "gozar prosperidades e manter a ordem pública". A publicação republicana dava uma resposta aos adversários, declarando que os brasileiros eram "completamente estranhos a quaisquer manejos imperialistas", e, mesmo assim, continuavam "os jornais monárquicos apreensivos pela sorte da república". Perante tal questão, a folha enfatizava que não deveria haver sustos, pois "a prova da consolidação da república" no Brasil estava "perfeitamente demonstrada na firmeza com que ela" vinha afrontando "as pressões internas". Dessa maneira, conjeturava que, "se os monárquicos no Brasil tivessem força e valor, já a teriam mostrado", mas "a verdade" era que "o povo brasileiro" tinha "desprezado por completo os pescadores de águas turvas". A Vanguarda permaneceria no tema, atacando a imprensa monárquica por colocar em risco a colônia lusa no Brasil<sup>292</sup>. Tal publicação acabaria por sintetizar em seus escritos o confronto discursivo estabelecido com os seus inimigos políticos:

-

<sup>&</sup>lt;sup>291</sup> A LUTA. Funchal, 21 out. 1893. A. 6. N. 237. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>292</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 9 set. 1893. A. 3. N. 796. p. 1.; 10 set. 1893. A. 3. N. 797. p. 1.; 27 out. 1893. A. 3. N. 844. p. 1.; e 29 out. 1893. A. 3. N. 846. p. 1.

O que não podemos deixar passar em julgado é a leviandade, ou antes, a especulação com que várias gazetas monárquicas têm apreciado a situação do Brasil, fantasiando alguns fatos, adulterando outros e tirando a todos eles a sua verdadeira significação. (...)

Temos forçosamente de lhes recordar quanto é incorreto este procedimento e quanto pode até ser prejudicial. (...)

Realmente, querer deduzir do que se tem passado no Brasil, uma ilação menos lisonjeira e um prognóstico mais reservado para qualquer república que se viesse a implantar em Portugal, é um manifesto contrassenso, desde que na república brasileira não se têm seguido princípios democráticos, nem acatado praxes constitucionais. (...)

Sejam, portanto, os jornais monárquicos mais corretos, sensatos e prudentes no que escreverem acerca da situação do Brasil.

Porque essa situação é grave, e por que numa república nascente se está travando uma luta, que em todos os regimes seria igualmente possível, não tentem os jornalistas monárquicos ludibriar o espírito público, fazendo-o esquecer, pelo que se passa no Brasil, os atos escandalosíssimos, e os grandes desvarios que a monarquia tem feito e continua a fazer em Portugal! (...)

Desde 15 de novembro de 1889, a imprensa monárquica portuguesa não deixou ainda um instante de deprimir e hostilizar os governos da república, usando de todos os meios e processos pra ferir e desacreditar na Europa esses governos.

Ora, desta obra persistente tem resultado a animadversão cada vez maior que no Brasil se está manifestando contra os portugueses (...).

Dadas as nossas relações com o Brasil, a imprensa monárquica devia ter máximo cuidado em não fazer supor ao povo brasileiro, que a queda do império havia transformado Portugal em inimigo declarado da grande nação portuguesa na América. (...)

[No Brasil] a forma de governo é indestrutível. É preciso não fazer a menor ideia do estado de espírito do povo brasileiro, para se supor o contrário. (...)

A revolução de 15 de novembro de 1889, apesar da perturbação atual, marca um progresso assinalado que ninguém tem força para destruir e cujos efeitos benéficos a nação brasileira há de sentir de um modo tanto mais pronunciado

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

quanto mais for aperfeiçoando as suas instituições democráticas, que estão ainda longe de ser perfeitas.<sup>293</sup>

Ainda contradizendo as publicações monarquistas, *A Voz Pública* reagia ao argumento de que o cunho militar estaria a retirar a legitimidade da república no Brasil, afirmando que "a propósito dos últimos acontecimentos dos Estados Unidos do Brasil, as folhas monárquicas" desfaziam-se "em invectivas violentas contra o predomínio nefasto do militarismo". Perante tal constatação, o periódico dizia que era "realmente curioso que os defensores estipendiados de uma causa" que só era apoiada em Portugal pelo militarismo, viessem a "insurgir-se precisamente contra a instituição que, provisoriamente", lhes garantia "a impunidade dos seus altos feitos". Explicando que "a monarquia em Portugal" só vivia "pela proteção da força armada", exortava os "senhores monárquicos" a argumentar "com mais alguma reflexão e cautela", não mais praticando aquela "deplorável incoerência" 294.

Insistindo na temática, *A Voz Pública* acusava "os monárquicos portugueses, na sua imprensa assalariada", de desembestarem "considerações sobre os incidentes transitórios do Brasil". Segundo a folha republicana, naquele país havia "temperamento revolucionário" que promovera "a passagem rápida de um sistema estigmatizado bruscamente com uma revolução". Destacava ainda que no Brasil havia a "coragem precisa para impor o domínio da

<sup>&</sup>lt;sup>293</sup> A VANGUARDA. Lisboa, 11 out. 1893. A. 3. N. 828. p. 1.; e 13 out. 1893. A. 3. N. 830. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>294</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 13 set. 1893. A. 4. N. 1.046. p. 1.; e 19 set. 1893. A. 4. N. 1.051. p. 1.

harmonia e da moralidade no poder". Em comparação, dizia que, em Portugal, havia "a desorganização em todos os serviços públicos, a ruína geral declarada, a fome e a bancarrota" e, "apesar de tudo, os causadores de mil opróbrios", tentavam "conspurcar um regime sadio, moralizador e conducente ao indestrutível poder do Brasil". Com veemência, a folha vaticinava que, a partir daquela "tática", os "desgraçados sebastianistas", tornaram-se "incompatíveis com a república que nunca" estenderia "a mão" a eles, de modo que aqueles "mendicantes e blasonadores, descorteses e imbecis" deveriam contar "que nunca" conquistariam "da república um tratado de comércio" que evitasse "a fome" e atenuasse "as misérias" por eles espalhadas "pelo país", com os seus "crimes insanáveis"<sup>295</sup>.

As respostas do jornal *A Voz Pública* também se direcionavam às possíveis tendências restauradoras que estariam se organizando em relação ao Brasil. Com ironia, a folha narrava que "os telegramas de origem sebastianista ou mercenária que por vias diversas" chegavam "à Europa sobre os recentes acontecimentos do Brasil", constituíam "um capítulo desopilante da história burlesca das tentativas de restauração monárquica em terras de Santa Cruz". Perante tal circunstância, o periódico dizia que "o simples bom senso e um conhecimento, embora imperfeito, do caráter, dos costumes e da índole do povo brasileiro", assim como "das repúblicas limítrofes bastariam para levar os especuladores impenitentes ao convencimento na absoluta impossibilidade na

<sup>&</sup>lt;sup>295</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 26 set. 1893. A. 4. N. 1.057. p. 1.

realização do sonho imperialista", que seria uma "lenda de ontem e que, no entanto", parecia "diluída já nas brumas de um passado longínquo"<sup>296</sup>.

No mesmo sentido, *A Voz Pública* reconhecia que havia uma crise no Brail mas defendia que ela resultara "de motivos absolutamente estranhos à questão das formas de governo" e que tais dificuldades eram até mesmo peculiares "a todas as transformações políticas no sentido ampla e largamente democrático". Na opinião da folha, "o maior infortúnio que poderia suceder ao Brasil seria a restauração imperialista", pois, "no estado em que esse país" se encontrava "o resultado era fácil" de prever, "ou uma tentativa efêmera, ridícula pela sua pequena duração, ou o desmembramento do Brasil nos estados da federação". Nesse sentido, dizia que as folhas monarquistas poderiam "aventar sobre o Brasil as mais disparatadas hipóteses porque, na falta de informações positivas, a liberdade de fantasia" era "de lei, menos a do regresso ao regime monárquico", porque assim caíam no "ridículo". Com desdém, o periódico dizia que não havia espaço para a restauração, "ainda mesmo com o menino Augusto, rapazelho de várias esperanças e não menores desilusões", uma "figurinha de Saxe inventada para maior glória e distração dos sebastianistas"<sup>297</sup>.

Assim se posicionaram as publicações republicanas diante daquelas contingências brasileiras de 1893. Fosse pelo silêncio, ou ainda pelo esforço discursivo em demonstrar que a crise não era tão grave, tais jornais buscavam demonstrar que a jovem república estava ainda firme. Dessa maneira, "segundo

<sup>&</sup>lt;sup>296</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 14 out. 1893. A. 4. N. 1.073. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>297</sup> A VOZ PÚBLICA. Porto, 14 out. 1893. A. 4. N. 1.073. p. 1.

o jornalismo republicano, os obstáculos advindos da guerra civil não teriam por significado a crise do regime, o qual permaneceria sendo sustentado" como o modelo ideal, "tanto para o Brasil quanto para Portugal". Nessa linha, "ainda que em alguns casos tenha amenizado suas manifestações, tendo em vista a gravidade da crise brasileira", a imprensa republicana "não desistiu do combate e, apesar das dificuldades, continuou utilizando a república" no Brasil como um exemplo para as "pretensões que tinha em relação à pátria lusitana" 298.

# Os periódicos caricatos

Uma mudança drástica ocorreria nas folhas portuguesas voltadas ao humor, representadas pelo periodismo caricato, por ocasião da abordagem dos episódios que marcaram a crise brasileira de 1893. Ao contrário de 1889 e 1891, as referências ao Brasil foram pouquíssimas, além de não ter praticamente se desenvolvido o debate e o espírito crítico. As caricaturas prenhes em simbolismo e significação e os textos irônicos, ácidos e ferinos dariam lugar a uma abordagem predominantemente descritiva que mais aproximava tais semanários das características discursivas da imprensa dita séria, do que dava vazão ao seu estilo próprio que tanto o distinguia daquela. Dessa maneira, "a gravidade dos fatos transcorridos no Brasil em 1893 viria a servir como um fator limitador à prática normal de um jornalismo de cunho crítico-opinativo de parte da imprensa caricata". Nesse sentido, "a querra de certo modo deteve até mesmo

<sup>&</sup>lt;sup>298</sup> ALVES, 2012. p. 213 e 219-220.

o humor que parecia não encontrar limites para a sua visão zombeteira da realidade"<sup>299</sup>.

Essa radical alteração de comportamento ficou bem expressa no caricato O Antônio Maria que nos anos de 1893 e 1894 passava por certas dificuldades em manter a sua periodicidade semanal, chegando a haver meses em que foi a público apenas um único número. No que tange, aos temas relacionados ao Brasil, tal hebdomadário, que abordara fartamente os acontecimentos nos momentos anteriores, simplesmente silenciou quanto aos episódios brasileiros, não fazendo nenhuma referência à crise, à guerra ou ao país como um todo nem de forma textual, nem iconográfica, revelando que, apesar da diminuição do número de edições, aquela forma de abordagem trazia em si uma opção deliberada. O também caricato *Charivari* chegou a referir-se ao contexto brasileiro, mas sua conduta editorial mudou ao extremo, pois, além de ter feito "poucas referências à revolta no Brasil, quando o fez, manteve uma suavização em suas manifestações". Tal mutação discursiva era sintomática e significativa, já que, "em 1889 e 1891 o periódico sentira-se à vontade para apresentar visões críticas, ou ao menos humoradas" a respeito da conjuntura brasileira, "o que não se repetiria naquele ano de conflagração bélica" <sup>300</sup>. Apenas A Vespa, outra folha caricata, faria uma alusão ao Brasil de 1893 mantendo um tom crítico e jocoso, mas, ainda assim, foi uma única referência por meio de um

<sup>&</sup>lt;sup>299</sup> ALVES, 2012. p. 220.

<sup>300</sup> ALVES, 2012. p. 220.

breve texto, revelando que os cuidados editoriais permaneceriam predominantes.

O próprio *Charivari* chegou a manifestar-se contrariamente às constantes pregações de austeridade junto à imprensa, sob risco de prejuízos para Portugal e sua colônia no Brasil, defendendo que os jornais deveriam continuar a ter o direito de saciar o interesse do público a respeito do que ocorria em terras brasileiras, bem como de emitirem suas opiniões. Mas tal visão mais opinativa do semanário se circunscrevia a uma crítica interna realizada em relação ao próprio jornalismo e a defesa da liberdade de expressão:

Não há coisa neste mundo mais fácil do que dar conselhos.

A grande dificuldade está em tomá-los.

Na guerra, em que hoje se encontra empenhado todo o Brasil, há de necessariamente haver partidários ferrenhos a favor do presidente Floriano, assim como há de tê-los muito dedicados ao contra-almirante Custódio José de Mello.

Mas, se a guerra entre os dois interessa muitíssimo a todo o Brasil, não se poderá estranhar que esse interesse se estenda até fora de barreiras e que Portugal seja nela o mais interessado de todos os povos estranhos.

Habituados a considerar o Brasil como nosso irmão, temos, além disso, a circunstância de estarem lá milhões de portugueses, laboriosos e ativos, procurando encontrar ao fim das suas fadigas um futuro risonho de independência para si e para os seus, que de cá os encaram como a sua mais doce esperança.

Ora, nós, por melhor que seja a nossa vontade, não podemos assistir indiferentes àquela grande guerra, porque trazemos o coração constantemente sobressaltado com as consequências imprevistas que ela nos acarretará num futuro mais ou menos próximo.

Aconselhar-nos prudência, a fim de que não revelemos as nossas inclinações partidárias a favor do Floriano ou do contra-almirante, é simplesmente uma banalidade, é até um contrassenso, porque isso equivale a recomendar-nos que não

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

tomemos interesse pelo bem-estar dos nossos irmãos que lá vivem e pelo futuro do nosso país, a quem afetam imediatamente todos os movimentos brasileiros.

Que uns optem pela conservação da república e que outros estimassem que se restabelecesse a monarquia, é tão natural, como o interesse com que seguimos todos os pormenores daquela revolução.

Nem o Brasil se indisporá com Portugal pelo fato, aliás, naturalíssimo, de qualquer jornal republicano pugnar pela conservação da república brasileira, ou de um ou outro jornal monárquico advogar como meio de prosperidade o restabelecimento do império.

Mas, se não estranhamos que isso assim suceda, estranhamos, todavia, que outros jornais, à falta de assunto para artigo de fundo, estejam aconselhando o indiferentismo português a respeito de um acontecimento que o interessa de perto, o que vale o mesmo que aconselhar o absurdo.<sup>301</sup>

Tal semanário se mostraria prudente, não publicando uma única caricatura, limitando-se a apresentar uma gravura meramente ilustrativa do conflito bélico que ali se desenvolvia. A gravura estampada no *Charivari* lembrava mais os registros iconográficos expostos nas folhas ilustradas e demonstrava a plena ausência de desenhos efetivamente caricaturais, com sua carga crítica. Ela expressava a paisagem, a identificação dos lugares, a descrição da cena de guerra e, essencialmente, a personalização do conflito através da publicação dos retratos dos líderes das forças governistas e das insurretas. Ao explicar a gravura, o hebdomadário bem demonstrava aquela circunspecção estranha a uma folha caricata, dizendo que "a guerra em que o Brasil" se achava "empenhado" havia "tanto tempo", vinha prendendo "a atenção de todos os

<sup>301</sup> CHARIVARI. Porto, 25 nov. 1893. A. 8. N. 32. p. 2.

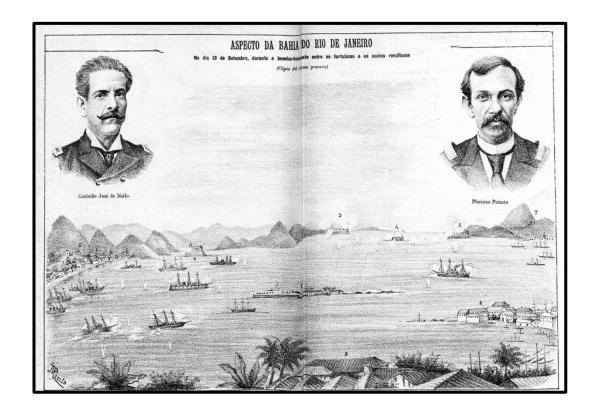
portugueses". Destacava que Portugal sofria "e muito com a continuação daquele mal-estar dos brasileiros", porque estava "ligado àquela nação por estreitos laços de confraternização e por interesses recíprocos"<sup>302</sup>.

Nesse sentido, o *Charivari* declarava que tinha "sempre procurado tratar os assuntos que mais" impressionavam "o público", de modo que não "cometeria uma gravíssima falta", deixando de dar "conhecimento aos seus leitores dos principais personagens" que figuravam "na guerra do Brasil, assim como se não desse um desenho o mais perfeito possível do local onde" se estava "passando este fato". Refletindo mais uma vez o comportamento calcado na prudência, a folha declarava que "ao menos apresentando o presente desenho", visto "na página central" buscava demonstrar "de uma maneira clara o interesse" que tinha "pela paz nas terras de Santa Cruz, não tanto pelas dificuldades financeiras e econômicas que a revolução" estava "causando em Portugal, como principalmente pela vida de milhares de portugueses" que estavam "sujeitos às contingências desesperadas daquele meio"<sup>303</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>302</sup> CHARIVARI. Porto, 9 dez. 1893. A. 8. N. 34. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>303</sup> CHARIVARI. Porto, 9 dez. 1893. A. 8. N. 34. p. 2.

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO



Somente o periódico caricato *A Vespa* viria a publicar um texto mais a contento com a tradição das folhas humorísticas, contendo a crítica ácida e a chalaça na forma de abordar os acontecimentos no Brasil. Brincando com as palavras, os números, as datas e os nomes de pessoas, a folha, em texto intitulado "O Brasil aos piparotes", dizia que o povo brasileiro estava a sofrer tamanhas dificuldades tendo em vista os sobressaltos advindos das constantes transformações pelas quais vinha passando o país, definindo a república no Brasil como um Estado que vivia às cambalhotas e aos piparotes:

Que grandes pândegos que são os brasileiros!

Não tinham o que fazer, lembraram-se um dia, de outono, ao colher dos figos, lá talvez de primavera, ao colher das bananas, no ano da graça de 1889 e 67 da sua independência, de revirar as coisas públicas e particulares.

Foi sem dúvida uma lembrança muito extemporânea, muito precipitada, deviam deixar correr mais dois anos da sua autonomia, para a coincidência da sua reviravolta ser completa.

Era esperar para o 69 e já a reviravolta não era tão espantável.

De mais, que custava sufocar o *entusiasmo*, o *furor* durante dois anos!

Só a força do vício de andar às cambalhotas, nos pode explicar estas coisas.

O finado imperador, de boa memória, foi por certo o mais comido na *marosca*, coitado o pobre velho, já sem forças ficou a apitar, ele que, na sua debilidade, tão justamente merecia o gostinho de mais dois anos!

São coisas di a breca.

Os esquentados brasileiros, porém, não sofreram a demora, mas sofreram as consequências de fazer 69 aos 67.

Agora que aguentem as durezas de comer fruta verde durante dois anos. Pois que pensam? Não é impunemente que se comem as cascas das nozes.

Que digam os Wandenkolks, ou *Wandalhos*, que se julgaram feridos na sua mania erótica.

Aturem-lhe a cobiça, o apetite da ostra, pois então; quem lhes deixou comer marisco, espere pelo gabinete reservado, ou mesmo pelo gabinete público à beira mar, onde as brônzeas bocas lhe comem as rubras flores da vida.

Ah! Estes piparotes são muito precisos, dão certo movimento às cabeças estonteadas pelo erotismo, auxiliam a limpeza das fezes sociais, são verdadeira magnésia.

Aturem, aturem, que nós, infelizmente, também por cá vamos sentindo umas cócegas, desses longínquos saracoteios.

Espinhos da cultura dessa rosa tricolor.

Que, toda a cultura da nova flor traz consigo rebolões.

Já se entende que o leitor percebe perfeitamente, ao que nós queremos chegar; conhece mais ou menos o estado *piparotesco*, em que se encontra a gente brasileira;

# O BRASIL NA ÓPTICA DO JORNALISMO LUSITANO

não ignora as carrancas dos Wandenkolks ou *Wandalhos*, não lhe são estranhas as sibilações do lívido chumbo, naqueles ares *macrobióticos*.<sup>304</sup>

Assim, as publicações lusitanas de natureza caricata pautaram seu comportamento editorial ao abordar o Brasil de 1893 em uma ampla transformação. Em linhas gerais, a graça foi substituída pela descrição, a ironia, pela informação e o caráter desbragado pela circunspecção. O Antônio Maria, ainda que tivesse passando por uma etapa de dificuldades quanto à manutenção da sua periodicidade, teria amplas possibilidades de abordar os episódios brasileiros, mas, ao invés disso, preferiu o pleno silenciar sobre tais fatos, motivado pelo cuidado de evitar falar na crise de modo a não potencializar possíveis atritos no contexto luso-brasileiro, e também para não desmerecer a jovem república, tendo em vista suas convicções político-ideológicas antirrepublicanas. Já o *Charivari* fez referências ao Brasil, mas abandonando o tom crítico-opinativo e optando pela prudência descritiva. Somente A Vespa manteve acesa a chama do gracejo, mas ainda, assim, restringindo a abordagem em termos quantitativos. Dessa maneira, "o que prevaleceu foi a suavização discursiva" nas referências "da imprensa humorística sobre o Brasil, ficando demarcado" que, em tempos de crise, até mesmo o riso estancara diante da querra<sup>305</sup>.

\*\*\*\*\*\*

<sup>304</sup> A VESPA. Braga, 23 set. 1893. A. 1. N. 23. p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>305</sup> ALVES, 2012. p. 220 e 223.

A grande crise enfrentada pela república no Brasil a partir de 1893, mais uma vez teria ampla repercussão no seio do jornalismo português. As folhas noticiosas e moderadas redobraram seus esforços em buscar mostrar suas constantemente propaladas características de isenção, imparcialidade e neutralidade, reforçando a circunspecção tendo em vista o ambiente de guerra. Já os periódicos engajados sustentaram ardoroso conflito discursivo entre si, deixando de lado os tantas vezes sugeridos cuidados diante da delicada situação. As publicações monárquicas não pouparam argumentos para demonstrar o quanto fora errada a decisão brasileira ao optar pela derrubada do imperador, sustentando que, com a república, o Brasil passara a enfrentar uma situação caótica de praticamente extermínio do país e de seu povo. Os jornais republicanos, por sua vez, optaram por restringir as abordagens acerca do contexto brasileiro, evitando referir-se à crise, ou apontando que ela seria mais um fenômeno normal de um regime que estava em consolidação, além de imputar a culpa pelas dificuldades aos sebastianistas. Mas os efeitos da guerra atingiram até mesmo os periódicos que representavam a pequena imprensa que também acabariam restringindo seu caráter crítico e opinativo, silenciando ou amenizando sua conduta editorial, de modo que a guerra sobrepunha-se à jocosidade. Tais "reações já deixavam transparecer algumas tensões latentes nas relações luso-brasileiras, as quais ganhariam magnitude e chegariam ao ápice no ano seguinte", com a ruptura diplomática entre os dois países, a qual constituiria "mais um tema longamente debatido pelo jornalismo lusitano" 306.

<sup>306</sup> ALVES, 2012. p. 226.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.









edicoesbibliotecariograndense.com



IBSN: 978-65-5306-000-5